

VERA LUIZA MORO

**A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DOS CURSOS DE
GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO PARANÁ,
APÓS A RESOLUÇÃO N.º 03/87 DO CONSELHO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do grau de Mestre no Curso
de Pós-Graduação em Educação da Universi-
dade Federal do Paraná - UFPR.

Orientador: Prof. Dr. José Alberto Pedra

CURITIBA
1998

VERA LUIZA MORO

**A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DOS CURSOS DE
GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO PARANÁ,
APÓS A RESOLUÇÃO N°03/87 DO CONSELHO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre no Programa de Mestrado em Educação, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná, à comissão formada pelos professores:

Orientador: Prof. José Alberto Pedra
Setor de Educação, UFPR

Profª Maria Tereza Carneiro Soares
Setor de Educação, UFPR

Profª Maria Cecília Marins de Oliveira
Setor de Educação, UFPR

Prof. José Vicente Augusto das Neves Miranda
Setor de Educação, UFPR

Curitiba, 29 de maio de 1998

“Não posso te dar o que acreditei escrever para você, tenho que me render a esse fato: a dedicatória amorosa é impossível (eu não me contentaria com uma subscrição mundana, fingindo te dedicar uma obra que escapa a nós dois). A operação na qual o outro está envolvido não é uma subscrição. É, mais profundamente, uma inscrição: o outro está inscrito, ele se inscreveu no texto, deixou aí seu rastro múltiplo. Se você fosse apenas aquele(a) a quem foi dedicado esse livro, você não sairia da dura condição de *objeto* (amado) - de deus; mas tua presença no texto, pelo próprio fato de que você é irreconhecível nele, não é a de uma figura analógica, de um fetiche, é a de uma força, que passa, a partir daí, a preocupar”.

Roland Barthes - Fragmentos de um Discurso Amoroso.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	v
RESUMO	vii
ABSTRACT.....	viii
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Apresentação do tema e sua justificativa.....	1
1.2. Descrição do problema e da abordagem metodológica.....	5
2. A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....	19
2.1. Uma análise histórica.....	19
3. A RESOLUÇÃO Nº03/87 DO CFE	48
3.1. A trajetória da Resolução nº03/87	49
3.2. Estudo comparativo da Resolução nº03/87 com a Resolução n 69/69.....	57
3.3. Produção acadêmica a respeito da Resolução nº03/87	65
4. ANÁLISE CURRICULAR DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DAS ESCOLAS DO PARANÁ	70
4.1. Universidade Federal do Paraná	72
4.2. Universidade Estadual de Maringá	83
4.3. Universidade Norte do Paraná.....	92
4.4. Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho.....	98
4.5. Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas.....	106
4.6. Faculdade de Ciências Humanas de Marechal Cândido Rondon.....	112
4.7. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.....	119
5. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	126
6. CONCLUSÕES.....	136
ANEXOS.....	140
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	200

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFE-	Conselho Federal de Educação
ENEFD-	Escola Nacional de Educação Física e Desportos
FACEPAL-	Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas
FACIMAR/UNIOESTE-	Faculdade de Ciências Humanas de Marechal Cândido Rondon
FNFfi-	Faculdade Nacional de Filosofia
INEP-	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
MEC-	Ministério da Educação e do Desporto
PABAEE-	Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar
PUC/PR-	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
SAQCN-	Sistema de Análise Quantitativa do Currículo Nominal
SEED/MEC-	Secretaria da Educação do Ministério da Educação e do Desporto
SESU/MEC-	Secretaria do Ensino Superior do Ministério da Educação e do Desporto
UEL-	Universidade Estadual de Londrina

UEM-	Universidade Estadual de Maringá
UEPG-	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFPR-	Universidade Federal do Paraná
UNOPAR-	Universidade Norte do Paraná
USP-	Universidade de São Paulo

Resumo

O presente trabalho está inserido na área de concentração de Currículo do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Paraná, tendo como objetivo descrever como as instituições mantenedoras dos cursos de Educação Física no Estado do Paraná responderam às novas exigências legais, e como estabeleceram seus conteúdos curriculares, após a Resolução nº03/87 do Conselho Federal de Educação.

Caracterizado como um estudo descritivo comparativo, utilizou-se do Sistema de Análise Quantitativa do Currículo Nominal (SAQCN), para analisar as alterações das características básicas, a ênfase dada para diferentes conjuntos disciplinares, e as semelhanças e diferenças existentes entre os currículos que compuseram este estudo.

Concluiu-se com este estudo que não houve mudanças na orientação paradigmática da Educação Física, após a homologação da Resolução nº03/87 do Conselho Federal de Educação, permanecendo os currículos desportivizados e com forte influência da área biológica.

Abstract

The present work in the Area of Concentration of School Curriculum belonging to the Post-Graduation Program of the Federal University of Paraná, has as its main goal to describe how the graduation courses of Physical Education in the State of Paraná answered to the new legal demands and set up the curricular demands according to the Resolution 03/87 of the National Council of Education.

Characterized as a comparative descriptive study, it was made use of the Nominal Curriculum of Quantitative Analysis System (Sistema de Análise Quantitativa do Currículo Nominal – SAQCN), to analyse the alteration of the basic characteristics, the emphasis given to each different curriculum sets, and the resemblance and dissimilarity existent between the curriculums enclosed in this study.

It follows with this study that there were no changes at the Physical Education Paradigmatic orientation, after the legal ratification of the Resolution 03/87 of the National Council of Education, remaining the curriculums related to sports and under high influence of the Biological Area.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Delimitação do tema e sua justificativa

Desde o nascimento e a implantação dos cursos de graduação em Educação Física no Brasil, pode-se observar que as reformulações curriculares ocorreram, mais por imposições legais do que por necessidade de melhoria no curso e “até 1987 a formação superior em Educação Física foi pautada pelo chamado currículo mínimo implantado em 1961 pela lei nº4024. Observe-se que antes disso, o currículo era aprovado por decreto presidencial”, de acordo com a Comissão de Especialistas em Educação Física. (1997, p.249). Ainda assim, quando ocorreram reformulações nos currículos dos Cursos de Educação Física estas não se apresentaram como uma mudança substantiva reproduzindo, via de regra, os padrões tradicionais e a organização curricular já existente, comprometidas muito mais com o remanejamento de cargas horárias, do que com a discussão do significado das áreas de estudo, no processo de formação profissional.

Procurou-se, a partir da Resolução nº03/87, alterar a formação do profissional de Educação Física, no sentido de propiciar a este profissional um maior equilíbrio nos conhecimentos tratados ao longo do curso, “para tanto, o espaço das chamadas ciências sociais e humanas no currículo foi ampliado, superando assim o espaço acanhado que ocupavam no currículo mínimo em

relação às ciências naturais”. (COMISSÃO DE ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO FÍSICA, 1997, p.250).

Com a homologação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em dezembro de 1996, foram extintos os currículos mínimos dos cursos de graduação e, também, a Resolução N°03/87.

A partir de então a SESU/MEC, por intermédio de uma Comissão de Especialistas da área de Educação Física, está coordenando um processo de avaliação da Resolução N°03/87, que normatizou desde 87 a formação do profissional de Educação Física. Tal avaliação visa subsidiar a elaboração de um documento a ser encaminhado ao Conselho Nacional de Educação, contendo sugestões para o estabelecimento de diretrizes gerais para a formação profissional na área.

Este estudo pretende contribuir com o debate posto mais uma vez, em termos nacionais, fornecendo elementos sobre a organização curricular das Escolas de Educação Física no Estado do Paraná, depois da reformulação proposta pela Resolução N°03/87.

Para tanto apresentou-se, num primeiro momento, uma retrospectiva histórica do processo de formação do profissional de Educação Física, procurando mostrar o contexto em que surgem as primeiras escolas de Educação Física, bem como as diretrizes legais e a caracterização geral dos currículos destes cursos, até a década de 80, quando ocorre um grande

movimento por parte da comunidade acadêmica, no sentido de repensar esta área de conhecimento.

Posteriormente foi apresentada uma análise da Resolução N°03/87 do Conselho Federal de Educação, a qual passa, em substituição à Resolução N°69/69, a tratar do perfil profissiográfico do licenciado, do bacharel e do técnico desportivo, adotando uma proposta de currículo mínimo diferente da concepção dada a este, até então pelo Conselho Federal de Educação.

Assim, foi feita a descrição da trajetória da Resolução N°03/87, procurando identificar os atores envolvidos, bem como o comprometimento destes, neste processo de criação da referida Resolução.

Na seqüência, apresentou-se um estudo comparativo da Resolução N°03/87, com a Resolução N°69/69, que fixou o currículo mínimo para os cursos de graduação em Educação Física, até o ano de 1987.

Buscou-se depois, localizar os debates ocorridos em torno da Resolução N°03/87, pretendendo compreender como os diferentes posicionamentos da comunidade acadêmica da Educação Física se configuraram na construção do texto da referida Resolução.

Pretendeu-se aqui, construir o que PEDRA (1997, p.61) denominou de representação jurídica do conhecimento, assim se expressando com relação a este nível de representação, em um determinado momento de sua obra:

Interessa-nos, aqui, fazer um recorte nas “condições previamente dadas” da construção do conhecimento escolar, fixando, como ponto de partida, a representação jurídica daquele conhecimento. Tem-se claro que tal representação deriva de outras mais abrangentes (como as de ordem material e econômica, por exemplo), delas sendo diferente, no entanto, pois tem como função ser uma espécie de síntese daquelas, mas cujo destino não será outro senão o de estabelecer os contornos do que Bernstein (1988) denominou de *conhecimento válido e não válido* no âmbito da educação escolar.

Como último momento deste estudo, foi apresentada uma análise curricular dos cursos de graduação em Educação Física das escolas do Paraná, buscando compreender, como cada uma das instituições analisadas organizou e distribuiu o conhecimento em seu currículo escrito, por ser este, “um dos melhores roteiros oficiais para a estrutura institucionalizada da escolarização” (GOODSON, 1995, p.21).

1.2. Descrição do problema e da abordagem metodológica

Ao se iniciar este estudo sobre currículo, constata-se logo a diversidade de definições e abordagens apresentadas pela literatura referentes ao tema, cada qual refletindo a influência teórica recebida em diferentes momentos históricos, as quais, segundo SILVA (1989, p.5), vão “desde o idealismo subjetivista e o modelo da eficiência burocrática - preponderante nas primeiras décadas do século XX - passando pelas teorias cognitivistas e behavioristas dos anos 50”, até as abordagens mais atuais que entendem o currículo como uma seleção de conhecimentos extraídos de uma cultura mais ampla (PEDRA, 1993, p.30).

As primeiras sistematizações sobre currículo no Brasil, surgem, no contexto das reformas dos sistemas educacionais, organizadas pelos pioneiros da educação, em alguns estados brasileiros, na década de 20 (MOREIRA, 1995, p.84).

Anterior a este momento, o currículo presente no Brasil apresentava uma orientação intelectualista, com ênfase em disciplinas literárias e acadêmicas, resultante das diferentes teorias subjacentes às propostas de Herbart e de Pestalozzi. Este quadro sofreria uma modificação sob a influência, principalmente, de John Dewey, que passaria então a orientar as reformas organizadas pelos pioneiros da Educação, abrindo assim, novas perspectivas em relação ao currículo.

As reformas elaboradas pelos pioneiros representaram um importante rompimento com a escola tradicional, por sua ênfase na natureza social do

processo escolar, por sua preocupação em renovar o currículo, por sua tentativa de modernizar métodos e estratégias de ensino e de avaliação e, ainda, por sua insistência na democratização da sala de aula e da relação professor-aluno.(MOREIRA, 1995, p.91)

Esta nova perspectiva de entendimento do currículo, vai se evidenciando a partir das reformas realizadas, na Bahia, por Anísio Teixeira, em Minas Gerais por Francisco Campos e do Distrito Federal, por Fernando de Azevedo.

A tradição epistemológica presente na reforma dos sistemas educacionais, sustentadas como vimos, no pensamento de John Dewey, influenciou também o enfoque curricular dado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Já o Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAE), cujo acordo foi assinado em 1956, recebeu uma influência marcadamente americana, adotando uma postura pedagógica mais tecnicista, a qual pode ser percebida, na associação entre currículo e supervisão presentes nos cursos desenvolvidos pelo programa (SOUZA, 1993, p.118).

É no rastro destas duas instituições que se desenvolvem os cursos de currículo no Brasil, responsáveis pela formação dos primeiros especialistas neste campo.

A nova especialização visava, de certo modo, a aumentar o controle sobre o processo de elaborar e implementar currículos, de modo a harmonizá-los com os contextos sócio-econômico e político do país. Desejava-se um currículo

que contribuisse para a coesão social, que formasse o cidadão de um mundo em mudança, e que atendessem às necessidades da ordem industrial emergente. (MOREIRA, 1995, p.120).

Estas tendências começam a ser percebidas na produção literária da área, a partir do final dos anos 50. Sendo que a partir dos anos 60, o currículo, como campo de ensino e pesquisa, instala-se definitivamente nas universidades brasileiras, já com características marcadamente tecnicistas.

Para SILVA (1989, p.10), o movimento educacional que ocorreria no Brasil nos anos 50, iria se assemelhar muito com o movimento ocorrido nos Estados Unidos, no início do século XX, qual seja a ênfase à tecnologia educacional e a priorização de objetivos comportamentais em educação. Não obstante a força deste movimento, que teria influência marcante no Brasil, principalmente na década de 70, SILVA (1989), relativiza a predominância deste pensamento no processo educacional, quando reconhece que a Psicologia, a partir dos anos 50, ofereceu também “ contribuições consideráveis ao entendimento do processo educacional, possibilitando uma maior compreensão do ensino-aprendizagem e do planejamento de currículo”(SILVA, 1989, p.12).

Mesmo com a presença marcante dos estudos de Jean Piaget, e de Jerome Bruner, que exerceram grande influência no pensamento educacional brasileiro, a década de 60 ficou caracterizada pela ênfase na eficiência organizacional, na tecnologia educacional e na instrução programada.

A Reforma Universitária bem como a Reforma do Ensino de 1º e 2º graus, ocorridas em 1968 e 1971 respectivamente, refletem a preocupação com esta racionalidade técnica, que iria predominar o pensamento educacional brasileiro, durante toda década de 70. Com relação à Reforma Universitária ROMANELLI (1978, p.231), faz o seguinte comentário: “(...) o Governo assumiu a posição dos dirigentes da AID, que tendiam a enfocar a educação como fenômeno isolado do resto do contexto social e político, e a identificar reformas das instituições com remodelações de caráter predominantemente técnico-administrativo. (...) Nesse contexto, a racionalização, a eficiência e a produtividade tornam-se valores absolutos: têm validade em si e por si mesmos”.

Esta orientação tecnicista no campo do currículo passa a ser evidenciada também, a partir de publicações como: Currículo Moderno: um planejamento dinâmico das avançadas técnicas de ensino (1970) e, Princípios Básicos de Currículo e Ensino de Ralph Tyler (1974), o qual teve enorme difusão no país chegando a ter nove edições. SOUZA (1993, p.118).

MOREIRA (1995) reconhece a influência de autores americanos tecnicistas sobre o pensamento curricular brasileiro nos anos 70, mas aponta para a importância que tiveram outros trabalhos de orientação humanista derivada da fenomenologia, do existencialismo, do progressivismo e da não-diretividade. Assim, no final da década de 70, começa a se configurar um

posicionamento mais crítico no campo do currículo, dando uma característica distinta ao pensamento e a produção curricular no Brasil dos anos 80.

A década de 80 vai se caracterizar por um período de ruptura e de renovação da produção sobre currículo com relação aos anos anteriores. Assim, começam a surgir um número maior de obras de autores nacionais, apontando novas perspectivas no tratamento do currículo. Aqui as preocupações que eram mais de caráter técnico-metodológico são deslocadas para questões de natureza política, econômica e sociocultural.

SOUZA (1993), ao mapear a produção intelectual brasileira sobre currículo, aponta para três tendências principais nesta produção a partir dos anos 80: “o enfoque sociológico, com base no marxismo e neomarxismo, expresso na nova sociologia da educação; o enfoque humanista, com base nas idéias de Giroux e Paulo Freire; e o enfoque fenomenológico, desenvolvido por Joel Martins”. (SOUZA, 1993, p.126). Estas abordagens decorrentes de novas orientações teóricas, resultariam em novos conceitos de currículo, aumentando ainda mais a complexidade da questão.

Os diferentes enfoques teóricos que orientaram os estudos curriculares no Brasil, conforme procurou-se mostrar até o presente momento, produziram variados conceitos atribuídos ao termo currículo, fato que talvez teria motivado PEDRA (1997, p.30), a sugerir tratar-se este de um termo polissêmico. Assim como PEDRA, a pesquisadora defende neste estudo que: “Os variados conceitos atribuídos ao termo currículo não descrevem realidades diferentes,

apenas informam sobre a interpretação que determinado autor ou escola teórica lhe deu. As ênfases serão variadas: o conteúdo, a experiência, as atividades ou a própria organização curricular, mas a realidade descrita não se modifica. É então, uma questão de perspectiva e não propriamente de polissemia”. (PEDRA, 1997, p31).

Não obstante esta diversidade de abordagens sobre currículo apresentadas pela literatura, percebe-se, no convívio universitário, uma constante insatisfação com a organização curricular dos cursos de graduação de um modo geral, e da Educação Física em particular. Insatisfação esta, que tem redundado em diferentes reformas curriculares as quais, inúmeras vezes não passam de uma “nova reorganização de disciplinas, quase sempre aumentando o número de horas da carga total e propondo a inclusão de novos enfoques teóricos”(CUNHA, 1997, p.181).

Para localizar as possíveis causas desta constante insatisfação com a organização curricular dos cursos de graduação em Educação Física, e na tentativa de um delineamento maior desta problemática, foram resgatados dados preliminares quanto à origem das escolas de Educação Física, e à caracterização geral dos currículos destas escolas.

A Educação Física no Brasil, encontra suas origens na área militar, além de uma forte influência da área médica, e como consequência disso a formação profissional passou a se processar em função dos princípios e conceitos de natureza médica, desportiva e militarista perpassados pela noção

de autoridade e disciplina, própria dos militares. O ensino da Educação Física, logo introduzido em caráter obrigatório no sistema educacional, voltava-se assim para as práticas de adestramento físico e do esporte, além de garantir o repasse de uma formação eugênica e disciplinada a toda sociedade civil.

As primeiras escolas de Educação Física (militares) destinavam-se, portanto, à formação de técnicos em Educação Física e Desportos para atuarem na escola e na comunidade com o objetivo de fortalecer o estado e aprimorar a raça brasileira. Sem um corpo teórico para lhe dar sustentação, apoiava-se nos métodos de ginástica importados da Europa (Método Francês, Natural de Hebert, Natural Austríaco e Calistenia).

Na década de 60, com a padronização curricular imposta pelo Conselho Federal de Educação, os currículos dos cursos de Educação Física ficaram, mais uma vez, reduzidos a um simples elenco de matérias, levando a uma supervalorização do ensino prático, sem a preocupação com uma necessária base teórica.

Como pode-se perceber, desde a formação das primeiras escolas, até recentemente, a Educação Física esteve, então, limitada ao domínio de um conjunto de técnicas caracterizada pela neutralidade e pelo descompromisso com o humano.

Com o grande avanço que a Educação, em geral, e a Educação Física, em particular, teve a partir da década de 80, procurou-se romper com esses

condicionamentos existentes no processo de formação profissional, procurando dar um novo perfil aos cursos de graduação em Educação Física no Brasil. No panorama da Educação Física em fins da década de 80, havia um momento de reflexão muito mais abrangente do que a análise de especificidades biotécnicas do desporto. Com relação a este momento, a Comissão de Avaliação Curricular do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina (1994, p.10), faz o seguinte comentário:

Parece que, finalmente, a área se volta para abordagens que extrapolam as explicações simplistas e imediatas. Buscam, agora, as questões inerentes à história do homem e do movimento humano, numa verdadeira ruptura com a ingenuidade e a superficialidade das análises. Para tanto é preciso entender, interpretar e resgatar os fatos verdadeiros e concretos da história da Educação Física brasileira. Os profissionais desta área introjetaram as questões históricas e veicularam pelo seu processo educativo, o papel de uma educação física que, ainda hoje, prolifera as idéias de que:

- existe, realmente, a possibilidade de adquirir saúde e beleza pela Educação Física, irrefletidamente encarando o padrão estético-corporal imposto pela mídia;
- pode-se atingir um processo de aperfeiçoamento da raça (eugenia), conclusão encetada pela biologia nazifascista;
- a educação física educa o cidadão responsável, abnegado e disciplinado;
- a tecnização possibilita uma racionalização despolitizada, atingindo a eficiência e a eficácia tão fundamentais para uma nação cujo paradigma ideológico se traduz pelo desenvolvimento e segurança.

Mesmo considerando os avanços e a efervescência que têm envolvido as questões curriculares em debates e críticas no seu processo de construção

histórica, e a evolução do processo reflexivo na Educação Física, conforme procurou-se mostrar neste texto, as argumentações e a produção científica sobre currículo no ensino superior e na Educação Física, persistem ainda debilitadas.

Assim, a maneira pela qual as instituições mantenedoras dos cursos de Educação Física no Estado do Paraná responderam às novas exigências legais e como estabeleceram seus conteúdos curriculares, após a Resolução nº03/87 do Conselho Federal de Educação, se constituiu na principal proposta deste estudo.

Para o desenvolvimento desta proposta utilizou-se o Sistema de Análise Quantitativa do Currículo Nominal (SAQCN), introduzido por LORENZ (1990), o qual, através de uma análise quantitativa de currículo, permite dimensionar as alterações das características básicas de um currículo, a sua composição e organização através do tempo, o grau de estruturação interna, a ênfase dada a uma disciplina ou a uma área de estudos, as semelhanças e diferenças entre currículos, entre outras.

LORENZ (1990), em seu sistema de avaliação, desenvolveu uma nomenclatura própria, para o que ele chamou de unidades curriculares, a qual será apresentada parcialmente neste momento, porque necessária para melhor compreensão do estudo.

CURRÍCULO NOMINAL - é composto por disciplinas que são distribuídas em séries, ou mesmo em níveis, não hierarquicamente organizados, mas que se diferenciam segundo um critério preestabelecido.

DISCIPLINA - é a unidade fundamental do currículo nominal. No SAQCN disciplina é definida, operacionalmente, como o título de uma área de conhecimento que no documento curricular é identificado como disciplina ou matéria.

CONJUNTO DISCIPLINAR - é um grupo de disciplinas que possuem uma ou mais características em comum.

CONJUNTO CURRICULAR - é definido como um grupo de currículos que possuem uma ou mais características em comum. (LORENZ, 1990)

Ainda segundo LORENZ (1990), as possibilidades de análises das unidades curriculares acima descritas, podem ser assim classificadas:

MICROANÁLISE CURRICULAR - toma como objeto de estudo o currículo nominal e seus componentes: as disciplinas e os conjuntos disciplinares.

MACROANÁLISE CURRICULAR - toma como objeto de estudo o conjunto ou o subconjunto curricular.

Em uma abordagem micro-analítica, o mesmo autor LORENZ (1990) destaca ainda as seguintes características do currículo nominal: número serial, número disciplinar, número de conjuntos disciplinares, frequência disciplinar, frequência serial, número disciplinar do conjunto disciplinar e densidade.

Para proceder a análise proposta neste capítulo, inicialmente identificou-se o conjunto curricular a ser analisado. Para o Sistema de Análise Quantitativa do Currículo Nominal (SAQCN), esta identificação do conjunto curricular deve ser feita dentro de determinados parâmetros. Nós sugerimos os seguintes: (1) a área geográfica onde foram implementados os currículos, (2) as

instituições ou o tipo de instituições onde os currículos analisados foram implementados, (3) os anos de vigência dos currículos de interesse.

Assim, para a identificação do conjunto curricular a ser analisado por este estudo, foi elaborado o seguinte quadro:

QUADRO 1: DEMONSTRATIVO DO CONJUNTO CURRICULAR ANALISADO

	PARÂMETROS	
INSTITUCIONAL	GEOGRÁFICO	TEMPORAL
Instituições que mantinham cursos de graduação em Educação Física. De natureza pública ou particular.	Estado do Paraná	1988 - 1994

Para constituir o parâmetro institucional, selecionou-se as Instituições de Ensino Superior que à época (1987), ofereciam o curso de graduação em Educação Física, independente de sua natureza (pública ou particular).

A área geográfica foi restrita ao Estado do Paraná.

Quanto ao parâmetro temporal, ficou estabelecido o período de 1988 à 1994, porque o ano de 1988 representa o primeiro ano com possibilidade das instituições estarem implantando o novo currículo, já de acordo com a Resolução nº03/87. O ano de 1994 representa o ano em que a primeira Instituição reformulou o novo currículo, portanto o período 1988 - 1994, foi escolhido para representar o período de vigência dos currículos reformulados a partir da Resolução nº03/87.

Com estas condições foram identificadas as seguintes escolas de Educação Física no Estado do Paraná: Faculdade de Ciências Humanas de Marechal Cândido Rondon (FACIMAR - UNIOESTE); Universidade Estadual de Londrina (UEL); Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Estadual de Maringá (UEM); Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR); Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas (FACEPAL); Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho, e Universidade Norte do Paraná (UNOPAR).

No entanto, ficaram de fora desta análise a Universidade Estadual de Londrina e a Universidade Estadual de Ponta Grossa, por não terem estas universidades enviado os documentos necessários para a análise proposta.

Assim, de um universo de 09 faculdades de Educação Física que se apresentavam dentro dos parâmetros aqui estabelecidos, obtivemos a resposta de 07 faculdades, o que significou um percentual de 78% do total planejado.

Dentro ainda desta macroanálise inicial, foram estabelecidas as características básicas do conjunto curricular que compõem este estudo, conforme o quadro seguinte.

QUADRO 2: CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DE UM CONJUNTO CURRICULAR

CARACTERÍSTICAS DE UM CONJUNTO CURRICULAR	
Número Curricular	É o número de currículos em um conjunto curricular
Número Disciplinar	É o número total de disciplinas diferentes identificadas nos currículos de um conjunto
Número Serial Médio	É o número médio de séries por currículo em um conjunto
Carga Curricular Média	É a média das cargas curriculares computadas para os currículos de um conjunto
Carga Serial Média	É a média das cargas seriais médias dos currículos componentes de um conjunto

De acordo com as características acima descritas, tem-se a presente caracterização do conjunto curricular que compõe este estudo.

QUADRO 3: CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO CONJUNTO CURRICULAR ANALISADO, ANTES E APÓS A REFORMA DE 87.

CARACTERÍSTICAS DO CONJUNTO CURRICULAR ANALISADO	
ANTES DE 87	DEPOIS DE 87
Número Curricular - 07	Número Curricular - 07
Número Disciplinar - 340 disciplinas	Número Disciplinar - 346 disciplinas
Número Serial Médio - 3,3 anos	Número Serial Médio - 04 anos
Carga Curricular Média - 2325 horas/aula	Carga Curricular Média - 3105 horas/aula
Carga Serial Média - 704 horas/aula	Carga Serial Média - 776,2 horas/aula

Conhecidas as principais características do conjunto curricular que compõe este estudo, desenvolveu-se a análise descritiva de cada um dos currículos do conjunto, conforme as principais características básicas do currículo nominal, apresentadas por LORENZ (1990), e descritas no quadro 4:

QUADRO 4: CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO CURRÍCULO NOMINAL

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO CURRÍCULO NOMINAL	
Número Serial	O número de séries no currículo
Número Disciplinar	O Número de disciplinas no rol de um currículo
Frequência Serial Média	O número médio de disciplinas por série
Carga Curricular	O número de horas-aula alocadas à todas as disciplinas de um currículo
Carga Serial Média do Currículo	O número médio de horas-aula por série em um currículo
Carga Disciplinar Média do Currículo	O número médio de horas-aula alocadas às disciplinas de um currículo
FONTE: Análise Quantitativa do Currículo Escolar	

A análise será feita por instituição, procurando estabelecer através de uma análise comparativa das características básicas do currículo nominal acima apresentadas, as aproximações e/ou diferenças entre os currículos em vigência antes da Resolução nº03/87, e os currículos que se constituíram a partir desta.

Este estudo se caracteriza como um estudo descritivo comparativo, tendo se utilizado da pesquisa bibliográfica e documental como procedimento técnico de coleta e análise dos dados.

2. A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

2.1. Uma análise histórica

Alguns momentos distintos podem ser detectados na organização dos cursos de Educação Física no Brasil: o primeiro, caracterizado desde a instalação das primeiras escolas de Educação Física, no início do século, até sua primeira tentativa de sistematização com a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos através de seu modelo curricular; o segundo foi o momento da padronização curricular de 1969, com a instituição dos currículos mínimos estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação; o último, quando houve uma reestruturação dos currículos dos cursos de Educação Física, a partir da Resolução 03/87.

Este delineamento histórico, além de permear os momentos acima descritos, pretende mostrar também, os nexos estabelecidos, principalmente, entre as instituições médica, militar e esportiva e o processo de organização dos cursos de Educação Física no Brasil, com o sentido de auxiliar na compreensão de alguns condicionamentos existentes na formação desses profissionais, tais como: a ênfase curricular em disciplinas da área biológica, aspecto estudado por CARMO (1982), a precariedade da formação profissional, manifestada por uma consciência ingênua, apontada por MEDINA (1983), currículo desportivizado e processo de formação profissional acrítico, a-histórico e a-científico, de acordo com a interpretação de FENSTERSEIFER (1986), além de outros condicionantes.

No processo, de criação dos cursos de Educação Física no Brasil, a história explicita a presença de duas grandes instituições: a militar, difundindo seus rígidos métodos de disciplina e de hierarquia, através do adestramento físico; a médica, conferindo um caráter científico a esta área.

A influência da área médica evidencia-se, segundo PENNA MARINHO (1943), desde a fase do Brasil Império, quando foram defendidas um grande número de teses sobre Educação Física, em diferentes Faculdades de Medicina.

A primeira tentativa para obtenção de professorado especializado em educação física, verificou-se, segundo PENNA MARINHO (1944, p.22), em 1882, por ocasião da discussão do Projeto nº224, na Câmara dos Deputados, sobre Reforma do Ensino Primário e varias instituições complementares da Instrução Pública, que teve como relator Ruy Barbosa e que, em suma propunha:

- 1º - Instituição de uma secção especial de ginástica em cada escola normal.
- 2º - Extensão obrigatória de ginástica a ambos os sexos, na formação do professorado e nas escolas primarias de todos os graus, tendo em vista, em relação a mulher, a harmonia das formas feminis e as exigências da maternidade futura.
- 3º - Inserção da ginástica nos programas escolares como material de estudo, em horas distintas das do recreio, e depois das aulas.
- 4º - Equiparação, em categoria e autoridade, dos professores de ginástica aos de todas as outras disciplinas”.

Em 1905, empreendeu-se nova tentativa, de criar escolas de Educação Física com a apresentação à Câmara dos Deputados, do Projeto de autoria do Dr. Jorge de Moraes, com o seguinte teor:

Art. 1º - Ficam criadas duas escolas de educação física, sendo uma militar e outra civil.

§ - Para a instalação da primeira, fica o governo autorizado a comissionar oficiais de terra e mar, para estudarem na Europa e América do Norte o que existe de melhor na espécie.

§ - Quanto à escola civil, poderá igualmente comissionar pessoal idôneo ou contratá-lo imediatamente.

Art. 2º - Fica o poder executivo autorizado a adquirir terrenos para que a mocidade das escolas superiores possa, em espaços apropriados, dar-se a prática dos jogos ao ar livre.

Art. 3º - O governo deverá instituir desde já a prática da ginástica sueca e jogos ao ar livre nos seguintes estabelecimentos: Ginásio Nacional, Colégio Militar e Escola de Aprendizes Marinheiros. (PENNA MARINHO, 1943, p.111).

Em 1922, o governo experimentou nova investida por meio da portaria do ministro da Guerra, criando o Centro Militar de Educação Física, que não chegou a vigorar. Tais objetivos governamentais, no sentido de edificação de instância formativa, foram concretizados somente em 1929, com a criação do Curso Provisório de Educação Física, que permitiu além do acesso de oficiais, a matrícula de civis.

Ao prever uma escola de formação do professorado especializado, a Reforma Fernando de Azevedo, em 1928, emergiu como mais uma tentativa, para formação especializada em Educação Física. No decreto nº2940, de 29/11/1928, em sua parte VIII, Título I, intitulados respectivamente “Da higiene física do aluno e da higiene escolar” e “Da educação física, sua organização”, definia:

Art. 451 - A título provisório, enquanto não puderem ser substituídos pelos professores diplomados pela Escola Profissional de Educação Física, serão para os grupos escolares e escolas fundamentais e profissionais, contratados instrutores de educação física.

Art. 452 - Fica criada uma Escola Profissional de Educação Física, destinada a preparar e a selecionar professores de educação física para os estabelecimentos de ensino do Distrito Federal.

Art. 453 - A matrícula nessa escola só será permitida a candidatos diplomados por escola normal, com idade mínima de 19 anos e máxima de 30.

Art. 454 - O curso da Escola Profissional de Educação Física será de três anos e constará das seguintes matérias:

1. Anatomia e Fisiologia aplicadas ao exercício;
2. Fisiologia da Fadiga;
3. Higiene do exercício (condição de local, idade, alimentação, vestiário, estações e horas);
4. História da educação física (com exposição e crítica dos sistemas);
5. Antropometria pedagógica;
6. Didática (crítica de aulas e organizações e manejo de classes);
7. Teoria e prática de jogos infantis;
8. Teoria e prática de ginástica pedagógica;
9. Teoria e prática dos desportos.

§ único - As cadeiras de antropometria pedagógica e anatomia e fisiologia terão anexos, respectivamente, um gabinete antropométrico e um museu de anatomia.

Art. 455 - As matérias do curso da Escola Profissional de Educação Física serão distribuídas da seguinte forma pelos três anos de curso:

1ºANO

1. Anatomia e Fisiologia aplicada ao exercício;
2. Higiene do exercício (condições de local, idade, alimentação, vestiário, estações e horas);
3. Antropometria pedagógica;
4. Teoria e prática dos jogos infantis;
5. Teoria e prática de ginástica pedagógica.

2ºANO

1. Anatomia e Fisiologia aplicada ao exercício;
2. Fisiologia da fadiga;
3. Antropometria pedagógica;
4. Teoria e prática dos jogos infantis;
5. Teoria e prática de ginástica pedagógica.

3ºANO

1. Fisiologia da fadiga;
2. Didática (crítica de aulas e organização e manejo de classes);
3. História da educação física (com exposição e crítica dos sistemas);
4. Teoria e prática de ginástica pedagógica;
5. Teoria e prática dos desportos.

Art. 456 - Além do curso normal, de três anos, serão dados, de acordo com as necessidades, cursos especiais de ginástica ortopédica ou corretiva e de exercícios de reeducação motora.

§ único - Esses cursos serão dados por professores contratados, especialistas na matéria, e funcionarão sob a fiscalização imediata de inspetor médico escolar, designado pelo Diretor Geral de Instrução Pública.

Art. 457 - Funcionará anexa a Escola de Educação Física e subordinado a mesma direção geral, uma escola primária de cinco anos, para campo de aprendizagem de aluno mestre.

§ único - Além da prática, durante os três anos, nessa escola de aplicação, todo aluno da escola de Educação Física será obrigado, no decurso do 3º ano, a um estágio de um ano em escola primária, sem prejuízo das aulas na Escola de Educação Física.

Art. 458 - A Escola Profissional de Educação Física será instalada em edifício especialmente construído para este fim, em terreno amplo e adequado, com as seguintes instalações essenciais: um pavilhão de ginástica pedagógica, completamente aparelhado, dois campos de jogos e uma piscina.

Art. 459 - O regime desta escola acompanhará quanto possível o das escolas normais, inclusive no provimento das cadeiras, que será mediante concurso".(PENNA MARINHO, 1944, P.43).

Apesar de todas as tentativas para obtenção de professores especializados em Educação Física, nenhuma destas propostas foi concretizada, pois a habilitação da primeira turma de professores se deu, apenas em 1929, por intermédio do Curso Provisório de Educação Física. Este, havia sido formulado nos moldes do Centro Militar de Educação Física, idealizado em 1922.

Inexistindo uma escola civil para atender ao processo de formação profissional em Educação Física, as escolas militares eram as que vinham respondendo pela preparação de recursos humanos nesta área. Assim, “ as aulas de Educação Física nas escolas eram ministradas por instrutores físicos do exército, que traziam para essas instituições os rígidos métodos militares da disciplina e da hierarquia” (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p.53). Com relação a este desenvolvimento inicial dos cursos de graduação em Educação Física, no interior das instituições militares, SILVA (1995, p.50) fez ainda a seguinte constatação:

Na realidade , a indefinição do conhecimento está relacionada ao fato da Educação Física ser introduzida com caráter obrigatório no sistema educacional brasileiro. A história revela que a obrigatoriedade surgiu quando ainda não existiam cursos específicos de formação profissional. Em decorrência, foi necessário lançar mão do militar e posteriormente de egressos da Escola de Educação Física do Exército, única instituição, naquele momento, em condições de oferecer recursos humanos especializados e fazer cumprir a lei. Assim, o processo passou a se desenvolver em função do “aprender a ensinar” (copiar), apoiado em métodos de ginástica oriundos da Europa (Método Sueco, Método Francês, etc) e em conhecimento proveniente das ciências biológicas, com metodologia estruturada em necessidades e princípios da vida militar. A preocupação centrada em um corpo de técnicas de ginástica, de esporte e, eventualmente, de recreação, constituiu uma das razões que provocou a supervalorização da prática, sem levar em conta a necessária base teórica, nem sequer do processo pedagógico”.

Este processo de formação de recursos humanos em Educação Física, recebeu ainda a influência da instituição médica, conforme afirmou-se no início deste capítulo. Tal influência estava vinculada ao empenho de educadores, a exemplo de Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, que desejavam reconstruir a

educação brasileira em “bases Científicas”, dentro de um projeto de escola que se constituísse em meio reorganizador da sociedade. Para esses intelectuais,

Isto suporia [...] aplicar o conhecimento científico em três níveis da atividade educativa: na organização e gestão dos serviços escolares, na formação dos professores e, por fim, no interior mesmo da escola, onde era preciso introduzir o [...] *espírito científico*, percebido quase que como sinônimo de espírito experimentalista, de investigação, de pesquisa. (MENDONÇA, 1997, p.4).

Esta visão de cientificidade necessária no interior da escola foi introduzida pela sociologia, que à época se difundia no ensino superior brasileiro, disciplina cujas bases foram assentadas da aplicação ao social do método das ciências naturais. Assim, se a medicina era vista como paradigma de ciência, no sentido da forma, por diversos ramos de conhecimento, na Educação Física a área médica se configurou como matriz, também em relação ao conteúdo.

Conforme a trajetória resgatada, a presença das instituições militar e médica vieram, então, caracterizar os conteúdos e métodos da Educação Física, além de condicionar a prática dos profissionais que atuavam antes das primeiras iniciativas de formação profissional mais sistemáticas, nesta área. Quanto ao médico pode-se dizer que:

No desenvolvimento do conteúdo da Educação Física escolar, o médico, e mais especificamente o médico higienista, tem um papel destacado. Esse profissional passa a ser um personagem quase indispensável, porque exerce uma 'autoridade' perante um conhecimento de ordem biológica por ele dominado. Esse conhecimento vai orientar a função a ser desempenhada pela Educação Física na escola: desenvolver a aptidão física dos indivíduos. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p.53).

A ação militar na Educação Física e sua articulação com a área médica tornou-se ainda mais evidente, com a realização, em 1929, do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, que dava as seguintes orientações:

1ª - A bem da saúde e do desenvolvimento da raça, o 1º Congresso Brasileiro de Eugenia apela para a classe médica afim de aprofundar a cultura nacional no que diz respeito às bases e orientação científicas da Educação Física a começar pela escolha do método apropriado aos brasileiros e ao seu clima.

2ª - O 1º Congresso de Eugenia incita o Governo da República a que, com a máxima urgência:

- a) organize Escolas Superiores de Educação Física para conveniente preparo dos professores indispensáveis à cultura física nacional;
- b) institua o Conselho superior de Educação Física Nacional, órgão consultivo e orientador do grande problema eugênico;
- c) estabeleça, da melhor maneira possível, a fiscalização especializada do caso, em todos os estabelecimentos de ensino, associações desportivas e outros centros de cultura física;
- d) promova o preparo de ginásios e campos apropriados a ginástica analítica e jogos ao ar livre para uso do povo em geral.

3ª - O atual Congresso Eugênico proporá para suas futuras reuniões teses relativas a “Educação Física do povo brasileiro. (PENNA MARINHO, 1943, p.184).

Após a realização do Congresso, mais uma investida de iniciativa militar seria realizada, com a apresentação, à Comissão de Educação Física, de um

anteprojeto de lei. Este instrumento legal, da iniciativa do Ministro da Guerra, General Nestor Sezefredo dos Passos, em seu Capítulo IV, intitulado “Dos professores, instrutores e monitores de educação física”, propunha:

Art. 30 - A preparação dos professores ou instrutores, dos médicos e dos monitores de educação física será assegurada:

§ 1º Por uma Escola Nacional Superior de Educação Física, com sede no Distrito Federal, a qual terá por fim:

- a) formar professores, instrutores e monitores qualificados para a instrução pública e particular, associações desportivas, cursos ou instituições de educação física, o Exército, a Marinha, as Polícias e os Bombeiros;
- b) especializar médicos civis, militares e navais;
- c) organizar laboratórios para estudar os problemas da educação e do adestramento físico;
- d) elaborar o regulamento geral de educação física;
- e) criar um método nacional de educação física;
- f) construir o Instituto de Educação Física do Brasil, no que concerne não somente a educação física propriamente, a esgrima, a natação e, enfim, a todos os exercícios do corpo.

§ 2º - Por escolas estaduais de educação física, organizadas de modo semelhante a Escola Nacional Superior.

§ 3º - Por uma escola de ginástica da Marinha.

§ 4º - Por centros regionais de instrução física militar.

Art. 31 - A escola superior de educação física será regida por um regulamento que obedecerá as seguintes bases gerais:

§ 1º O curso compreenderá:

I - Cinco divisões:

- a) alunos professores, masculinos e femininos;
- b) alunos instrutores do Exército, Marinha, Polícias e Bombeiros;
- c) alunos médicos civis, militares e navais;
- d) alunos monitores;
- e) alunos mestres de esgrima.

II - Cinco laboratórios:

- a) anatomia, fisiologia e psicologia;
- b) química biológica;
- c) cinematografia e fotografia;
- d) radiologia;
- e) antropologia e morfologia humana.

§ 2º Os diferentes cursos terão a duração:

- a) para os professores, professoras e instrutores: dois anos;
- b) para médicos: três meses;
- c) para mestres de esgrima: dois anos;
- d) para monitores: um ano.

§ 3º (...)

Art. 32 - A colaboração indispensável do médico na educação física será assegurada:

§ 1º - Pela criação de cadeiras de fisiologia aplicada a eugenia nas Faculdades de Medicina.

§ 2º - Pela organização da fiscalização médica no ensino da educação física nos estabelecimentos de ensino, públicos ou particulares, e nas associações desportivas, cursos ou instituições de educação física.

Art. 33 - O médico e o professor ou instrutor de educação física são inseparáveis; por isso será proibido ministrar a educação física ou qualquer ramo do desporto, sem a assistência do médico especialista.

Art. 34 (...)

VII - Disposições transitórias

Art. 41 - Enquanto não for criado o Método Nacional de Educação Física, fica adotado em todo o território brasileiro o denominado Método Francês sob o título de Regulamento Geral de Educação Física.

Art 42 - (...)

Art. 43 - Enquanto não for organizada a Escola Nacional Superior de Educação Física, os seus cursos poderão ser feitos no Centro Provisório de Educação Física, mantido pelo Ministério da Guerra, mediante regulamentação desta lei, estabelecida de acordo com os Ministérios interessados (...).

Art 44 - O Exército poderá fornecer instrutores para as escolas públicas, a juízo do ministro da Guerra, ate que seja feito o recrutamento do pessoal civil previsto no Art. 14.(PENNA MARINHO, 1943, p.191).

Após severa crítica por parte da Associação Brasileira de Educação, o anteprojeto não foi aprovado, tendo então o Ministério da Guerra, organizado o Centro Militar de Educação Física, que se transformaria em 1933, na Escola de Educação Física do Exército.

Esta situação de hegemonia da instituição militar, no processo de formação profissional em Educação Física, começou a se modificar com a criação das primeiras escolas civis de formação de professores, no final da década de 30. "Esta fase inicial perdurou até 1939, quando foram autorizadas a Escola de Educação Física do Estado de São Paulo e a Nacional de Educação Física, no Rio de Janeiro, em plena vigência do Estado Novo". (FARIA JUNIOR, 1987, P.15).

A Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo, criada em 1931, como integrante do Departamento de Educação Física e Esportes do Estado de São Paulo, só começou a funcionar a partir do Decreto nº10034 de 4 de março de 1934.

Essa Instituição formava seus profissionais em dois anos e constituía de secções (disciplinas) e de subsecções (especificação maior dentro de uma disciplina). Pode-se citar, como exemplo, a secção de Pedagogia e Metodologia da Educação Física, que tinha as subsecções Educação Física Infantil, Educação Física Feminina, Esportes Aquáticos, Bola ao Cesto, entre outras. (MEZZADRI, 1994, p.57),

Mas, a sistematização da formação do profissional de Educação Física segundo FARIA JUNIOR (s.d), “...tem origem na criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, e na adoção da organização curricular para ela estabelecida”. Esta organização, a exemplo de instâncias similares de outras áreas de conhecimento, como da Filosofia e da Pedagogia, polarizou e liderou a iniciativa da constituição curricular, influenciando as ações das unidades federativas, ocasionando uniformidade dos demais currículos das escolas superiores de Educação Física até a década de 50. A Escola Nacional de Educação Física e Desportos — ENEFD, da Universidade do Brasil, foi fundada em 17 de abril de 1939, pelo Decreto-lei nº1212.

Uma vez que a ENEFD se tornou um paradigma para as escolas nos Estados, optou-se pela apresentação de transcrições de trechos do referido Decreto-lei, que são importantes para esta análise:

Capítulo I - Da criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos.

Art. 1º Fica criada, na Universidade do Brasil, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos, que terá por finalidades:

- a) formar pessoal técnico em educação física e desportos;
- b) imprimir ao ensino da educação física e dos desportos em todo o país, unidade teórica e prática;
- c) difundir, de modo geral, conhecimentos relativos a educação física e aos desportos;
- d) realizar pesquisas sobre a educação física e os desportos, indicando os métodos mais adequados a sua prática no país.

Capítulo II - Dos Cursos.

Art. 2º - A Escola Nacional de Educação Física e Desportos ministrará os seguintes cursos:

- a) curso superior de educação física;
- b) curso normal de educação física;
- c) curso de técnica desportiva;
- d) curso de treinamento e massagem;
- e) curso de medicina da educação física e dos desportos.

Art. 3º - O curso superior de educação física será de dois anos e terá a seguinte seriação de disciplinas:

Primeira série:

- 1 - Anatomia e fisiologia humanas.
- 2 - Cinesiologia.
- 3 - Higiene aplicada
- 4 - Socorros de urgência

- 5 - Biometria
- 6 - Psicologia aplicada
- 7 - Metodologia da educação física
- 8 - História da educação física e dos desportos
- 9 - Ginástica rítmica
- 10 - Educação física geral
- 11 - Desportos aquáticos
- 12 - Desportos terrestres individuais
- 13 - Desportos terrestres coletivos
- 14 - Desportos de ataque e defesa.

Segunda série

- 1 - Cinesiologia
- 2 - Fisioterapia
- 3 - Biometria
- 4 - Psicologia aplicada
- 5 - Metodologia da educação física
- 6 - Organização da educação física e dos desportos
- 7 - Ginástica rítmica
- 8 - Educação física geral
- 9 - Desportos aquáticos
- 10 - Desportos terrestres individuais
- 11 - Desportos terrestres coletivos
- 12 - desportos de ataque e defesa

Art. 4º - O curso normal de educação física será de um ano e se constituirá das seguintes disciplinas:

- 1 - Anatomia e fisiologia humanas
- 2 - Cinesiologia
- 3 - Higiene aplicada
- 4 - Socorros de urgência
- 5 - Fisioterapia

- 6 - Biometria
- 7 - Metodologia da educação física
- 8 - História da educação física e dos desportos
- 9 - Organização da educação física e dos desportos

Art. 5º - O curso de técnica desportiva será de um ano e se constituirá das seguintes disciplinas:

- 1 - Anatomia e fisiologia humanas
- 2 - Cinesiologia
- 3 - Higiene aplicada
- 4.- Socorros de urgência
- 5 - Fisioterapia
- 6 - Biometria
- 7 - Psicologia aplicada
- 8 - Metodologia do treinamento desportivo
- 9 - História da educação física e dos desportos
- 10 - Organização da educação física e dos desportos
- 11 - Ginástica rítmica
- 12 - Educação física geral
- 13 - Desportos aquáticos
- 14 - Desportos terrestres individuais
- 15 - Desportos terrestres coletivos
- 16 - Desportos de ataque e defesa

Art. 6º - O curso de treinamento e massagem será de um ano e se constituirá das seguintes disciplinas:

- 1 - Anatomia e fisiologia humanas
- 2 - Higiene aplicada
- 3 - Fisioterapia
- 4 - Socorros de urgência
- 5 - Metodologia do treinamento desportivo
- 6 - Organização da educação física e dos desportos
- 7 - Ginástica rítmica

- 8 - educação física geral
- 9 - desportos aquáticos
- 10 - Desportos terrestres individuais
- 11 - Desportos terrestres coletivos
- 12 - Desportos de ataque e defesa

Art 7º - O curso de medicina da educação física e desportos será de um ano e se constituirá das seguintes disciplinas:

- 1 - Cinesiologia
- 2 - Fisiologia aplicada
- 3 - Fisioterapia
- 4 - Metabologia
- 5 - Biometria
- 6 - Psicologia aplicada
- 7 - Traumatologia desportiva
- 8 - Metodologia da educação física
- 9 - Metodologia do treinamento desportivo
- 10 - História da educação física e dos desportos
- 11 - Organização da educação física e dos desportos
- 12 - Ginástica rítmica
- 13 - Educação física geral
- 14 - Desportos aquáticos
- 15 - Desportos terrestres individuais
- 16 - Desportos terrestres coletivos
- 17 - Desportos de ataque e defesa

Art. 8 - O ensino da ginástica rítmica será ministrado, em todos os cursos, somente aos alunos do sexo feminino.

Capítulo III - Das cadeiras e do pessoal docente e administrativo.

Art. 9º - As disciplinas ensinadas na Escola Nacional de Educação Física e Desportos constituirão as seguintes cadeiras:

- I - Anatomia e fisiologia humanas e higiene aplicada.
- II - Cinesiologia.
- III - Fisiologia aplicada.
- IV - Fisioterapia.
- V - Metabologia.
- VI - Biometria.
- VII - Psicologia aplicada.
- VIII - Traumatologia desportiva e socorros de urgência.
- IX - Metodologia da educação física e do treinamento desportivo.
- X - História e organização da educação física e dos desportos.
- XI - Ginástica rítmica.
- XII - Educação física geral (1ª cadeira).
- XIII - Educação física geral (2ª cadeira).
- XIV - Desportos aquáticos.
- XV - Desportos terrestres individuais.
- XVI - Desportos terrestres coletivos.
- XVII - Desportos de ataque e defesa”.

Para TAFFAREL (1993, p.32), “esta formação delineou, para a época, um perfil do profissional de Educação Física que o diferenciava dos demais profissionais do magistério”. Tal situação se dava pelo fato, de haver uma exigência diversificada no ingresso e na permanência, destes acadêmicos no curso de Educação Física, uma vez que, dentro da Universidade do Brasil, haviam sido criadas duas unidades universitárias distintas, para habilitação de professores: enquanto a Faculdade Nacional de Filosofia —FNFi exigia de seus candidatos, o curso secundário complementar, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos — ENEFD exigia, para o ingresso em seus cursos, somente o curso secundário fundamental. Além disso, aos alunos da FNFi apenas seria

concedida a habilitação ao exercício do magistério secundário após a conclusão dos chamados cursos ordinários, com duração de três anos e do Curso de Didática, mas aos discentes da ENEFD, a habilitação para o exercício do magistério, se daria após a conclusão dos dois anos do curso.

Com relação à permanência dos acadêmicos nos cursos de Educação Física, a situação se manteve inalterada até 1945, quando através do Decreto-lei nº8270/45 “...ocorreu a primeira mudança que procurava aproximar a formação do professor de Educação Física da dos demais integrantes do magistério, com a alteração da duração do curso que passou para três anos”. (FARIA JUNIOR, 1987, p.18). Todavia, a exigência diferenciada para o ingresso permaneceu, até quando, por “força do Parecer nº118/58 do Conselho Nacional de Educação, (...) se exige a apresentação do certificado de conclusão do Curso Clássico ou Científico (secundário completo)”. (TAFFAREL, 1993, p.32).

Estas medidas evidenciam uma aproximação maior da formação do professor de Educação Física com os demais profissionais do magistério.

Todavia, Fernando de Azevedo reconhecia e questionava a não colocação dos profissionais de Educação Física em igual patamar de valorização dos outros integrantes do sistema escolar. Em Aula inaugural proferida em 7 de março de 1961, na abertura de cursos da Escola de Educação Física do Estado de São Paulo, assim descreveu a situação:

E aqui tocamos um problema capital: o da integração da educação física no plano geral da educação, como parte desse plano e no mesmo nível das outras, e

recebendo dele a sua inspiração e as suas diretrizes. Ora, a educação física já preciso dizer-lo com franqueza) continua a ser tratada como um parente pobre nas escolas. Faltam-lhe, para se radicar e desenvolver-se nas escolas, instalações adequadas (salas de ginástica; piscinas ao ar livre ou cobertas, campos de jogos e de esportes); faltam-lhe, nelas, laboratórios e equipamentos para o controle das atividades físicas e de suas técnicas, como das reações individuais aos exercícios; faltam-lhes professores e instrutores especializados. Faltam-lhe orientação, estímulo e condições materiais para estudo, levantamentos e pesquisa, como bibliotecas e serviço de documentação e informação pedagógica. Mal aparelhadas, em geral, as Escolas de Educação Física não dispõem dos meios e recursos indispensáveis para cumprirem a missão que lhes compete, como centros renovadores de estudos e de ensino, nesse domínio particular da educação. Educação intelectual e moral, de um lado, e educação física, de outro, parece andarem desparelhadas, como se não se entendessem, seguindo direções diferentes e num ritmo desigual de desenvolvimento. Professores e educadores trabalham, cada qual em sua esfera própria, sem se preocuparem com o que se passa nas outras, e as próprias reformas que se empreendem, parciais e fragmentárias, não contribuem senão para manter esse estado de coisas, desarticulando a obra de educação, de que a visão de conjunto, faltando num plano geral, orgânico, tem de se perder na execução e nos seus detalhes. (AZEVEDO. [s.d.])

Após este período, com o sancionamento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como a criação do Conselho Federal de Educação através desta que tinha, entre outras, a competência de fixar os mínimos de conteúdo e duração dos cursos superiores, ter-se-ia um novo panorama no que se refere a organização dos cursos de Educação Física no Brasil.

Em 17 de novembro de 1962, foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação, o Parecer nº298, que estabeleceu os Currículos Mínimos dos Cursos de Educação Física e Desportos. Neste parecer, o Conselheiro Clóvis Salgado propôs o curso superior de educação física e o de técnico desportivo, com a duração de três anos letivos e os seguintes currículos:

I - Curso Superior de Educação Física:

Anatomia e Fisiologia

Psicologia

Pedagogia

Cinesiologia

Higiene

Fisioterapia

Socorros de Urgência

Biometria

Organização e Administração da Educação Física e dos Desportos

Ginástica

Desportos

Dança

Recreação

Matérias pedagógicas de acordo com o Parecer nº292.

II - Curso de Técnica Desportiva:

As matérias enumeradas de 1 a 12 no curso nºI

Dois Desportos (especialização)

Matérias pedagógicas (Parecer nº292).

A esses currículos mínimos, as Escolas poderão acrescentar outras matérias, obrigatórias ou facultativas”. (BRASIL, CFE, Parecer nº298 de 17 de novembro de 1962).

Tendo sido aprovado pelo Conselho Federal de Educação, este currículo mínimo, orientou a formação do professor de Educação Física e do Técnico Desportivo até o ano de 1969, quando foi aprovado o Parecer nº894 de 02 de dezembro de 1969. Neste Parecer, se evidenciou uma maior preocupação com a formação do técnico desportivo, uma vez que “...o sistema adotado de acordo

com o Parecer 298/62 do CFE, de cursos paralelos de professor de Educação Física e Técnico Desportivo, na prática não se mostrou exequível”. (BRASIL, CFE, Parecer nº894 de 02 de dezembro de 1969).

Assim, a formação em Educação Física passou a ocorrer em duas habilitações: Licenciatura e Técnico de Desportos. Com formação simultânea, uma vez que o Parágrafo único do Art.2º, da referida Resolução, previa o acréscimo de mais duas matérias escolhidas pelo aluno, da lista de desportos, oferecida pela escola para integrar o currículo, com vistas a obtenção do título de técnico desportivo. Para conclusão desta formação, o Parecer nº894/69 previa, ainda, um curso com duração mínima de 180 horas.

Não obstante à incipiente fundamentação teórica do Parecer nº 894, principalmente, quanto à formação do professor Licenciado em Educação Física, aprovou-se a Resolução nº69/69, que passou a fixar os mínimos de conteúdo e duração do curso de Educação Física, ficando o currículo mínimo assim constituído:

1 - Matérias básicas:

1.1 - Biologia

1.2 - Anatomia

1.3 - Fisiologia

1.4 - Cinesiologia

1.5 - Biometria

1.6 - Higiene

2 - Matérias profissionais:

- 2.1 - Socorros Urgentes
 - 2.2 - Ginástica
 - 2.3 - Rítmica
 - 2.4 - Natação
 - 2.5 - Atletismo
 - 2.6 - Recreação
 - 2.7 - Matérias pedagógicas de acordo com o Parecer nº672/69”.
- (BRASIL, CFE, Resolução nº69 de 06 de novembro de 1969).

Apesar do entendimento que se tem acerca das limitações de uma análise baseada somente no elenco de disciplinas, percebe-se nas propostas curriculares expostas, o predomínio das disciplinas da área biomédica, em detrimento das disciplinas pedagógicas. Assim, nos Cursos de Educação Física, mesmo em se tratando de instâncias específicas de formação de professores, os conteúdos da pedagogia nunca passaram de mero apêndice no currículo. Esse distanciamento, ainda mais radical, em relação à área da educação, pode ser identificado a partir da década de 40, quando as disciplinas de conteúdo esportivo passam a se afirmar nos currículos.

Observou-se que as escolas responsáveis pela formação em Educação Física, se utilizariam da Resolução nº69/69 do CFE, como base de organização de seus cursos, por mais dezoito anos, apesar dos problemas apresentados.

No final da década de setenta, com a criação dos primeiros cursos de Pós-Graduação em Educação Física e Esportes e a frequência cada vez maior de professores de Educação Física realizando seus cursos de Pós-Graduação, também em áreas como Educação, Psicologia etc., começaram a surgir

preocupações com a formação oferecida pelas Escolas de Educação Física, e com isto as primeiras críticas em torno deste processo.

Na verdade, é nesta época que a intelectualidade brasileira, inserida no âmbito acadêmico, inicia a sistematização de posturas filosófico-políticas que questionam a modalidade tecnicista de produção do saber. Na esfera da Educação, sob a liderança de Demerval Saviani, foi construída a Pedagogia Histórico-Crítica, com bases marxistas, que foi difundida através dos cursos de mestrado e doutorado, formadores dos professores das graduações. Ainda sob o Regime militar, mas sob as perspectivas da abertura política (iniciada em 1981), emerge um movimento que se configura como progressista, pois colocava em xeque as práticas conservadoras.

Também na Educação Física, as produções deste período revelaram as contradições e conflitos que permeavam esta área de formação, que pela primeira vez, passava por intenso questionamento.

Deste modo, “...de agosto de 1978 a março de 1987, foram realizados Encontros e Seminários em diversos Estados da União, reunindo Professores de Educação Física; Técnicos Desportivos, Médicos e Acadêmicos, para discutirem as reformas necessárias no Currículo dos Cursos de Graduação em Educação Física” (TOJAL, 1989, p.73). Com isso, as estruturas vigentes dos cursos de graduação em Educação Física, até então fixadas pela Resolução 69/69 do Conselho Federal de Educação, tornam-se objetos de numerosas críticas por parte destes profissionais, que passam a reclamar o direito de estabelecer os conteúdos

curriculares de acordo com a concepção de cada curso. Pretendendo objetivar esta reivindicação, a comunidade acadêmica reuniu-se em três encontros principais: Rio de Janeiro (1979), Florianópolis (1981) e Curitiba (1982).

Anteriormente a estes encontros, foi organizado em 1978, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, um seminário para discussão e elaboração de propostas de novo currículo, do qual resultou um documento, a síntese propunha:

- a) Crítica às Escolas de Educação Física, que pela supervalorização do atleta, conduziram a filosofia educacional existente e a uma formação técnico-desportiva;
- b) Dever das escolas de enfatizar o aspecto humanístico, visando a formação com conotação de pedagogo;
- c) Dotação de capacitação para o magistério do 1º ao 2º graus;
- d) Busca do perfil do professor como educador;
- e) Criação de opções de formação com habilitações específicas, preocupação do Conselho Federal de Educação, de acordo com a indicação 22/72 (formação de especialistas);
- f) Possibilitar a formação no curso de licenciatura em:
 - I) Licenciatura curta com caráter de terminalidade;
 - II) Licenciatura curta com possibilidade de prosseguimento de estudos até a licenciatura plena;
 - III) Licenciatura plena com uma única habilitação específica, a critério da instituição de ensino". (TOJAL, 1989, p.74).

No encontro de Florianópolis, em 1981, rejeitou-se a oferta de habilitações, conforme proposta feita em 1978, no Rio de Janeiro. E em Curitiba, “optou-se por uma posição intermediária entre a desejada abolição do currículo mínimo e o que ainda estipula a lei”, nos diz FARIA JUNIOR (1987, p.27), referindo-se ao artigo 26 da Lei nº5540/68, que delega ao Conselho Federal de Educação, o poder de fixar o currículo mínimo e a duração dos cursos superiores. Ainda no encontro de Curitiba, foram defendidos os seguintes pontos:

- a) Fixação de uma carga horária mínima para a realização do curso;
- b) Fixação de limite mínimo e máximo para a realização do curso;
- c) Estabelecimento de matérias que ajudariam as instituições na elaboração de seus currículos;
- d) Criação de mecanismos de controle 'a posteriori' na fase de reconhecimento” (TOJAL, 1989, p.76).

Somente depois deste encontro realizado em Curitiba houve uma proposta a respeito da matéria em discussão, a qual, após sofrer análises e críticas por parte da comunidade nacional de Educação Física, foi transformada em anteprojeto e encaminhada ao Conselho Federal de Educação no dia 30 de agosto de 1983, iniciando-se de uma maneira mais sistemática, o processo de discussão e reformulação do currículo mínimo de Educação Física.

Os trabalhos resultantes, das reuniões e encontros que se sucederam, por um período de três anos, após a entrega do anteprojeto ao Conselho Federal de Educação, em 1983, apresentavam as seguintes conclusões:

- 1° - Reconheceu-se a pertinência dos princípios norteadores da proposta emanada do encontro de Curitiba (1982), mesmo diante da nova política pretendida para o desporto brasileiro, proposta essa agora amadurecida pelo debate e atualizada em consonância com o momento vivido pelo ensino superior.
- 2° - Ratificou-se o entendimento de que seria imprescindível a manutenção da linha de autonomia e flexibilidade contida nessa proposta, o que possibilitaria a cada instituição elaborar seu próprio currículo com ampla liberdade para ajustar-se, numa ótica realista, as peculiaridades regionais, ao seu contexto institucional e as características, interesses e necessidades de sua comunidade escolar, quer no plano docente, quer no discente.
- 3° - Identificaram-se como casuísticos, e sem uma base mais sólida de sustentação, os argumentos de que a proposta criaria dificuldades ou mesmo impediria a transferência de alunos, além de possibilitar fraudes no desenvolvimento dos cursos.
- 4° - Concluiu-se que, embora em desacordo com a jurisprudência do CFE quanto à forma de apresentação do que se convencionou chamar 'currículo mínimo', a linha de desenvolvimento curricular apresentada pela proposta, em sua essência, não contraria o estabelecido pelo artigo 26 da Lei 5540/68(...).
- 5° - Reconheceu-se a necessidade, como a prevista inicialmente pela proposta de reformulação curricular (Curitiba/1982), de haver, complementarmente à proposta, estratégias para implementação, acompanhamento e avaliação da mesma.
- 6° - Reconheceu-se que a aceitação por parte das IES da proposta em questão revelaria que foram assumidas, na verdade, as responsabilidades que a liberdade lhes outorga, traduzindo-se assim numa real carta de idoneidade da instituição”(BRASIL, Conselho Federal de Educação, Parecer nº215 de 11 de março de 1987).

Em seguida, o Conselho Federal de Educação enviou às escolas do país uma nova proposta, já com os reajustes necessários, surgidos a partir das conclusões acima apresentadas. Na seqüência, duas escolas iriam se manifestar pela inclusão do bacharelado em Educação Física. Vontade essa que seria reafirmada, em uma discussão realizada no plenário do Conselho Federal de Educação, onde estavam presentes a maioria dos representantes das escolas de Educação Física do país.

Com relação à proposta de inclusão do bacharelado, TOJAL (1989, p.79), faz a seguinte síntese:

A introdução do bacharelado nas cogitações do relator e do grupo de trabalho iniciou-se a partir da manifestação das escolas na reunião de setembro e no plenário do Conselho Federal de Educação, onde se discutiu o estabelecimento e ampliação do campo de atuação do profissional de Educação Física, evidenciando-se a necessidade do estabelecimento de currículos mais precisos, mais estruturados, mais voltados para a pesquisa e para a delimitação do campo profissional específico da Educação Física, ficando evidente que é imprescindível a valorização do bacharelado”.

Com a introdução do bacharelado em Educação Física, foi aprovado o parecer nº215/87 do Conselho Federal de Educação, bem como, em 16 de junho de 1987, a Resolução nº03 deste mesmo Conselho, que passaria, a partir de então, a fixar os mínimos de conteúdo e duração dos cursos de Educação Física (bacharelado e/ou licenciatura plena).

Os caminhos seguidos pelas instituições mantenedoras dos cursos de Educação Física no Brasil, com a extinção do currículo mínimo obrigatório, após a homologação da Resolução nº03/87 do CFE, seriam, transformados no grande desafio para a comunidade acadêmica, principalmente para aqueles profissionais que concebiam "...a exigência de um currículo mínimo - fruto do autoritarismo e intervencionismo do Estado na Educação - como inibidor da qualidade dos cursos de formação, estimulando a fraude e a simulação"(CARTA DE BELO HORIZONTE, 1984, P.5). Ao atender às reivindicações da comunidade acadêmica, o CFE estava oportunizando, pela primeira vez na história, a possibilidade de rompimento com o autoritarismo e conservadorismo dos conteúdos e estruturas que caracterizaram esta área do saber.

3. A RESOLUÇÃO Nº 03/87 DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO

O presente capítulo consiste em um estudo da Resolução nº03/87, sua trajetória, seu significado para a comunidade acadêmica e, também, os limites e possibilidades por ela impostos. Pretende ainda, estabelecer uma compreensão crítica desta resolução, que passou a normatizar a formação do profissional de Educação Física, até a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em dezembro de 1996.

Em uma introdução será apresentada a trajetória da Resolução 03/87, a partir de documentos que foram sendo produzidos ao longo de sua elaboração, no período que vai desde o ano de 1978, até a aprovação final do texto, em 16 de junho de 1987. Em seguida será feita uma apresentação dos principais indicadores presentes no Parecer 215/87, que se consolidaram nos principais artigos da Resolução em questão, para estabelecer um estudo comparativo destes, com alguns artigos presentes na Resolução 69/69 e seu respectivo Parecer, que regulamentou os cursos de graduação em Educação Física, até o ano de 1987. Finalmente, será apresentada uma síntese das produções, a respeito da Resolução 03/87, tentando compreender o significado desta, a partir dos limites e possibilidades apontados por seus principais críticos.

3.1. A trajetória da resolução nº03/87

A década de 80 pode ser vista como um momento em que se projetou, em nível nacional, um movimento de repensar a Educação Física. Movimento este, que já vinha se desenvolvendo, como vimos no capítulo anterior, com certa regularidade desde o final da década de 70, com a criação dos cursos de pós-graduação.

Decorrente deste movimento, surgiu um profissional mais preocupado em discutir os problemas que permeavam esta área de formação e, com ele vieram, as primeiras críticas em torno da estrutura vigente dos cursos de graduação em Educação Física, até então fixadas pela Resolução 69/69, do Conselho Federal de Educação, criando assim, um ambiente favorável para a discussão curricular. Este movimento em torno da reformulação curricular dos cursos de Educação Física, teve o apoio do MEC, que propôs então, a formação de um grupo de estudos, para elaborar uma nova proposta de currículo mínimo, para a área.

Foi a partir do Seminário sobre Currículo Mínimo para formação de Docentes de Educação Física, realizado em Curitiba no ano de 1982, que as bases da Resolução 03/87, foram se delineando. A proposta de Curitiba, “após ter sido objeto de amplas discussões e críticas no seio da comunidade acadêmica, inclusive por ocasião do Encontro dos Diretores das Escolas de Educação Física do Brasil, realizado em março de 1984, na Escola de Educação Física da USP/SP, foi transformada no anteprojeto encaminhado ao Conselho Federal de Educação”. (BRASIL, Conselho Federal de Educação. Reestruturação dos cursos de

graduação em Educação Física, sua nova caracterização, mínimos de duração e conteúdo, novembro de 1986).

A partir do anteprojeto enviado ao Presidente do Conselho Federal de Educação, foi criado, um grupo de trabalho, através da Portaria nº10/84, vinculado à Comissão Central de Currículos do CFE, e composto por representantes da SEED/MEC, do Conselho Nacional de Desportos e docentes de diferentes Instituições de Ensino Superior, coordenados por um Conselheiro/Relator, que teriam como responsabilidade a reformulação do currículo mínimo em Educação Física.

Com o intuito de que as instituições de ensino superior, se pronunciassem a respeito do anteprojeto que havia sido encaminhado ao Conselho Federal de Educação, o mesmo foi enviado pelo Conselheiro Relator a todas as 95 escolas que, à época, ofertavam o curso de Educação Física. Com a manifestação de apenas dezesseis escolas, o pedido foi reiterado, em meados de 1985, para que as demais instituições que não haviam respondido à primeira solicitação, viessem agora apresentar suas contribuições ao processo. Com isso, quarenta e quatro escolas de Educação Física vieram a se manifestar, concordando, ou propondo modificações no projeto original.

Em abril de 1986, o Diretor da Escola de Educação Física da USP, reuniu representantes de diversas escolas da área, com o objetivo de discutir as propostas curriculares vigentes e questões relacionadas às modificações necessárias no processo de formação do profissional de Educação Física. Desta

reunião participaram representantes docentes de vinte escolas e o Conselheiro/Relator designado pelo CFE.

Após a realização de outros encontros e seminários, o grupo de trabalho instituído pelo Presidente do CFE, reúne-se novamente em Brasília, em junho de 1986, para elaborar uma síntese dos documentos recebidos com sugestões, críticas e propostas, durante todo o período de discussão. Em função das novas contribuições que emanaram destes encontros, o anteprojeto foi novamente reajustado e enviado às escolas de Educação Física. A este expediente, responderam 40 instituições. “Dessas 40 manifestações, 26 concordaram ‘In totum’, 10 mencionam concordância em, principalmente, 5 itens. Há discordância em aspectos pertinentes e outros não, por parte de 10 instituições”. (BRASIL, op. Cit., p.10). Foram apresentadas ainda 42 sugestões, das quais, duas faziam referência ao curso de bacharelado e cinco referiam-se à formação do profissional para atuar no esporte - performance.

A partir destas considerações, o Relator passou ao trabalho de elaboração do Parecer e da Resolução, que dariam as novas diretrizes para formação profissional em Educação Física.

A Resolução nº03/87 aprovada em 16 de junho de 1987, teve como relator o Conselheiro Mauro Costa Rodrigues e apresenta seus pressupostos no Parecer nº215/87. Este, após algumas considerações de ordem histórica e conceitual, expõe os indicadores que deverão caracterizar o desenvolvimento do curso de graduação desejado.

O primeiro indicador¹, refere-se ao perfil profissiográfico² do Licenciado e do Bacharel em Educação Física, onde são apresentados os referenciais a partir dos quais deverá ser determinado o perfil do profissional que cada curso de Educação Física deseja formar, bem como o currículo necessário para esta formação. Para o relator, este profissional, como referencial, deverá apresentar:

- destacada capacidade de análise e síntese, com ampla visão da realidade e atitude crítica dela;
- consciência das reais necessidades e possibilidades do cidadão e das características apresentadas pela sociedade;
- domínio de instrumentos, métodos e técnicas que permitam desenvolver sua profissão, respondendo a situações concretas e gerais, com condições de liderança e comportamento ético, que se ajuste à dinâmica do processo de uma sociedade em permanente transformação;
- capacidade de identificar as necessidades regionais; refletir e decidir de forma autônoma, propor e aceitar mudanças, mantendo-se sempre atualizado no campo do ensino formal e não-formal;
- capacidade de usar adequadamente os conteúdos, materiais, equipamentos, espaços e lugares, a fim de auxiliar os alunos a atingir competência para viver cooperativamente na mais complexa situação;
- capacidade de identificar e respeitar as diferenças individuais no processo de aprendizagem e estabelecer um ambiente crítico e reflexivo, dentro de uma proposta emancipadora e educativa. (BRASIL, Conselho Federal de Educação, Parecer nº215 de 11 de março de 1987).

¹ O termo indicador foi mantido conforme consta no texto do Parecer nº215/87 - CFE

² Com relação ao perfil profissiográfico do Licenciado e do Bacharel em Educação Física, o relator faz, no Parecer nº215/87, o seguinte comentário: “Para atuar na Educação Física e no Desporto, (...) será necessário um profissional egresso de formação abrangente - com um forte embasamento humanístico - em curso de duração plena, englobando os aspectos ligados tanto à licenciatura, quanto ao bacharelado, com aprofundamentos que atendam as suas potencialidades e com possibilidades de capacitá-lo para o prosseguimento nos estudos a nível de pós-graduação (aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado)”.

O segundo indicador estabelecido pelo Parecer, está relacionado à duração do curso e cargas horárias mínimas que, segundo o relator, irá compreender “o tempo útil de trabalho escolar (mensurado em horas/aula) e o tempo total, que vai do início à conclusão do curso”.(Parecer 52/65 - CFE In: BRASIL, Conselho Federal de Educação, Parecer 215 de 11 de março de 1987). Fica estabelecido pelo Parecer o mínimo de 4 anos ou 8 semestres letivos, e o máximo de 7 anos, ou 14 semestres letivos, como tempo total. E como tempo útil, foram estabelecidas o mínimo de 2880 horas/aula, nas quais deverão estar computadas as horas destinadas à formação pedagógica.

Outro indicador, diz respeito à estrutura curricular e aos mínimos de conteúdo exigíveis para os cursos de graduação em Educação Física. Fica definido que os currículos, deverão respeitar a caracterização proposta e o perfil delineado, que compreenderão duas partes: uma destinada à Formação Geral (humanística e técnica) e, outra, ao Aprofundamento de Conhecimentos. Propunha-se, ainda, que na parte destinada à Formação Geral, fossem consideradas as seguintes áreas de conhecimento:

CONHECIMENTO FILOSÓFICO

compreendido como conhecimento filosófico o resultado da reflexão sobre a realidade, seja no nível da praxis, a própria existência cotidiana do profissional de Educação Física, relacionada com eventos históricos, sociais, políticos, econômicos, seja no nível da teoria, apresentação rigorosa através das ciências dessa mesma praxis. O conhecimento filosófico deve consistir na articulação da praxes pedagógica com as teorias sobre o homem, a sociedade e a técnica.

CONHECIMENTO DO SER HUMANO

entendido como o conjunto de conhecimentos sobre o ser humano, durante todo seu ciclo vital, no que concerne aos seus aspectos biológicos e psicológicos, bem como sua interação com o meio ambiente, face a presença ou ausência de atividades de Educação Física.

CONHECIMENTO DA SOCIEDADE

entendido como a compreensão da natureza social das instituições, sistemas e processos, com vistas a uma efetiva contribuição da Educação Física para o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade, considerando-se especificamente a realidade brasileira.

CONHECIMENTO TÉCNICO

entendido como o conjunto de conhecimentos e competências para planejar, executar, orientar e avaliar atividades da Educação Física, nos campos da Educação Escolar e Não-Escolar contribuindo para a geração e a transformação do próprio conhecimento técnico (BRASIL, Conselho Federal de Educação, Resolução nº03 de 16 de junho de 1987).

Esta indicação de áreas de conhecimento a serem contempladas na parte de Formação Geral dos currículos corresponde, segundo o relator, a uma posição intermediária entre a desejada abolição do currículo mínimo e o estipulado pelo artigo 26 da Lei nº5540/68, que diz: “O Conselho Federal de Educação fixará o currículo mínimo e a duração mínima dos cursos superiores correspondentes às profissões reguladas em Lei e de outros, necessários ao desenvolvimento nacional”. (BRASIL, Conselho Federal de Educação, Lei nº5540 de 28 de novembro de 1968).

Já, a parte destinada ao Aprofundamento de Conhecimentos “deverá atender aos interesses dos alunos, criticar e projetar o mercado de trabalho considerando as peculiaridades de cada região e os perfis profissionais desejados”, além de “possibilitar a cada aluno a realização de pesquisas estudos teóricos e/ ou práticos, com maior qualidade e quantidade”. (BRASIL, op. Cit., p.168).

A questão do Técnico Desportivo, aparece como mais um indicador apontado pelo Parecer, ficando definido que esta formação deverá ser feita através de cursos específicos, realizados em nível de especialização, em escolas de Educação Física de nível superior que possuam áreas de excelência, efetivamente, reconhecidas.

Quanto ao indicador que faz referência à formação pedagógica, o relator defende a necessidade de se compreender esta formação, de modo mais abrangente do que o estabelecido pelo Parecer nº672/69 e Resolução nº09/69, que regulava, de modo geral, os mínimos de duração e conteúdo para a formação pedagógica nos cursos de Licenciatura deixando, contudo, esta questão a cargo dos cursos de Educação Física, os quais deverão “estabelecer, de forma global, essa práxis pedagógica” (BRASIL, op. Cit., p.177). E, fixando somente a duração mínima de um semestre letivo de estágio curricular, tanto para a Licenciatura quanto para o Bacharelado.

O último indicador apresentado diz respeito à titulação a ser conferida ao profissional de Educação Física Licenciatura e/ou Bacharelado. A introdução do

bacharelado nas cogitações do relator, começam a partir da manifestação de duas escolas de Educação Física, em setembro de 1986, e após uma reunião realizada no plenário do Conselho Federal de Educação, em outubro deste mesmo ano. No Parecer nº215/87, o Conselheiro Mauro Costa Rodrigues, assim justifica a inclusão e importância do bacharelado para a Educação Física no Brasil.

(...) a Educação Física não tem sido pensada como um campo de conhecimento específico. A maneira como vem sendo concebida pela maioria das Instituições de Ensino Superior - que oferecem unicamente a habilitação a nível de licenciatura voltada para a área da Educação Física no ensino regular de 1º e 2º graus, sem maiores preocupações com os aspectos da pesquisa, muito tem contribuído para a descaracterização desses profissionais. Esta aí, talvez, um dos problemas agudos para o desenvolvimento da Educação Física no Brasil. (BRASIL, op. Cit., p.173).

Apesar de todas as alterações na legislação que trata da formação profissional em Educação Física, sem dúvida, a questão que mais causou polêmica, foi a da introdução do Bacharelado em Educação Física, questão esta, que tem dividido as opiniões de profissionais atuantes na área de formação.

3.2. Estudo comparativo da resolução nº03/87 com a resolução nº69/69

Com o intuito de verificarmos possíveis avanços e/ou continuidades da Resolução nº03/87, com relação à resolução anterior (Resolução nº69/69), será feito um estudo comparativo entre estas, a partir da construção de quadros, que tomarão por base alguns dos indicadores analisados anteriormente no texto, quais sejam:

1. Titulação a ser conferida ao profissional de Educação Física (Licenciatura, Bacharelado, Técnico Desportivo);
2. Duração do Curso e Carga Horária Mínima;
3. Estrutura curricular e mínimos de conteúdo exigíveis.

Estes indicadores foram selecionados para a análise comparativa entre a Resolução N°03/87 e a Resolução N°69/69, por representarem a idéia corrente, de que residiam aí os grandes avanços da nova Resolução.

QUADRO 1 - TITULAÇÃO CONFERIDA AO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA (LICENCIATURA, BACHARELADO, TÉCNICO DESPORTIVO)

TITULAÇÃO CONFERIDA AO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA				
DOCUMENTOS/ TITULAÇÃO	Parecer Nº894/69	Resolução Nº69/69	Parecer Nº215/87	Resolução Nº03/87
Licenciatura	Presente no Parecer sem especificar se é de Plena ou curta duração	Presente no Parecer sem especificar se é de Plena ou Curta duração	Trata da Licenciatura Plena	Trata da Licenciatura Plena
Bacharelado	Não aparece no texto do Parecer	Não aparece no texto da Resolução	Presente no texto do Parecer	Fica instituída a formação do Bacharel
Tec. Desportivo	Aparece como complementação para o Licenciado em Ed. Física atuar como Técnico em Esportes	Aparece como complementação para o Licenciado em Ed. Física atuar como Técnico em Esportes	Habilitação concedida em cursos de Especialização	Habilitação concedida em cursos de Especialização

Ao fazer uma análise do quadro acima, podemos perceber que, com relação ao indicador titulação conferida, ou formação em Licenciatura, Bacharelado e Técnico Desportivo, ocorreram avanços no entendimento do significado destes cursos tanto no Parecer nº215/87, quanto na Resolução nº03/87.

Embora a titulação de Licenciatura, em Educação Física, já estivesse presente nos textos dos documentos anteriores, seu significado não foi discutido anteriormente, ocorrendo o mesmo com relação a habilitação de Técnico Desportivo. Uma vez que, tanto no Parecer nº894/69, quanto na Resolução nº69/69, defendia-se a idéia de que o título de Técnico Desportivo poderia ser obtido dentro do próprio curso de Licenciatura em Educação Física, desde que o

aluno cursasse, com aproveitamento, duas disciplinas esportivas além das curriculares.

Já no Parecer nº215/87, apresenta-se um retrospecto da problemática em torno da formação do Técnico Desportivo, antes de se apontar para esta formação em nível de especialização. Com relação à Licenciatura, no Parecer nº 215/87 ela já aparece como Licenciatura Plena.

Estes avanços presentes no Parecer nº215/87 e na Resolução nº03/87, refletem de certa forma o amadurecimento pelo qual vinha passando a comunidade acadêmica, que se fez representar nos diversos encontros anteriores ao momento de elaboração do referido Parecer nº215 e da Resolução nº03/87.

O curso de Bacharelado em Educação Física surge pela primeira vez, no texto do Parecer nº215/87, não estando presente nos documentos e discussões anteriores sobre esta área de formação.

QUADRO 2 - DURAÇÃO DO CURSO E CARGA HORÁRIA MÍNIMA

DURAÇÃO DO CURSO E CARGA HORÁRIA MÍNIMA		
DOCUMENTOS/ DURAÇÃO E C. H. MÍNIMA	PARECER Nº894/69 e RESOLUÇÃO Nº69/69	PARECER Nº215/87 e RESOLUÇÃO Nº03/87
DURAÇÃO DO CURSO	3 a 5 anos	4 a 7 anos
CARGA HORÁRIA MÍNIMA	Licenciatura: 1800 horas	Lic. e/ou Bacharelado: 2880 horas

Pode-se perceber no quadro acima, um acréscimo no tempo de duração do curso, bem como da carga horária mínima na Resolução nº03/87. Uma justificativa para esse aumento da duração do curso e da carga horária mínima,

poderia ser dada em função das modificações sugeridas na nova proposta de formação do profissional de Educação Física. No entanto, não encontramos no texto do Parecer nº215/87 nenhuma justificativa, neste ou em outro sentido, que esclareça esse acréscimo no tempo de formação.

Com relação ainda, à duração do curso e da carga horária mínima, é necessário verificar como isto estava posto em outras licenciaturas, procurando saber se este aumento da duração do curso e da carga horária mínima, apresenta alguma semelhança com outras licenciaturas.

QUADRO 3 - DURAÇÃO DO CURSO E CARGA HORÁRIA MÍNIMA EM OUTRAS LICENCIATURAS

DURAÇÃO DO CURSO E CARGA HORÁRIA MÍNIMA EM OUTRAS LICENCIATURAS		
DURAÇÃO E C. H. MÍNIMA/ LICENCIATURAS	DURAÇÃO DO CURSO	CARGA HORÁRIA MÍNIMA
Licenciatura Plena em Ciências	3 a 7 anos	2800 horas
Licenciatura em Ciências Biológicas	3 a 6 anos	2500 horas
Licenciatura em Ciências Sociais	3 a 7 anos	2200 horas
Licenciatura Plena em Educação Artística	3 a 7 anos	2500 horas
Licenciatura Plena em Estudos Sociais - Modalidade de Educação Moral e Cívica	3 a 7 anos	2200 horas
Licenciatura em Filosofia	3 a 7 anos	2200 horas
Licenciatura em Geografia	3 a 7 anos	2200 horas
Licenciatura em Psicologia	3,5 a 7 anos	3240 horas
FONTE: Currículos Mínimos dos Cursos de Graduação - CFE		

Como se pode perceber a duração do curso e a carga horária mínima em Educação Física é superior também às demais licenciaturas apresentadas. Esta constatação torna ainda mais difícil o entendimento do acréscimo deste tempo para a formação do profissional em Educação Física.

Assim, não se pode afirmar que o simples aumento da carga horária e do tempo de duração do curso, represente um avanço da Resolução nº03/87.

Para estabelecer a análise do indicador sobre a estrutura curricular e conteúdos mínimos exigíveis, construiu-se o seguinte quadro:

QUADRO 4 - ESTRUTURA CURRICULAR E CONTEÚDOS MÍNIMOS EXIGÍVEIS

ESTRUTURA CURRICULAR E CONTEÚDOS MÍNIMOS EXIGÍVEIS		
DOCUMENTOS/ EST. CURRICULAR E CONTEÚDOS MÍNIMOS	PARECER Nº894/69 e RESOLUÇÃO Nº69/69	PARECER Nº215/87 e RESOLUÇÃO Nº03/87
ESTRUTURA CURRICULAR E CONTEÚDOS MÍNIMOS	<ul style="list-style-type: none"> • Setor das matérias de fundamento biológico. • Setor das matérias gímnico - desportivas. • Setor das matérias didáticas. <p>A Resolução nº69/69 apresenta uma relação de matérias, que constitui o currículo mínimo, divididas em: Matérias Básicas e Matérias Profissionais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Área de Formação Geral • Área de Aprofundamento <p>O Parecer Nº215/87, apresenta como sugestão um elenco de disciplinas que poderão constituir o currículo mínimo. Mas na Resolução Nº03/87, são indicadas áreas que deverão ser levadas em conta na constituição dos currículos de Educação Física. (do homem, da sociedade, filosófico e técnico).</p>

Com relação aos conteúdos mínimos, o Parecer nº894/69, apresenta os seguintes critérios, para indicação das matérias, na constituição do currículo mínimo para o curso de Educação Física:

1. redução das matérias básicas de fundamentação científica ao estritamente necessário;
2. de acordo com o Parecer nº292/62 do CFE, destaque das matérias destinadas à formação educacional, incluindo, na Didática Geral e da Educação Física e na Filosofia, História e Sociologia da Educação Física e

dos Desportos, todas as disciplinas conceituadas como tais, indispensáveis ao professor de Educação Física;

3. relevo maior à prática de ensino que se deve tornar matéria autônoma;
4. relegação de certos padrões do passado como, por exemplo, designações como os Desportos Coletivos Terrestres, Desportos Individuais Aquáticos, Desportos de Ataque e Defesa. (BRASIL, Conselho Federal de Educação. Parecer nº894/68 de 02 de dezembro de 1969).

É importante ressaltar, que não consta no Parecer nenhuma fundamentação para a adoção destes critérios. E após a apresentação dos mesmos o Parecer sugere ainda o agrupamento das matérias do currículo mínimo, em três grupos, conforme indicação abaixo:

1. Setor das matérias de fundamento biológico
2. Setor das matérias didáticas
3. Setor das matérias gímnico-desportivas (BRASIL, op. Cit.)

A mesma separação do conhecimento em áreas é mantida. No Parecer nº215/87, o Relator, após estabelecer que os currículos para os cursos de graduação em Educação Física, deverão compreender uma parte de formação geral e outra de aprofundamento de conhecimentos, defende que:

A Formação Geral, em bases científicas, considerará dois aspectos, o humanístico e o técnico, os quais reunirão as matérias a serem ministradas em quatro áreas do conhecimento perfeitamente definidas:

1. Aspecto Humanístico
 - Conhecimento Filosófico

- Conhecimento do Ser Humano
 - Conhecimento da Sociedade
2. Aspecto Técnico
- Conhecimento Técnico

O Parecer nº215/87, apresenta ainda sugestões de Matérias para composição do Currículo em Educação Física (Anexo 17). Resguardando-se as diferenças existentes nas proposições das áreas e na indicação das matérias que deverão ser levadas em conta na estruturação curricular, devido às diferenças de época em que foram produzidos os documentos, pode-se verificar, no que diz respeito à estrutura curricular e conteúdo mínimo, que existe um mesmo raciocínio permeando as duas propostas.

Na Resolução nº03/87, a indicação das áreas de conhecimento que deverão ser consideradas na parte do currículo denominada de formação geral, é mantida em conformidade com o Parecer nº215/87. No entanto, não existe nenhuma indicação de matéria e/ou disciplina para composição do currículo de Educação Física, como existia nos Pareceres nº894/69 e 215/87 e na Resolução nº69/69.

Por este estudo comparativo, observamos algumas diferenças entre os pareceres e as resoluções analisadas. Percebemos na atual legislação, uma preocupação, com a necessidade de caracterização do campo de conhecimento da Educação Física, as argumentações do relator pela inclusão do Bacharelado em

Educação Física, por exemplo, denotam bem esta inquietação. Esta questão, acompanhada da garantia da Licenciatura Plena em Educação Física e a indicação de áreas de conhecimento, ao invés de um elenco de disciplinas, a serem observadas na organização curricular dos cursos, representam os avanços desta nova legislação.

3.3. Produção acadêmica a respeito da resolução nº03/87

Logo após a homologação da Resolução nº03/87 do CFE, começam a surgir as primeiras produções em torno dela. A comunidade acadêmica se divide, em suas posições, sobre a nova legislação em torno da formação profissional em Educação Física já que as primeiras e principais manifestações, frente à Resolução nº03/87, estavam voltadas para a questão da formação entre Bacharéis e Licenciados.

Nesta perspectiva, as críticas mais contundentes contra a formação entre Licenciados e Bacharéis, foram assumidas principalmente por TAFFAREL, CARMO e FARIA JUNIOR.

Com relação à dicotomia estabelecida pela Resolução nº03/87, entre a formação do Bacharel e a do Licenciado em Educação Física, TAFFAREL (1993,p.37) faz o seguinte comentário:

Nas discussões acerca da formação diferenciada em Licenciatura e Bacharelado, prevaleceram, inicialmente, as influências da orientação alemã, via Escola de Colonia, articuladas no Brasil pela extinta Secretaria de Desportos do MEC (SEED). Posteriormente, foi a influência americana que teve lugar, via teses sustentadas por profissionais da USP. E, por último, a gestão do Conselho Federal de Educação, que culminou na Resolução 003/87 e que tem influência decisiva nas posições defendidas no interior da ESEF/USP. Acabou prevalecendo no Brasil, a idéia da fragmentação do processo de formação profissional entre Bacharéis e Licenciados.

TAFFAREL (1991, p.53), defende ainda a hipótese de que a reformulação proposta não foi efetivada, uma vez que:

1. Não ocorreram alterações significativas, durante a década de 80, na estrutura de organização do processo de trabalho no interior dos cursos de formação;
2. Não ocorreram alterações na legislação referente à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
3. Não ocorreram transformações na forma de administração, transmissão e avaliação do conhecimento no interior dos cursos, ou seja, não mudou a forma de se tratar o conhecimento;
4. Continua colocado um descontentamento que vem sendo constantemente expresso, principalmente por estudantes e profissionais egressos do Ensino Superior, a respeito da formação acadêmica;
5. Não ocorreram alterações significativas, em termos de mudanças paradigmáticas;
6. O trato com o conhecimento não foi alterado, simplesmente incorporaram-se alguns conteúdos, sem alterações na forma de administrá-los, transmiti-los e avaliá-los (...).

CARMO (1987), propondo uma análise que levasse em conta as contradições da vida material ocorridas no período de gestão da referida resolução, afirma que a proposta de reestruturação dos cursos de formação profissional em Educação Física, representou a vontade hegemônica de determinados setores da sociedade. E, com relação ao dualismo Licenciatura/Bacharelado, faz a seguinte colocação:

As argumentações contidas no documento não conseguem dar conta das 'diferenças existentes' entre o corpo de conhecimento desenvolvido na formação destes profissionais. Não fica claro se o 'novo currículo' se pautará na diferenciação completa dos cursos, em termos de conhecimentos, métodos e função social, ou se a diferenciação ocorrerá apenas em partes de uma mesma grade curricular. Entendemos que, tecnicamente, a implementação de uma grade curricular para formação destes profissionais - licenciados e bacharéis - da forma como está apresentada no documento é mais um dos equívocos metodológicos tão comuns em outras áreas do conhecimento (CARMO, 1988, p.74).

Já, as críticas de FARIA JUNIOR (1987), estão centradas, principalmente, na questão da especialização, que segundo ele, retorna na Resolução nº03/87 sob a denominação de bacharel em Educação Física.

A distinção entre formação geral e formação especial (habilitado, bacharel, etc.) não se justifica, pois se trata de formar o educador: o geral e o específico são partes integrantes e indissociáveis da formação pedagógica. Poder-se-ia até perguntar o que há de específico a ser transmitido como saber próprio do futuro professor de Educação Física (FARIA JUNIOR, 1987, p.28).

FARIA JUNIOR (1987), destaca ainda que a idéia de formação cada vez mais especializada diverge, fundamentalmente, dos planos curriculares internacionais, que enfatizam a formação generalista, além de serem criados, cada vez mais, grupos de poder, privilégios e fechamentos do mercado de trabalho.

Por sua vez, as justificativas em defesa do bacharelado, giravam em torno da ampliação do campo de atuação do profissional de Educação Física, da necessidade de estabelecimento de currículos mais precisos, mais estruturados, mais voltados para a pesquisa e para a delimitação do campo profissional específico.

Sustentando a importância do Curso de Bacharelado em Educação Física destacam-se principalmente MARIZ DE OLIVEIRA, TOJAL e MOREIRA.

Segundo MARIZ DE OLIVEIRA (1988, P.228), os cursos de licenciatura em Educação Física, têm como principal objetivo a formação de profissionais para atuação em escolas de 1º e 2º graus, embora esteja evidente hoje, que a atuação do profissional de Educação Física, não ocorre somente neste espaço. Esta situação, pode denotar uma falsa demanda para os cursos de Licenciatura em Educação Física, uma vez que nem todos que buscam este curso, o fazem com o objetivo de atuar no ensino de 1º e 2º graus. Partindo destas considerações, o autor propõe o curso de Bacharelado em Educação Física, para melhorar, imediatamente, a preparação e conseqüente atuação deste profissional, além de proporcionar uma visão mais ampliada de seu objeto de estudo.

TOJAL (1989), aposta no curso de bacharelado em Educação Física, como uma nova opção na formação acadêmica. Ainda TOJAL (1989, p.19) diz que, "a formação oferecida pelos cursos de licenciatura visa atender a demanda do mercado de trabalho hoje existente, que é o ensino de primeiro e segundo graus". Para o autor, esta formação é equivocada ocasionando, por conseqüência,

uma restrição no campo de atuação do profissional de Educação Física. Suas críticas, irão centrar-se ainda, no grande número de professores com uma postura generalista, nos currículos pouco específicos e no descompromisso com a pesquisa.

Partindo destas premissas, TOJAL (1989) defende que a criação de um curso de bacharelado estabelecerá um novo campo de trabalho, favorecendo o desenvolvimento de projetos de pesquisa, que permitirão o crescimento da massa crítica na área.

MOREIRA (1988), depois de constatar que os cursos de licenciatura, ao longo de 50 anos, vem formando professores mal preparados para exercer sua real função no âmbito escolar. Acredita que a criação do bacharelado em Educação Física, poderá modificar esta situação, desde que por intermédio dele, a Educação Física venha a se constituir numa área científica, proporcionando a universalidade do saber acadêmico.

Como pudemos perceber, os posicionamentos da comunidade acadêmica, frente à Resolução nº03/87, ficaram bastante polarizados, porque ora centravam suas críticas na especialização, causada pela introdução do curso de bacharelado, ora fazendo a defesa deste, como possibilidade de construção de currículos mais precisos, que levassem em conta o processo de produção do conhecimento em Educação Física.

4. ANÁLISE CURRICULAR DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DAS ESCOLAS DO PARANÁ

Este capítulo tem como propósito investigar, de que modo as Instituições que mantinham cursos de graduação em Educação Física, no Estado do Paraná, organizaram seus currículos após a aprovação da Resolução nº03/87 do Conselho Federal de Educação, que em substituição à Resolução nº69/69, passou a fixar os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física.

Após a homologação da Resolução nº03/87, o Conselho Federal de Educação, determinou um prazo máximo de dois anos para a implantação do novo currículo aos cursos de Educação Física. No entanto, na realização do Simpósio Nacional sobre Reforma Curricular em Educação Física, no ano de 1988, por solicitação da comunidade acadêmica presente, o Conselho Federal de Educação estabeleceu, por meio da Resolução nº03/88, o primeiro semestre do ano de 1990, como novo prazo máximo para implantação do novo currículo.

Com isto, o processo de reformulação curricular, tornou-se uma necessidade, sendo atribuída às Instituições de Ensino Superior, a responsabilidade de sistematizar as discussões acerca da área de Educação Física, inclusive a oferta do curso de Licenciatura e/ou Bacharelado. Estabelecendo a Resolução apenas, que o curso teria a duração mínima de 4 anos e máxima de 7 anos, compreendendo a carga horária mínima de 2880 horas, e a indicação de

percentuais a serem observados na formação geral e no aprofundamento de conhecimentos, conforme descrição abaixo:

Art. 4º O curso de graduação em Educação Física terá a duração mínima de 4 anos (ou 8 semestres letivos) e máxima de sete anos (ou 14 semestres letivos), compreendendo uma carga horária de 2880 horas/aula.

§1º Desse total de 2880 horas/aula, pelo menos 80% (oitenta por cento) serão destinadas à Formação Geral e o máximo de 20% (vinte por cento) para Aprofundamento de Conhecimentos.

§2º Desses 80% destinados à Formação Geral, 60% deverão ser dedicados às disciplinas vinculadas ao Conhecimento Técnico.

§3º No mínimo de 2880 horas/aula previstas, estão incluídas as de Estágio Supervisionado e excluídas as correspondentes às disciplinas que são ou venham a ser obrigatórias, por força de legislação específica (ex. EPB). (BRASIL, Conselho Federal de Educação. Resolução nº03/87 de 16 de junho de 1987).

Para descobrir de que modo as Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná se organizaram, e, se de fato ocorreram as mudanças preconizadas pelo Conselho Federal de Educação com a nova legislação, far-se-á uma análise comparativa, do currículo em vigência no ano de 1987, nestas instituições, com o novo currículo proposto, após a Resolução nº03/87.

4.1. Universidade Federal do Paraná - UFPR

O currículo nominal da UFPR, em vigência até a reformulação proposta pela Resolução nº03/87, foi fixado pela Resolução nº12/84 e apresentava as seguintes características básicas:

QUADRO 1 - CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO CURRÍCULO NOMINAL DA UFPR ANTES DA REFORMA CURRICULAR DE 87

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO CURRÍCULO NOMINAL	
Número Serial	04 anos
Número Disciplinar	48
Frequência Serial Média	12 disciplinas/série
Carga Curricular	3000 horas
Carga Serial Média do Currículo	750 horas
Carga Disciplinar Média do Currículo	62,5 horas por disciplina

Para identificar a importância conferida aos diferentes conjuntos disciplinares nos currículos dos cursos de Educação Física, foi utilizado o Coeficiente de Incidência Nominal I[N] e o Coeficiente de Carga H, conforme descrito por LORENZ (1990). Para tanto, se faz necessário organizar as disciplinas do rol do currículo analisado em conjuntos disciplinares.

Assim, a organização das disciplinas foi feita nos seguintes conjuntos disciplinares: 1. Biológicas; 2. Filosóficas e da Sociedade, 3. Pesquisa, 4. Pedagógicas, 5. Esportivas, 6. Outras. (psicológicas, gimno-rítmicas etc) É preciso esclarecer que a caracterização destes conjuntos disciplinares, não são encontradas, necessariamente, nos documentos utilizados para análise.

QUADRO 2 - CARACTERIZAÇÃO DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES ENCONTRADOS NO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFPR ANTES DA REFORMA CURRICULAR DE 87

CARACTERIZAÇÃO DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES	
CONJUNTO DISCIPLINAR	DISCIPLINAS
1. Biológicas	Anatomia, Biologia, Fisiologia, Higiene, Biometria, Cinesiologia, Adaptação Orgânica, Genética, Socorros Urgentes.
2. Filosóficas e da Sociedade	Fundamentos da Ed. Física
3. Pesquisa	Métodos e Técnicas de Pesquisa A e B
4. Pedagógicas	Est. e Func., Psicologia da Educação, Didática, Metodologia, Prática de Ensino A e B.
5. Esportivas	Atletismo A,B e C; Natação; Basquetebol; Handebol; Futebol; GRD; Voleibol; Ginástica de Solo e Aparelhos; Judô; Esgrima; Desportos Complementares
6. Outras	Ginástica A, B e C; Ritmo, Rítmica A e B; Medidas; Lazer e Recreação A e B; Diagnóstico do Comportamento; Métodos de Aplic. Profissional; Organização e Administração; EPB

Para efetuar o cálculo do coeficiente de incidência nominal de um conjunto disciplinar, “divide-se o número de disciplinas do conjunto pela soma do número de disciplinas de todos os conjuntos disciplinares identificados no rol” (LORENZ, 1990, p.34). O valor do coeficiente nominal $I[N]$, varia de 0 a 1,0 e quanto maior for o valor do coeficiente nominal para um determinado conjunto disciplinar, maior será a importância deste conjunto no currículo.

Para efeito do cálculo do coeficiente nominal dos conjuntos disciplinares identificados no quadro 2, foi deixado de fora o conjunto disciplinar identificado como Outros. Após a aplicação da fórmula (LORENZ, 1990, p.34) para determinar o coeficiente nominal $I[N]$, dos conjuntos disciplinares analisados foram encontrados os seguintes valores:

QUADRO 3 - VALORES DO COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES DO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFPR ANTES DA REFORMA CURRICULAR DE 87

COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES	
CONJUNTO DISCIPLINAR	COEFICIENTE. DE INCIDÊNCIA NOMINAL
1. Biológicas	0,29
2. Filosóficas e da Sociedade	0,03
3. Pesquisa	0,06
4. Pedagógicas	0,19
5. Esportivas	0,41

Já o cálculo do Coeficiente de Carga, ao contrário do Coeficiente Nominal, é calculado com base na carga horária atribuída às disciplinas, mas também é indicador da ênfase dada a um determinado conjunto disciplinar no currículo, e será calculado portanto para reforçar a análise pretendida.

Este Coeficiente de Carga “é calculado dividindo-se o número total de horas-aula alocadas para o ensino das disciplinas de determinado conjunto disciplinar, pela carga curricular”. (LORENZ, 1990, p.38). O valor do Coeficiente de Carga também varia de 0 a 1,0 sendo que quanto mais o Coeficiente se aproximar do valor 1,0 maior é a ênfase destinada ao conjunto.

Após a aplicação da fórmula apresentada por LORENZ (1990, p.38), para o cálculo deste coeficiente, chegou-se aos seguintes valores:

QUADRO 4 - VALORES DO COEFICIENTE DE CARGA DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES DO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFPR ANTES DA REFORMA CURRICULAR DE 87

COEFICIENTE DE CARGA DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES	
CONJUNTO DISCIPLINAR	COEFICIENTE DE CARGA
1. Biológicas	0,33
2. Filosóficas e da Sociedade	0,03
3. Pesquisa	0,06
4. Pedagógicas	0,20
5. Esportivas	0,38

Como se pode perceber pelo cálculo dos dois coeficientes, um com base no número de disciplinas e outro com base na carga horária, os conjuntos disciplinares mais importantes no currículo da Universidade Federal do Paraná, antes da reforma de 1987, são os que agregam as disciplinas da área biológica e as disciplinas esportivas. Isto vem confirmar pesquisas realizadas anteriormente, e citadas no início deste estudo CARMO(1982) e FENSTERSEIFER (1986), que faziam a crítica aos currículos dos cursos de Licenciatura em Educação Física, pelo seu conteúdo caracteristicamente a-científico e, enfaticamente esportivo e biológico.

A Resolução nº03/87 do CFE ao extinguir o Currículo Mínimo Obrigatório, trouxe a possibilidade de rompimento com a tradição no processo de formação profissional em Educação Física. O modo pelo qual a Universidade Federal do Paraná organizou seu currículo após a nova resolução, é o que se verá a seguir.

O novo currículo do curso de Licenciatura em Educação Física da UFPR, foi fixado pela Resolução nº50/88 do Conselho de Ensino e Pesquisa desta Universidade, e a partir dos dados encontrados neste documento, construiu-se o presente quadro:

QUADRO 5 - CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO CURRÍCULO NOMINAL DA UFPR APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO CURRÍCULO NOMINAL	
Número Serial	04 anos
Número Disciplinar	49
Frequência Serial Média	12,25 disciplinas/série
Carga Curricular	3210 horas
Carga Serial Média do Currículo	802,5 horas
Carga Disciplinar Média do Currículo	65,5 horas por disciplina

Para estabelecer uma análise comparativa das características básicas do currículo nominal da UFPR, antes e depois de 1987, construiu-se o quadro seguinte:

QUADRO 6 - ANÁLISE COMPARATIVA DAS CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO CURRÍCULO NOMINAL DA UFPR ANTES E APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87

ANÁLISE COMPARATIVA DO CURRÍCULO NOMINAL		
CARACTERÍSTICAS	ANTES DE 1987	DEPOIS DE 1987
Número Serial	04 anos	04 anos
Número Disciplinar	48	49
Frequência Serial Média	12 disc./série	12,25 disc./série
Carga Curricular	3000 horas	3210 horas
Carga Serial Média do Currículo	750 horas	802,5 horas
Carga Disciplinar Média do Currículo	62,5 horas/disc.	65,5 horas/disc.

Constata-se, então, que o currículo do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Paraná, teve um aumento da Carga Curricular de 210 horas, sem contudo alterar significativamente o Número

Disciplinar e a Frequência Serial Média, e sem alteração nenhuma do Número Serial, o que explica o aumento da Carga Serial e da Carga Disciplinar Médias do novo currículo.

Contudo, fez-se necessário submeter este novo currículo aos procedimentos anteriores de estabelecimento dos conjuntos disciplinares, para o cálculo do Coeficiente de Incidência Nominal e do Coeficiente de Carga Curricular, tentando vislumbrar possíveis aproximações e/ou diferenças entre estes dois currículos. Para tanto, foram utilizados os mesmos conjuntos disciplinares da análise do currículo anterior à 1987, sem a inclusão das disciplinas optativas.

QUADRO 7 - CARACTERIZAÇÃO DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES ENCONTRADOS NO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFPR APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87

CARACTERIZAÇÃO DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES	
CONJUNTO DISCIPLINAR	DISCIPLINAS
1. Biológicas	Bioquímica; Anatomia; Citologia; Cinesiologia; Fisiologia; Genética; Higiene Escolar; Antropometria; Orientação de Atv. Para Aptidão Física e Saúde; Socorros de Urgência.
2. Filosóficas e da Sociedade	História; Teoria; Filosofia; Diagnose
3. Pesquisa	Métodos e Técnicas de Pesquisa Educacional; Seminário de Monografia
4. Pedagógicas	Estrutura e Funcionamento, Psicologia da Aprendizagem; Metodologia; Didática; Prática de Ensino A e B
5. Esportivas	Voleibol A; Natação A; Basquetebol A; Futebol A; Handebol A; Atletismo A; GRD A; Lutas; Ginástica de Aparelhos
6. Outras	Organização e Administração; Lazer e Recreação; Atividades Rítmicas; Aprendizagem Motora; Desenvolvimento Motor; Ritmo e Música; Ginástica Escolar A e B; Avaliação.

Feita a identificação dos conjuntos disciplinares, foi efetuado o cálculo dos Coeficientes Nominal e de Carga.

QUADRO 8 - VALORES DO COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES DO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFPR APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87

COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES	
CONJUNTO DISCIPLINAR	COEF. DE INCIDÊNCIA NOMINAL
1. Biológicas	0,32
2. Filosóficas e da Sociedade	0,13
3. Pesquisa	0,06
4. Pedagógicas	0,19
5. Esportivas	0,29

Para uma análise comparativa dos coeficientes de incidência nominal, entre o currículo anterior a 1987 e o posterior à 1987, foi construído o quadro abaixo:

QUADRO 9 - ANÁLISE COMPARATIVA DO COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES DO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFPR ANTES E APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87

ANÁLISE COMPARATIVA DO COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL		
CONJUNTOS DISCIPLINARES	ANTES DE 1987	DEPOIS DE 1987
1. Biológicas	0,29	0,32
2. Filosóficas e da Sociedade	0,03	0,13
3. Pesquisa	0,06	0,06
4. Pedagógicas	0,19	0,19
5. Esportivas	0,41	0,29

Este quadro apontou o aumento do Coeficiente de Incidência Nominal nos conjuntos disciplinares denominados de Biológicas e de Filosóficas e da Sociedade. Neste sentido, as críticas em torno dos currículos que privilegiavam os conteúdos biológicos foram mantidas diante desta análise, com a agravante do aumento da importância destinada a este conjunto disciplinar no currículo

proposto, que não só manteve a tradição destes conteúdos, mas também, reforçou ainda mais sua importância.

Como o Coeficiente de Incidência Nominal, procura desvelar a importância destinada a determinados conjuntos disciplinares dentro de um currículo, através do número de disciplinas pertencentes à estes grupos, podemos afirmar que este aumento se deu, portanto, pela criação de novas disciplinas com conteúdo biológico, o que pode denotar uma fragmentação deste conhecimento.

Quanto ao aumento do Coeficiente de Incidência Nominal, no conjunto disciplinar que envolveu as disciplinas filosóficas e de conhecimento da sociedade, este não indicou necessariamente um avanço, uma vez que a Resolução nº03/87, previa a destinação de oitenta por cento (80%) das horas/aula para a formação geral. Esta compreendia os conhecimentos das seguintes áreas: filosófico, do ser humano (ou biológico), e da sociedade, além do conhecimento técnico, que deveria necessariamente absorver sessenta por cento (60%) dos oitenta por cento (80%) de horas/aula destinadas para a formação geral.

Embora a inclusão de disciplinas da área filosófica no currículo de Educação Física seja de importância significativa, não se pode desconsiderar que a inclusão tenha ocorrido, muito mais pela força da lei do que pela vontade e compreensão, por parte dos autores responsáveis pela nova proposta curricular, da importância destes conhecimentos na formação do profissional de Educação Física.

Os conjuntos disciplinares referentes às disciplinas pedagógicas e de pesquisa tiveram seus coeficientes mantidos, não obstante a ênfase a elas atribuída pelo Conselho Federal de Educação, devido à necessidade de se promover o desenvolvimento científico na Educação Física.

Quanto à diminuição do Coeficiente de Incidência Nominal no conjunto disciplinar das disciplinas Esportivas, não se pode afirmar que a tradição dos currículos esportivizados tenha sido abandonada, para isto basta aplicar o cálculo deste mesmo Coeficiente para as disciplinas optativas para se observar a ênfase, ainda dada a estas disciplinas, no novo currículo.

QUADRO 10 - CARACTERIZAÇÃO DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES ENCONTRADOS NO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFPR APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87 - DISCIPLINAS OPTATIVAS

CARACTERIZAÇÃO DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES - DISCIPLINAS OPTATIVAS	
CONJUNTO DISCIPLINAR	DISCIPLINAS
1. Biológicas	Seminário de Atividades Físicas em Condições Especiais de Saúde; Atividades Físicas de Academia
2. Filosóficas e da Sociedade	-
3. Pesquisa	Orientação Bibliográfica
4. Pedagógicas	Metodologia do Ens. Da Pré-Escola
5. Esportivas	Voleibol B; Futebol B; Atletismo B; Futebol de Salão; Natação B; Atividades Aquáticas; Basquetebol B; Tênis de Campo; GRD B; Karatê; Judô; Capoeira; Esgrima; Handebol B; Ginástica Artística Feminina e Ginástica Artística Masculina.
6. Outras	Dança; Laboratório I; Met. Especial da Ed. Física; Aplic. Profissional Não Formal; Organização de Competições; Psicologia do excepcional.

Feita a identificação dos conjuntos disciplinares, se construiu o seguinte quadro:

QUADRO 11 - VALORES DO COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES DO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87 - DISCIPLINAS OPTATIVAS

COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES DISCIPLINAS OPTATIVAS	
CONJUNTO DISCIPLINAR	COEF. DE INCIDÊNCIA NOMINAL
1. Biológicas	0,10
2. Filosóficas e da Sociedade	0
3. Pesquisa	0,05
4. Pedagógicas	0,05
5. Esportivas	0,80

Como se pode observar, as disciplinas com conteúdos esportivos prevalecem no conjunto das disciplinas optativas.

Para finalizar esta análise comparativa entre os currículos do curso de Licenciatura em Educação Física da UFPR, antes e depois da Resolução nº03/87, foi feito o cálculo do Coeficiente de Carga do novo currículo e, em seguida, a comparação deste Coeficiente com o anterior.

QUADRO 12 - VALORES DO COEFICIENTE DE CARGA DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES DO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87

COEFICIENTE DE CARGA DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES	
CONJUNTO DISCIPLINAR	COEFICIENTE DE CARGA
1. Biológicas	0,34
2. Filosóficas e da Sociedade	0,14
3. Pesquisa	0,07
4. Pedagógicas	0,17
5. Esportivas	0,27

Estabelecendo-se um quadro comparativo entre os Coeficientes de Carga dos currículos analisados, tem-se:

QUADRO 13 - ANÁLISE COMPARATIVA DO COEFICIENTE DE CARGA DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES DO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFPR ANTES E APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87

ANÁLISE COMPARATIVA DO COEFICIENTE DE CARGA		
CONJUNTOS DISCIPLINARES	ANTES DE 1987	DEPOIS DE 1987
1. Biológicas	0,33	0,34
2. Filosóficas e da Sociedade	0,03	0,14
3. Pesquisa	0,06	0,07
4. Pedagógicas	0,20	0,17
5. Esportivas	0,38	0,27

Fazendo a análise do quadro apresentado, tem-se que voltar a atenção para os conjuntos disciplinares da Pesquisa e das Disciplinas Pedagógicas, cujos cálculos comparativos entre os Coeficiente de Incidência Nominal tiveram seus valores inalterados. Já pelo cálculo do Coeficiente de Carga, o conjunto disciplinar da Pesquisa sofreu um aumento do Coeficiente, enquanto o conjunto disciplinar das disciplinas pedagógicas sofreu uma diminuição do Coeficiente. Portanto as disciplinas de Pesquisa não foram fragmentadas em um maior número de disciplinas, mas foram contempladas com uma carga horária maior, o que ainda não corresponde aos anseios do Conselho Federal de Educação e da própria comunidade acadêmica. As disciplinas Pedagógicas no entanto, foram mantidas em número, mas com carga horária reduzida. Este indicador nos chama a atenção pelo fato da Universidade Federal do Paraná, ter optado somente pela Licenciatura, o que nos leva a pressupor uma preocupação maior com a formação pedagógica

4.2. Universidade Estadual de Maringá - UEM

A análise do Currículo do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Maringá, seguirá a mesma lógica da análise do currículo da Universidade Federal do Paraná. Assim, em um primeiro momento, será analisado o currículo anterior a reforma de 87, para depois proceder a análise do currículo proposto após a reforma.

Levando-se em conta as informações contidas no documento que estabelece o currículo do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Maringá (Anexo 2), serão apresentadas, em quadro próprio, as características básicas deste currículo

QUADRO 1 - CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO CURRÍCULO NOMINAL DA UEM ANTES DA REFORMA CURRICULAR DE 87

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO CURRÍCULO NOMINAL	
Número Serial	06 semestres
Número Disciplinar	50
Frequência Serial Média	8,3 disciplinas/série
Carga Curricular	2010 horas
Carga Serial Média do Currículo	335 horas
Carga Disciplinar Média do Currículo	40,2 horas por disciplina

Através das características básicas do currículo, principalmente da Carga Curricular e do número disciplinar, acima apresentados, percebe-se ser este um currículo fragmentado em muitas disciplinas. Isto pode denotar a dificuldade da comunidade acadêmica que o elaborou, no que se refere à sistematização e à organização do conhecimento necessários para a formação profissional em Educação Física.

A distribuição das disciplinas, para efeito dos cálculos dos Coeficientes de Incidência Nominal e de Carga, foi feita nos mesmos conjuntos disciplinares já definidos para o estudo do currículo do curso de Educação Física da Universidade Federal do Paraná.

Desta forma, para o currículo da UEM, tem-se a seguinte caracterização dos conjuntos disciplinares:

QUADRO 2 - CARACTERIZAÇÃO DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES ENCONTRADOS NO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UEM ANTES DA REFORMA CURRICULAR DE 87

CARACTERIZAÇÃO DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES	
CONJUNTO DISCIPLINAR	DISCIPLINAS
1. Biológicas	Biologia; Anatomia; Fisiologia; Cinesiologia; Biometria; Higiene; Socorros de Urgência.
2. Filosóficas e da Sociedade	Filosofia, Sociologia e História da Ed. Física
3. Pesquisa	-
4. Pedagógicas	Psicologia; Estrutura; Didática; Prática de Ensino.
5. Esportivas	Basquete I; II; III; IV; Atletismo I; II; III; IV; V; Handebol I; II; III; IV; Natação I; II; III; IV; Voleibol I; II; III; IV; Futebol I; II; Ginástica Olímpica I; II; Judô.
6. Outras	Ginástica Feminina e Masculina; Rítmica Feminina; Rítmica Feminina e Masculina; Recreação; Organização e Administração; EPB.

Aplicando-se a fórmula para o cálculo do Coeficiente de Incidência Nominal, obteve-se os seguintes resultados:

QUADRO 3 - VALORES DO COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES DO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UEM ANTES DA REFORMA CURRICULAR DE 87.

COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES	
CONJUNTO DISCIPLINAR	VALOR DO COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL
1. Biológicas	0,20
2. Filosóficas e da Sociedade	0,02
3. Pesquisa	0
4. Pedagógicas	0,10
5. Esportivas	0,66

A análise dos valores do Coeficiente de Incidência Nominal, evidencia que também no currículo de Educação Física da UEM, prevaleceu um maior número de disciplinas com conteúdo biológico e esportivo. Neste, as disciplinas esportivas recebem, enquanto conjunto disciplinar, maior destaque ainda. Como consequência, observa-se a redução dos valores do Coeficiente de Incidência Nominal, nos demais conjuntos disciplinares, e a ausência total de disciplinas voltadas para a pesquisa. Este fato, pode ser perfeitamente compreensível, se levar-se em conta que este currículo foi fixado com base na Resolução 69/69 do Conselho Federal de Educação, que trazia em seu Parecer de origem, a seguinte orientação para a indicação das matérias do currículo mínimo, ou seja: “a redução das matérias básicas de fundamentação científica ao estritamente necessário” (BRASIL, Conselho Federal de Educação, Parecer nº894 de 02 de dezembro de 1969).

Os valores do Coeficiente de Carga, encontrados após a aplicação da fórmula, foram expressos no quadro seguinte.

QUADRO 4 - VALORES DO COEFICIENTE DE CARGA DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES DO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UEM, ANTES DA REFORMA CURRICULAR DE 87.

COEFICIENTE DE CARGA DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES	
CONJUNTO DISCIPLINAR	COEFICIENTE DE CARGA
1. Biológicas	0,24
2. Filosóficas e da Sociedade	0,02
3. Pesquisa	0
4. Pedagógicas	0,21
5. Esportivas	0,50

Comparando os valores do Coeficiente de Carga, que mede a importância dos conjuntos disciplinares, a partir da carga horária destinada às disciplinas de um currículo, com o Coeficiente de Incidência Nominal, anteriormente calculado, e que trabalha com o número de disciplinas que compõem os conjuntos disciplinares, pode-se observar que: o conjunto das disciplinas biológicas sofreu um aumento do Coeficiente de Carga, juntamente com o conjunto das disciplinas Pedagógicas, sendo que este último, teve um aumento bastante significativo. No mesmo período as disciplinas esportivas tiveram um valor do Coeficiente de Carga menor que o Coeficiente de Incidência Nominal, mostrando que a fragmentação do currículo está mais centrada nas disciplinas que compõem o conjunto das disciplinas esportivas.

A seguir é apresentado o quadro das características básicas do currículo nominal da UEM, após a reforma curricular de 1987.

QUADRO 5 - CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO CURRÍCULO NOMINAL DA UEM APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87.

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO CURRÍCULO NOMINAL	
Número Serial	04 anos
Número Disciplinar	30
Frequência Serial Média	7,5 disciplinas/ série
Carga Curricular	2970 horas
Carga Serial Média do Currículo	742,5 horas
Carga Disciplinar Média do Currículo	99 horas por disciplina

O próximo quadro apresenta as características básicas dos dois currículos da UEM, para uma análise comparativa dos mesmos.

QUADRO 6 - ANÁLISE COMPARATIVA DAS CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO CURRÍCULO NOMINAL DA UEM ANTES E APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87.

ANÁLISE COMPARATIVA DO CURRÍCULO NOMINAL		
CARACTERÍSTICAS	ANTES DE 1987	DEPOIS DE 1987
Número Serial	06 semestres	04 anos
Número Disciplinar	50	30
Frequência Serial Média	8,3 disciplinas/série	7,5 disciplinas/ série
Carga Curricular	2010 horas	2970 horas
Carga Serial Média do Currículo	335 horas	742,5 horas
Carga Disciplinar Média do Currículo	40,2 horas por disciplina	99 horas por disciplina

Observando-se os dois quadros e analisando-os de modo comparativo, pode-se perceber o aumento do número serial de 06 semestres, ou três anos, para quatro anos. Como consequência, houve o aumento da Carga curricular, sem necessariamente haver um inchamento do currículo. Mas o grande avanço, em relação ao currículo anterior, está na superação da fragmentação do conhecimento, e que pode ser observado pelo número disciplinar e pela carga disciplinar média do currículo.

Agora é possível identificar os conjuntos disciplinares do novo currículo, para efeito do cálculo dos Coeficientes de Incidência Nominal e de Carga.

QUADRO 7 - CARACTERIZAÇÃO DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES ENCONTRADOS NO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UEM APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87

CARACTERIZAÇÃO DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES	
CONJUNTO DISCIPLINAR	DISCIPLINAS
1. Biológicas	Biologia; Fundamentos de Anatomia; Fisiologia; Biomecânica; Socorros Urgentes; Treinamento Desportivo.
2. Filosóficas e da Sociedade	Fundamentos de Ed. Física I; II.
3. Pesquisa	Iniciação à Ciência e à Pesquisa; Seminário de Monografia.
4. Pedagógicas	Est. e Func. Do Ensino; Psicologia da Educação; Didática; Prática de Ensino.
5. Esportivas	Esporte Individual I; II; III; Esporte Coletivo I; II; Ginástica Esportiva.
6. Outras	Ginástica; Rítmica e Dança; Educação Física Infantil; Medidas e Avaliação; Lazer e Recreação; Ed. Física Adaptada; Org. e Adm. da Ed. Física; EPB.

Identificados os conjuntos disciplinares, observa-seo quadro de valores do Coeficiente de Incidência Nominal.

QUADRO 8 - VALORES DO COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES DO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UEM APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87.

COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES	
CONJUNTO DISCIPLINAR	VALOR DO COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL
1. Biológicas	0,30
2. Filosóficas e da Sociedade	0,10
3. Pesquisa	0,10
4. Pedagógicas	0,20
5. Esportivas	0,30

Pela análise do quadroanterior, pode-se perceber um equilíbrio maior entre os conjuntos curriculares, prevalecendo ainda um maior número de disciplinas de conteúdo biológico e esportivo.

QUADRO 9 - ANÁLISE COMPARATIVA DO COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES DO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UEM ANTES E APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87

ANÁLISE COMPARATIVA DO COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL		
CONJUNTOS DISCIPLINARES	ANTES DE 1987	DEPOIS DE 1987
1. Biológicas	0,20	0,30
2. Filosóficas e da Sociedade	0,02	0,10
3. Pesquisa	0	0,10
4. Pedagógicas	0,10	0,20
5. Esportivas	0,66	0,30

Analisando os valores do Coeficiente de Incidência Nominal dos dois currículos da UEM, percebemos o aumento deste Coeficiente nos conjuntos das disciplinas Biológicas, Filosóficas e da Sociedade, da Pesquisa e Pedagógicas, no novo currículo, bem como uma redução no valor do Coeficiente das disciplinas esportivas. O avanço do novo currículo pode ser verificado por um equilíbrio entre os valores dos coeficientes, além do aumento destes no conjunto das disciplinas de Pesquisa, Filosóficas e da Sociedade.

Com relação à diminuição do valor do Coeficiente de Incidência Nominal, no conjunto das disciplinas esportivas, há que se minimizar este dado, se levar-se em conta o conteúdo esportivo que predomina no conjunto das disciplinas optativas, à exemplo da Universidade Federal do Paraná, aqui já analisado.

Os valores do Coeficiente de Carga, do novo currículo da UEM, expressos na tabela abaixo, mostram a valorização dada aos diferentes conjuntos disciplinares a partir da carga horária a estes destinada.

QUADRO 10 - VALORES DO COEFICIENTE DE CARGA DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES DO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87

COEFICIENTE DE CARGA DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES	
CONJUNTO DISCIPLINAR	COEFICIENTE DE CARGA
1. Biológicas	0,28
2. Filosóficas e da Sociedade	0,10
3. Pesquisa	0,07
4. Pedagógicas	0,23
5. Esportivas	0,29

Neste quadro, o que nos chama a atenção é o aumento do valor do Coeficiente de Carga das disciplinas esportivas, em relação ao valor do Coeficiente de Incidência Nominal. Isto se deve ao fato de que grande número das disciplinas esportivas existentes no currículo anteriormente analisado, foram agrupadas sob a denominação de Esportes Coletivos e Esportes individuais, no novo currículo. Mas o cálculo do Coeficiente de Carga vai revelar o predomínio deste conteúdo sobre os demais, no novo currículo da UEM.

QUADRO 11 - ANÁLISE COMPARATIVA DO COEFICIENTE DE CARGA DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES DO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UEM ANTES E APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87

ANÁLISE COMPARATIVA DO COEFICIENTE DE CARGA		
CONJUNTOS DISCIPLINARES	ANTES DE 1987	DEPOIS DE 1987
1. Biológicas	0,24	0,28
2. Filosóficas e da Sociedade	0,02	0,10
3. Pesquisa	0	0,07
4. Pedagógicas	0,21	0,23
5. Esportivas	0,50	0,29

O currículo da UEM elaborado a partir da Resolução N° 03/87, apresenta um aumento da Carga Horária de todos os conjuntos disciplinares com exceção do grupo que agrega as disciplinas esportivas. Este aumento de carga horária e diminuição do número geral de disciplinas, já foi evidenciado no quadro que apresentou as características básicas deste novo currículo. No entanto, o conjunto das disciplinas esportivas é prevacente sobre os demais, em termos de carga horária, mesmo sem levar-se em conta o grupo das disciplinas optativas.

Mas, há que se considerar também a redução significativa da carga horária do conjunto das esportivas, em relação ao currículo anterior, juntamente com o aumento do Coeficiente de Carga nos conjuntos disciplinares, que envolvem as disciplinas pedagógicas, as de pesquisa, as filosóficas e as de conhecimento da sociedade.

4.3. Universidade Norte do Paraná - UNOPAR

A UNOPAR, antes da reforma curricular proposta pela Resolução N°03/87 apresentava as seguintes características básicas.

QUADRO 1 - CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO CURRÍCULO NOMINAL DA UNOPAR ANTES DA REFORMA CURRICULAR DE 87

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO CURRÍCULO NOMINAL	
Número Serial	03 anos
Número Disciplinar	35
Frequência Serial Média	11,66 disciplinas/série
Carga Curricular	1890 horas/aula
Carga Serial Média do Currículo	630 horas/aula
Carga Disciplinar Média do Currículo	54 horas/disciplina

A caracterização dos conjuntos disciplinares do currículo em análise, ficou constituída da seguinte forma.

QUADRO 2 - CARACTERIZAÇÃO DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES ENCONTRADOS NO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNOPAR ANTES DA REFORMA CURRICULAR DE 87

CARACTERIZAÇÃO DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES	
CONJUNTO DISCIPLINAR	DISCIPLINAS
1. Biológicas	Anatomia; Fisiologia; Biologia; Higiene; Cinesiologia; Biometria; Socorros Urgentes; Massagem e Ginástica Corretiva.
2. Filosóficas e da Sociedade	História da Educação Física e dos Desportos.
3. Pesquisa	-
4. Pedagógicas	Est. e Func. Do Ensino de 1° e 2° Graus; Didática e Prática de Ensino I; II; III; Psicologia da Educação. I; II.
5. Esportivas	Atletismo I; II; Natação I; II; Voleibol I; II; Basquetebol I; II; Handebol; Futebol e Judô.
6. Outras	Ginástica I; II; III; Rítmica I; II; III; Recreação; EPB .

Aplicando a fórmula para o cálculo do Coeficiente de Incidência Nominal conforme descrita por LORENZ (1990, p.34), obteve-se os resultados abaixo:

QUADRO 3 - VALORES DO COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES DO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNOPAR ANTES DA REFORMA CURRICULAR DE 87

COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES	
CONJUNTO DISCIPLINAR	VALOR DO COEF. DE INCIDÊNCIA NOMINAL
1. Biológicas	0,31
2. Filosóficas e da Sociedade	0,04
3. Pesquisa	0
4. Pedagógicas	0,23
5. Esportivas	0,42

Como se pode perceber, novamente, há um predomínio das disciplinas da área biológica e das disciplinas de conteúdo esportivo, em valores bastante desproporcionais, em relação aos outros conjuntos disciplinares.

O cálculo do Coeficiente de Carga, apresentou os seguintes resultados:

QUADRO 4 - VALORES DO COEFICIENTE DE CARGA DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES DO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNOPAR ANTES DA REFORMA CURRICULAR DE 87

COEFICIENTE DE CARGA DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES	
CONJUNTO DISCIPLINAR	VALOR DO COEF. DE CARGA
1. Biológicas	0,34
2. Filosóficas e da Sociedade	0,02
3. Pesquisa	0
4. Pedagógicas	0,28
5. Esportivas	0,35

Os valores do Coeficiente de Carga para o currículo de Educação Física da UNOPAR, reforçam a prevalência dos dois conjuntos curriculares (biológico e esportivo) sobre os demais.

No quadro seguinte estão organizadas as características básicas do currículo da UNOPAR, após a reforma curricular de 1987.

QUADRO 5- CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO CURRÍCULO NOMINAL DA UNOPAR APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO CURRÍCULO NOMINAL	
Número Serial	04 anos
Número Disciplinar	40 disciplinas
Frequência Serial Média	10 disciplinas/ série
Carga Curricular	2975 horas/aula
Carga Serial Média do Currículo	743,75 horas/aula
Carga Disciplinar Média do Currículo	74/37 horas/disciplina

A seguir foi feita uma análise comparativa das características básicas dos currículos do curso de Educação Física da UNOPAR.

QUADRO 6 - ANÁLISE COMPARATIVA DAS CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO CURRÍCULO NOMINAL DA UNOPAR ANTES E APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87

ANÁLISE COMPARATIVA DO CURRÍCULO NOMINAL		
CARACTERÍSTICAS	ANTES DE 1987	DEPOIS DE 1987
Número Serial	03 anos	04 anos
Número Disciplinar	35	40 disciplinas
Frequência Serial Média	11,66 disciplinas/série	10 disciplinas/ série
Carga Curricular	1890 horas/aula	2975 horas/aula
Carga Serial Média do Currículo	630 horas/aula	743,75 horas/aula
Carga Disciplinar Média do Currículo	54 horas/disciplina	74/37horas/disciplina

O que se pode perceber quanto à organização dos currículos de Educação Física após a Resolução N° 03/87 é que houve, em todos os casos, um aumento da carga curricular, geralmente provocada pelo aumento do número serial dos

novos currículos. Na UNOPAR ocorreu uma aumento do número disciplinar e da carga disciplinar média do currículo. O único índice que sofreu redução foi o de frequência serial, causado pelo aumento do número serial em um ano, acrescido somente de 05 disciplinas a mais no currículo novo.

A distribuição das disciplinas nos diferentes conjuntos disciplinares ficou assim constituída:

QUADRO 7 - CARACTERIZAÇÃO DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES ENCONTRADOS NO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNOPAR, APÓS A REFORMULAÇÃO CURRICULAR DE 87

CARACTERIZAÇÃO DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES	
CONJUNTO DISCIPLINAR	DISCIPLINAS
1. Biológicas	Biologia; Anatomia; Higiene e Socorros de Urgência; Cineantropometria; Fisiologia; Biomecânica; Treinamento Desportivo; Fundamentos de Fisioterapia.
2. Filosóficas e da Sociedade	Filosofia; Sociologia; Ética
3. Pesquisa	Fundamentos da Estatística; Introdução à Pesquisa; Seminário em Ed. Física
4. Pedagógicas	Didática Geral; Psicologia; Didática da Ed. Física; Prática de Ensino I; Estrutura do Ensino; Prática de Ensino II
5. Esportivas	Desportos Coletivos I; Desp. Coletivos II; Desportos Comunitários; Natação; Desp. Coletivos III; Desp. Coletivos IV; GRD I; Atletismo; Desporto Individual; GRD II.
6. Outras	Ginástica I; II; III; Recreação; Téc. de Projetos; Danças Folclóricas; Rítmica; Org. e Adm; Ap. Motora e Psicomotricidade; Ed. Física e Desporto Especial.

Após o cálculo do Coeficiente de Incidência Nominal deste currículo, pode-se observar o quadro 8.

QUADRO 8 - VALORES DO COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES DO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNOPAR APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87

COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES	
CONJUNTO DISCIPLINAR	VALOR DO COEF. DE INCIDÊNCIA NOMINAL
1. Biológicas	0,26
2. Filosóficas e da Sociedade	0,10
3. Pesquisa	0,10
4. Pedagógicas	0,20
5. Esportivas	0,33

No quadro seguinte são apresentados os valores do Coeficiente de Incidência Nominal dos dois currículos da UNOPAR, para fins de uma análise comparativa entre estes.

QUADRO 9 - ANÁLISE COMPARATIVA DO COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES DO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA ANTES E APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87

ANÁLISE COMPARATIVA DO COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL		
CONJUNTOS DISCIPLINARES	ANTES DE 1987	DEPOIS DE 1987
1. Biológicas	0,31	0,26
2. Filosóficas e da Sociedade	0,04	0,10
3. Pesquisa	0	0,10
4. Pedagógicas	0,23	0,20
5. Esportivas	0,42	0,33

Comparando-se o Coeficiente de Incidência Nominal deste currículo, com o antigo currículo posterior de Educação Física da UNOPAR, podemos perceber uma diminuição no número de disciplinas biológicas, pedagógicas e esportivas, e um aumento de disciplinas filosóficas e de pesquisa. Não obstante o reconhecimento deste avanço, com relação ao currículo anterior, há que se observar que ainda não existe um equilíbrio na distribuição do número das disciplinas.

QUADRO 10 - VALOR DO COEFICIENTE DE CARGA DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES DO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87

COEFICIENTE DE CARGA DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES	
CONJUNTO DISCIPLINAR	VALOR DO COEF. DE CARGA
1. Biológicas	0,22
2. Filosóficas e da Sociedade	0,08
3. Pesquisa	0,09
4. Pedagógicas	0,22
5. Esportivas	0,37

Com relação à distribuição de carga horária, pode-se perceber um equilíbrio entre a carga horária das disciplinas filosóficas e de pesquisa, e entre as que compõem o conjunto disciplinar das biológicas e das pedagógicas. Novamente o conjunto de disciplinas de conteúdo esportivo apresentam maior Coeficiente de Carga que os demais conjuntos disciplinares.

QUADRO 11 - ANÁLISE COMPARATIVA DO COEFICIENTE DE CARGA DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES DO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNOPAR ANTES E APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87

ANÁLISE COMPARATIVA DO COEFICIENTE DE CARGA		
CONJUNTOS DISCIPLINARES	ANTES DE 1987	DEPOIS DE 1987
1. Biológicas	0,34	0,22
2. Filosóficas e da Sociedade	0,02	0,08
3. Pesquisa	0	0,09
4. Pedagógicas	0,28	0,22
5. Esportivas	0,35	0,37

Analisando o quadro 11, pode-se perceber a redução da carga horária nos conjuntos disciplinares de conteúdos biológicos e pedagógicos, bem como um aumento desta no conjunto disciplinar da pesquisa e filosófica. Como se pode ver anteriormente, com a reformulação do currículo após o ano de 87, a UNOPAR diminuiu o número de disciplinas de conteúdo esportivo, mas pelo quadro 11, percebe-se o aumento da carga horária destinada à este conjunto disciplinar.

4.4. Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho

As características básicas do currículo do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Jacarezinho, antes da reforma de 87, estão discriminadas conforme o quadro a seguir:

QUADRO 1 - CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO CURRÍCULO NOMINAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE JACAREZINHO ANTES DA REFORMA CURRICULAR DE 87

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO CURRÍCULO NOMINAL	
Número Serial	03 anos
Número Disciplinar	36 disciplinas
Frequência Serial Média	12 disciplinas/série
Carga Curricular	2430 horas/aula
Carga Serial Média do Currículo	810 horas/aula
Carga Disciplinar Média do Currículo	67,5 horas/disciplina

Os conjuntos disciplinares ficaram assim constituídos:

QUADRO 2 - CARACTERIZAÇÃO DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES ENCONTRADOS NO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE JACAREZINHO ANTES DA REFORMA CURRICULAR DE 87

CARACTERIZAÇÃO DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES	
CONJUNTO DISCIPLINAR	DISCIPLINA
1. Biológicas	Biologia; Anatomia; Higiene; Fisiologia; Biometria; Socorros Urgentes; Treinamento Desportivo.
2. Filosóficas e da Sociedade	-
3. Pesquisa	-
4. Pedagógicas	Didática Geral; Psicologia da Educação; Didática da Educação Física; Estágio Supervisionado; Est. e Func. do Ensino; Psicologia da Educação II.
5. Esportivas	Handebol; Atletismo; Natação; Futebol; Atletismo II; Voleibol; Basquetebol; Handebol II; Natação II; Ginástica Olímpica; Atletismo III; Basquetebol II; Natação II.
6. Outras	Ginástica; Rítmica; Ginástica II; Rítmica II; Ginástica III; Rítmica III; Recreação; Língua Portuguesa; Organização da Ed. Física.

Feita a identificação dos conjuntos curriculares, passou-se ao cálculo dos Coeficientes de Incidência Nominal e de Carga.

QUADRO 3 - VALORES DO COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES DO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE JACAREZINHO ANTES DA REFORMA CURRICULAR DE 87

COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES	
CONJUNTO DISCIPLINAR	VALOR DO COEF. DE INCIDÊNCIA NOMINAL
1. Biológicas	0,27
2. Filosóficas e da Sociedade	0
3. Pesquisa	0
4. Pedagógicas	0,23
5. Esportivas	0,50

Enquanto as disciplinas de conteúdo filosófico e de pesquisa estão ausentes deste currículo, o conjunto das esportivas novamente apresenta o maior número de disciplinas com relação aos demais conjuntos caracterizados.

Percebe-se ainda neste caso, que a soma do valor do Coeficiente de Incidência Nominal do conjunto das biológicas, com o valor do Coeficiente do conjunto disciplinar das pedagógicas, resultam no mesmo valor do Coeficiente do conjunto disciplinar das esportivas, que continuam com o privilégio da sobreposição às demais disciplinas.

Para verificar se a importância deste conjunto disciplinar, irá se confirmar também pela carga curricular a ele atribuída, calcula-se o Coeficiente de Carga dos diferentes conjuntos disciplinares deste currículo.

QUADRO 4 - VALORES DO COEFICIENTE DE CARGA DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES DO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE JACAREZINHO ANTES DA REFORMA CURRICULAR DE 87

COEFICIENTE DE CARGA DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES	
CONJUNTO DISCIPLINAR	VALOR DO COEFICIENTE DE CARGA
1. Biológicas	0,28
2. Filosóficas e da Sociedade	0
3. Pesquisa	0
4. Pedagógicas	0,23
5. Esportivas	0,49

O cálculo do Coeficiente de Carga veio confirmar a importância do conjunto disciplinar das esportivas, não só pelo número destas disciplinas no currículo, mas também pela carga curricular destinada a este no currículo da Escola de Educação Física de Jacarezinho.

No quadro a seguir, visualizam-se as características básicas do novo currículo de Educação Física da Universidade de Jacarezinho.

QUADRO 5 - CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO CURRÍCULO NOMINAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE JACAREZINHO APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87.

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO CURRÍCULO NOMINAL	
Número Serial	04 anos
Número Disciplinar	36 disciplinas
Frequência Serial Média	09 disciplinas/série
Carga Curricular	2940 horas
Carga Serial Média do Currículo	735 horas/aula
Carga Disciplinar Média do Currículo	81,66 horas/disciplina

Estabelecendo-se uma análise comparativa entre as características básicas dos dois currículos do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade de Jacarezinho, tem-se o seguinte quadro:

QUADRO 6 - ANÁLISE COMPARATIVA DAS CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO CURRÍCULO NOMINAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE JACAREZINHO ANTES E APÓS A REFORMA DE 87

ANÁLISE COMPARATIVA DO CURRÍCULO NOMINAL		
CARACTERÍSTICAS	ANTES DE 1987	DEPOIS DE 1987
Número Serial	03 anos	04 anos
Número Disciplinar	36 disciplinas	36 disciplinas
Frequência Serial Média	12 disciplinas/série	09 disciplinas/série
Carga Curricular	2430 horas/aula	2940 horas
Carga Serial Média do Currículo	810 horas/aula	735 horas/aula
Carga Disciplinar Média do Currículo	67,5 horas/disciplina	81,66 horas/disciplina

Analisando-se o quadro acima pode-se perceber que o currículo elaborado depois da reforma curricular de 87, passa a ter 4 anos de duração com o aumento conseqüente da carga curricular, apesar de não ter alterado o número disciplinar.

Para o cálculo do coeficiente de incidência nominal, foi feita a seguinte distribuição das disciplinas, nos diferentes conjuntos disciplinares.

QUADRO 7 - CARACTERIZAÇÃO DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES ENCONTRADOS NO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE JACAREZINHO APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87

CARACTERIZAÇÃO DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES	
CONJUNTO DISCIPLINAR	DISCIPLINA
1. Biológicas	Anatomia; Fund. Biológicos; Fisiologia do Esforço; Cinesiologia; Higiene e Socorros; Cineantropometria.
2. Filosóficas e da Sociedade	Filosofia da Ed.; Sociologia Educacional; História da Ed. Física; Fundamentos Filosóficos da Ed. Física.
3. Pesquisa	Introd. à Metod. da Pesquisa; Metodologia da Pesquisa Científica.
4. Pedagógicas	Didática; Didática da Ed. Física; Est. e Func. do Ensino; Prática de Ensino e Est. Supervisionado I e II; Psicologia da Aprendizagem.
5. Esportivas	Atletismo; Handebol; Basquetebol; Natação; Voleibol; Futebol..
6. Outras	Comunicação; Rítmica; Gin. Escolar; Psic. Do Desenvolv.; Ed. Física da Pré-Escola à 4ª série; Ap. Motora; Folclore; Ed. Física de 5ª à 8ª série; Organização da Ed. Física Escolar; Atividade Física Não-Formal; Ed. Física Adaptada.

Realizada a identificação das disciplinas do currículo nos diferentes conjuntos disciplinares, calculou-se o Coeficiente de Incidência Nominal, cujos valores estão descritos no quadro 8.

QUADRO 8 - VALORES DO COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES DO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE JACAREZINHO APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87

COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES	
CONJUNTO DISCIPLINAR	VALOR DO COEF. DE INCIDÊNCIA NOMINAL
1. Biológicas	0,25
2. Filosóficas e da Sociedade	0,16
3. Pesquisa	0,08
4. Pedagógicas	0,25
5. Esportivas	0,25

Pelos valores do Coeficiente de Incidência Nominal expressos no quadro acima, pode-se perceber um equilíbrio entre os conjuntos que congregam as disciplinas esportivas, pedagógicas e biológicas. Enquanto os conjuntos das disciplinas filosóficas e de pesquisa apresentam um Coeficiente de Incidência Nominal bastante inferior.

Ao comparar-se o Coeficiente de Incidência Nominal deste novo currículo da Escola de Educação Física de Jacarezinho, com o anterior tem-se:

QUADRO 9 - ANÁLISE COMPARATIVA DO COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES DO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE JACAREZINHO ANTES E APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87

ANÁLISE COMPARATIVA DO COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL		
CONJUNTOS DISCIPLINARES	ANTES DE 1987	DEPOIS DE 1987
1. Biológicas	0,27	0,25
2. Filosóficas e da Sociedade	0	0,16
3. Pesquisa	0	0,08
4. Pedagógicas	0,23	0,25
5. Esportivas	0,50	0,25

Por esta análise percebe-se um maior equilíbrio entre o número de disciplinas em cada conjunto disciplinar do currículo, após a reforma de 87. As disciplinas pertencentes ao conjunto das filosóficas e de pesquisa, surgem no currículo novo, mas ainda em número menor que nos demais conjuntos disciplinares.

Para verificar se este equilíbrio aconteceu também em termos da carga horária destinada às disciplinas do conjunto, calculou-se o Coeficiente de Carga dos conjuntos disciplinares, encontrando os seguintes valores:

QUADRO 10 - VALORES DO COEFICIENTE DE CARGA DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES DO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE JACAREZINHO APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87

COEFICIENTE DE CARGA DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES	
CONJUNTO DISCIPLINAR	VALOR DO COEFICIENTE DE CARGA
1. Biológicas	0,37
2. Filosóficas e da Sociedade	0,16
3. Pesquisa	0,14
4. Pedagógicas	0,32
5. Esportivas	0,42

O equilíbrio entre o número de disciplinas encontrado na composição do novo currículo da Escola de Educação Física de Jacarezinho, não se manteve em termos de Carga Horária. Pela análise do quadro acima percebe-se novamente, um Coeficiente de Carga maior no conjunto disciplinar das esportivas. A importância destinada a este conjunto disciplinar permaneceu como no currículo anterior à reforma de 87.

QUADRO 11 - ANÁLISE COMPARATIVA DO COEFICIENTE DE CARGA DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES DO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE JACAREZINHO ANTES E APÓS A REFORMA DE 87

ANÁLISE COMPARATIVA DO COEFICIENTE DE CARGA		
CONJUNTOS DISCIPLINARES	ANTES DE 1987	DEPOIS DE 1987
1. Biológicas	0,28	0,37
2. Filosóficas e da Sociedade	0	0,16
3. Pesquisa	0	0,14
4. Pedagógicas	0,23	0,32
5. Esportivas	0,49	0,42

Verifica-se por meio da comparação visível no quadro 11, um aumento do Coeficiente de Carga em todos os conjuntos disciplinares, com exceção do conjunto das esportivas, que teve o valor do seu Coeficiente de carga diminuído, sem contudo ter deixado de apresentar o maior Coeficiente de Carga do conjunto.

4.5. Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas - FACEPAL

As características básicas do curso de Licenciatura em Educação Física da FACEPAL, antes da reforma curricular de 87 estão expressas no quadro 1.

QUADRO 1 - CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO CURRÍCULO NOMINAL DA FACEPAL ANTES DA REFORMA CURRICULAR DE 87

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO CURRÍCULO NOMINAL	
Número Serial	03 anos
Número Disciplinar	44 disciplinas
Frequência Serial Média	14,6 disciplinas/série
Carga Curricular	2160 horas/aula
Carga Serial Média do Currículo	720 horas/aula
Carga Disciplinar Média do Currículo	49,10 horas/disciplina

Apresentadas as características básicas deste currículo, observa-se a caracterização dos conjuntos disciplinares, encontrados no currículo em análise.

QUADRO 2 - CARACTERIZAÇÃO DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES ENCONTRADOS NO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA FACEPAL ANTES DA REFORMA CURRICULAR DE 87

CARACTERIZAÇÃO DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES	
CONJUNTO DISCIPLINAR	DISCIPLINA
1. Biológicas	Biologia Geral I e II; Anatomia; Higiene Social; Fisiologia; Cinesiologia; Biometria; Socorros Urgentes.
2. Filosóficas e da Sociedade	Sociologia; Filosofia I.
3. Pesquisa	Métodos e Técnicas de Pesquisa I e II
4. Pedagógicas	Psicologia da Educação I e II; Estrutura I e II; Didática I e II; Prática de Ensino
5. Esportivas	Basquete I e II; Atletismo I e II; Voleibol I e II; Handebol; Natação I e II; Tênis I e II; Ginástica Olímpica I e II; Futebol I e II.
6. Outras	Expressão Oral e escrita I e II; Recreação; Cultura religiosa I e II; Ginástica I, II,III; Ginástica Rítmica I e II; Estágio.

Calculando-se o Coeficiente de Incidência Nominal para estes conjuntos curriculares observam-se os valores a seguir:

QUADRO 3 - VALORES DO COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES DO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA FACEPAL ANTES DA REFORMA CURRICULAR DE 87

COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES	
CONJUNTO DISCIPLINAR	VALOR DO COEF. DE INCIDÊNCIA NOMINAL
1. Biológicas	0,24
2. Filosóficas e da Sociedade	0,06
3. Pesquisa	0,09
4. Pedagógicas	0,21
5. Esportivas	0,45

Novamente vê-se a predominância percentual de disciplinas do conjunto das esportivas, em detrimento das demais, seguidas do conjunto das disciplinas da área biológica e pedagógica.

Com o Cálculo do Coeficiente de Carga, poderemos verificar se o predomínio das esportivas se mantém em termos de carga horária.

QUADRO 4 - VALORES DO COEFICIENTE DE CARGA DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES DO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA FACEPAL ANTES DA REFORMA CURRICULAR DE 87

COEFICIENTE DE CARGA DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES	
CONJUNTO DISCIPLINAR	VALOR DO COEFICIENTE DE CARGA
1. Biológicas	0,27
2. Filosóficas e da Sociedade	0,05
3. Pesquisa	0,05
4. Pedagógicas	0,19
5. Esportivas	0,43

Como se pode constatar no quadro 4, a predominância do conjunto disciplinar das esportivas prevalece, também, em termos de carga horária. Houve

ainda o aumento do Coeficiente entre o conjunto das biológicas e das pedagógicas. O conjunto disciplinar da pesquisa e das disciplinas filosóficas, apresentou o mesmo Coeficiente de Carga.

Após a reforma curricular de 87, o currículo de Educação Física da FACEPAL, passou a apresentar as seguintes características básicas.

QUADRO 5 - CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO CURRÍCULO NOMINAL DA FACEPAL APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO CURRÍCULO NOMINAL	
Número Serial	04 anos
Número Disciplinar	65 disciplinas
Frequência Serial Média	16,25 disciplinas/série
Carga Curricular	3285 horas/aula
Carga Serial Média do Currículo	821,25 horas/aula
Carga Disciplinar Média do Currículo	50,54 horas/disciplina

A seguir fez-se a análise comparativa das características básicas dos dois currículos da FACEPAL

QUADRO 6 - ANÁLISE COMPARATIVA DAS CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO CURRÍCULO NOMINAL DA FACEPAL ANTES E APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87

ANÁLISE COMPARATIVA DO CURRÍCULO NOMINAL		
CARACTERÍSTICAS	ANTES DE 1987	DEPOIS DE 1987
Número Serial	03 anos	04 anos
Número Disciplinar	44 disciplinas	65 disciplinas
Frequência Serial Média	14,6 disciplinas/série	16,25 disciplinas/série
Carga Curricular	2160 horas/aula	3285 horas/aula
Carga Serial Média do Currículo	720 horas/aula	821,25 horas/aula
Carga Disciplinar Média do Currículo	49,10 horas/disciplina	50,54 horas/disciplina

O currículo de Educação Física da FACEPAL, após a reforma curricular de 87, passou a ter a duração de 04 anos. Com o aumento de 01 ano do curso,

aumentaram também as demais características como: frequência serial, carga curricular, carga serial média e carga disciplinar média deste currículo.

Passa-se a seguir para a caracterização dos conjuntos disciplinares encontrados no novo currículo de Educação Física da Facepal.

QUADRO 7 - CARACTERIZAÇÃO DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES ENCONTRADOS NO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA FACEPAL APÓS A REFORMULAÇÃO CURRICULAR DE 87

CARACTERIZAÇÃO DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES	
CONJUNTO DISCIPLINAR	DISCIPLINA
1. Biológicas	Biologia Geral I, II, III; Anatomia I e II; Socorros; Fisiologia; Cinesiologia; Fundamentos de Fisioterapia; Biometria; Higiene Social.
2. Filosóficas e da Sociedade	Sociologia; Filosofia; Filosofia da Ed; Antropologia Cultural; Sociologia Desportiva e do Lazer; Filosofia da Ed. e do Desporto
3. Pesquisa	Métodos e Técnicas de Pesquisa I e II; Introd. à Estatística.
4. Pedagógicas	Psicologia da Ed. I e II; Didática; Didática da Ed. Física; Estrutura I e II; Prática de Ensino.
5. Esportivas	Basquete I e II; Atletismo I, II, III; Handebol I e II; Futebol I e II; Volei I e II; Ginástica Olímpica I e II; Natação I, II, III; Ativ. Esportiva Complementar; Tênis de Campo; GRD I e II; caratê
6. Outras	EPB I e II; Cultura Religiosa I e II; Ginástica Infantil; Ginástica I e II; Rítmica; Ativ. Psicomotoras I e II; Organização de Competições; Estágio; Expressão Oral e Escrita; Ativ. Física para Deficientes, Recreação I e II; Direito Desportivo.

Feita a identificação dos conjuntos disciplinares, foi feito o cálculo do Coeficiente de Incidência Nominal.

QUADRO 8 - VALORES DO COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES DO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFPR APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87

COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES	
CONJUNTO DISCIPLINAR	VALOR DO COEF. DE INCIDÊNCIA NOMINAL
1. Biológicas	0,23
2. Filosóficas e da Sociedade	0,12
3. Pesquisa	0,06
4. Pedagógicas	0,14
5. Esportivas	0,44

Fazendo a análise comparativa do Coeficiente de Incidência Nominal entre os dois currículos de Educação Física da FACEPAL, terem-se o quadro 9:

QUADRO 9 - ANÁLISE COMPARATIVA DO COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES DO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA FACEPAL ANTES E APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87

ANÁLISE COMPARATIVA DO COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL		
CONJUNTOS DISCIPLINARES	ANTES DE 1987	DEPOIS DE 1987
1. Biológicas	0,24	0,23
2. Filosóficas e da Sociedade	0,06	0,12
3. Pesquisa	0,09	0,06
4. Pedagógicas	0,21	0,14
5. Esportivas	0,45	0,44

A análise comparativa entre o Coeficiente de Incidência Nominal dos dois currículos da FACEPAL, revela uma redução deste Coeficiente em todos os conjuntos disciplinares, com exceção do conjunto das disciplinas filosóficas, que surpreendentemente sofreu um aumento deste Coeficiente. O conjunto das disciplinas pedagógicas foi o que sofreu maior redução do Coeficiente de Incidência Nominal.

Infelizmente não se pôde calcular o Coeficiente de Carga do currículo de Educação Física da FACEPAL após a reforma de 87, por não constar no documento expedido por esta Instituição, a carga horária das disciplinas.

4.6. Faculdade de Ciências Humanas de Marechal Cândido Rondon UNIOESTE.

As características básicas do currículo do curso de Licenciatura em Educação Física da UNIOESTE, encontram-se no quadro abaixo.

QUADRO 1 - CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO CURRÍCULO NOMINAL DA UNIOESTE ANTES DA REFORMA CURRICULAR DE 87

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO CURRÍCULO NOMINAL	
Número Serial	03 anos
Número Disciplinar	51 disciplinas
Frequência Serial Média	17 disciplinas/série
Carga Curricular	2055 horas/aula
Carga Serial Média do Currículo	685 horas/aula
Carga Disciplinar Média do Currículo	40,29 horas/disciplina

Após caracterizar os conjuntos disciplinares, observa-se no quadro 2:

QUADRO 2 - CARACTERIZAÇÃO DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES ENCONTRADOS NO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIOESTE ANTES DA REFORMA CURRICULAR DE 87

CARACTERIZAÇÃO DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES	
CONJUNTO DISCIPLINAR	DISCIPLINA
1. Biológicas	Anatomia I e II; Biologia; Fisiologia I e II; Biometria; Cinesiologia; Higiene Social; Socorros Urgentes.
2. Filosóficas e da Sociedade	História e Sociologia da Ed. Física.
3. Pesquisa	Metodologia da Pesquisa Bibliográfica
4. Pedagógicas	Psicologia da Educação I e II; Didática; Prática de Ensino I e II; Estrutura e Funcionamento do Ensino
5. Esportivas	Atletismo I, II; III, IV, V; Voleibol I, II; III; Natação I; II, III, IV; Handebol I, II, III; Basquetebol I, II, III; Futebol I, II; Ginástica Olímpica I, II.
6. Outras	Língua Portuguesa; Ginástica I, II, III, IV; Recreação; Xadrez; Rítmica I, II; EPB I, II; Org. e Adm. da Ed. Física..

Foram encontrados os seguintes valores para o Coeficiente de Incidência Nominal dos conjuntos disciplinares acima descritos.

QUADRO 3 - VALORES DO COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES DO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIOESTE ANTES DA REFORMA CURRICULAR DE 87.

COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES	
CONJUNTO DISCIPLINAR	VALOR DO COEF. DE INCIDÊNCIA NOMINAL
1. Biológicas	0,23
2. Filosóficas e da Sociedade	0,02
3. Pesquisa	0,02
4. Pedagógicas	0,15
5. Esportivas	0,56

Neste currículo, constatou-se o predomínio do conjunto das disciplinas esportivas, com um coeficiente bastante elevado em relação aos demais conjuntos caracterizados. Constatou-se igualmente, que a soma do Coeficiente de Incidência Nominal dos demais conjuntos disciplinares ainda ficam com um valor abaixo do Coeficiente das disciplinas esportivas.

Aplicando o Coeficiente de Carga obtem-se o seguinte resultado.

QUADRO 4 - VALORES DO COEFICIENTE DE CARGA DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES DO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIOESTE ANTES DA REFORMA CURRICULAR DE 87

COEFICIENTE DE CARGA DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES	
CONJUNTO DISCIPLINAR	VALOR DO COEFICIENTE DE CARGA
1. Biológicas	0,27
2. Filosóficas e da Sociedade	0,03
3. Pesquisa	0,04
4. Pedagógicas	0,21
5. Esportivas	0,45

O Coeficiente de Carga também confirmou a predominância de maior carga horária nas disciplinas esportivas. Observou-se que este valor equivale a quase 50% da carga horária total do currículo, ficando o restante desta carga para ser dividida entre os demais conjuntos disciplinares.

Passa-se agora para a análise do currículo do curso de Licenciatura em Educação Física da UNIOESTE, após a reformulação proposta pela Resolução Nº 03/87. As características básicas deste currículo estão sistematizadas no quadro 5.

QUADRO 5 - CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO CURRÍCULO NOMINAL DA UNIOESTE APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO CURRÍCULO NOMINAL	
Número Serial	04 anos
Número Disciplinar	38 disciplinas
Frequência Serial Média	9,5 disciplinas/série
Carga Curricular	3000 horas/aula
Carga Serial Média do Currículo	750 horas/aula
Carga Disciplinar Média do Currículo	78,9 horas/disciplina

O próximo quadro revela as características básicas dos dois currículos de Educação Física em estudo.

QUADRO 6 - ANÁLISE COMPARATIVA DAS CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO CURRÍCULO NOMINAL DA UNIOESTE ANTES E APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87

ANÁLISE COMPARATIVA DO CURRÍCULO NOMINAL		
CARACTERÍSTICAS	ANTES DE 1987	DEPOIS DE 1987
Número Serial	03 anos	04 anos
Número Disciplinar	51 disciplinas	38 disciplinas
Frequência Serial Média	17 disciplinas/série	9,5 disciplinas/série
Carga Curricular	2055 horas/aula	3000 horas/aula
Carga Serial Média do Currículo	685 horas/aula	750 horas/aula
Carga Disciplinar Média do Currículo	40,29 horas/disciplina	78,9 horas/disciplina

O curso de Educação Física da UNIOESTE passou de três, para quatro anos de duração, sofrendo assim um aumento da Carga Curricular, sem contudo aumentar o número disciplinar. Com isto, passou a ter disciplinas com maior carga horária, evitando com isto a fragmentação comum à maioria dos currículos de Educação Física.

Em seguida far-se-á a caracterização dos conjuntos disciplinares do novo currículo de Educação Física da UNIOESTE para, na sequência proceder o cálculo do Coeficiente de Incidência Nominal destes.

QUADRO 7 - CARACTERIZAÇÃO DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES ENCONTRADOS NO CURRÍCULO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIOESTE APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87

CARACTERIZAÇÃO DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES	
CONJUNTO DISCIPLINAR	DISCIPLINA
1. Biológicas	Anatomia Humana; Biologia; Socorros Urgentes e Higiene; Fisiologia; Cinesiologia; Atividades em Academia; Treinamento Desportivo; Nutrição.
2. Filosóficas e da Sociedade	Teoria da Ed. Física; História e Sociologia da Ed. Física; Filosofia da Ed. Física.
3. Pesquisa	Met. E Técnica da Pesquisa Aplicada à Ed. Física; Seminário de Monografia.
4. Pedagógicas	Psicologia da Educação; Est. e Func. do Ensino; Didática; Prática de Ensino em Ed. Física do 1º Grau; Prática de Ensino em Ed. Física do 2º Grau.
5. Esportivas	Basquetebol; Atletismo; Voleibol; Futebol de Campo e Salão; Handebol; Natação; Ginástica Olímpica; GRD; Judô.
6. Outras	Língua Portuguesa; Motricidade; Rítmica; Ed. Física Infantil; Ginástica Geral; Lazer e Recreação; Organização e Administração da Ed. Física; Medidas e Avaliação em Ed. Física; Xadrez; Metodologia Especial de Ed. Física; EPB.

Aplicando-se o Cálculo do Coeficiente de Incidência Nominal para os conjuntos disciplinares acima tem-se o quadro 8:

QUADRO 8 - VALORES DO COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES DO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIOESTE APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87

COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES	
CONJUNTO DISCIPLINAR	VALOR DO COEF. DE INCIDÊNCIA NOMINAL
1. Biológicas	0,29
2. Filosóficas e da Sociedade	0,11
3. Pesquisa	0,07
4. Pedagógicas	-0,18
5. Esportivas	0,33

Novamente, no cálculo do Coeficiente de Incidência Nominal, obteve-se a predominância do conjunto disciplinar, das esportivas. Na sequência, está o conjunto das disciplinas biológicas, está abarcando, juntamente com as esportivas quase 70% das disciplinas que compõem os demais conjuntos disciplinares.

Através da análise comparativa do Coeficiente de Incidência Nominal dos dois currículos, pode-se compreender melhor as mudanças ocorridas após a reformulação de 87.

QUADRO 9 - ANÁLISE COMPARATIVA DO COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES DO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIOESTE ANTES E APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87

ANÁLISE COMPARATIVA DO COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL		
CONJUNTOS DISCIPLINARES	ANTES DE 1987	DEPOIS DE 1987
1. Biológicas	0,23	0,29
2. Filosóficas e da Sociedade	0,02	0,11
3. Pesquisa	0,02	0,07
4. Pedagógicas	0,15	0,18
5. Esportivas	0,56	0,33

Como se pode perceber após a reformulação curricular de 87, houve modificações consideráveis no valor do Coeficiente de Incidência Nominal, principalmente na redução deste, no conjunto disciplinar das esportivas. Verifica-se ainda um aumento do valor do Coeficiente em todos os demais conjuntos.

QUADRO 10 - VALORES DO COEFICIENTE DE CARGA DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES DO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA APÓS A REFORMA DE 87.

COEFICIENTE DE CARGA DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES	
CONJUNTO DISCIPLINAR	VALOR DO COEFICIENTE DE CARGA
1. Biológicas	0,27
2. Filosóficas e da Sociedade	0,10
3. Pesquisa	0,08
4. Pedagógicas	0,22
5. Esportivas	0,32

Fazendo uma análise comparativa do Coeficiente de Carga entre os dois currículos analisados tem-se o quadro 11:

QUADRO 11 - ANÁLISE COMPARATIVA DO COEFICIENTE DE CARGA DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES DO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIOESTE ANTES E APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87

ANÁLISE COMPARATIVA DO COEFICIENTE DE CARGA		
CONJUNTOS DISCIPLINARES	ANTES DE 1987	DEPOIS DE 1987
1. Biológicas	0,27	0,27
2. Filosóficas e da Sociedade	0,03	0,10
3. Pesquisa	0,04	0,08
4. Pedagógicas	0,21	0,22
5. Esportivas	0,45	0,32

Pode-se verificar por esta análise comparativa uma redução do Coeficiente de Carga do conjunto disciplinar das esportivas, bem como a manutenção do valor do Coeficiente de Carga do conjunto das biológicas. Todos os outros conjuntos curriculares sofreram um aumento do Coeficiente de Carga, com relação ao currículo anterior.

4.7. Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC PR

As características básicas do currículo de Educação Física da PUC-PR, estão expressas no quadro abaixo.

QUADRO 1 - CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO CURRÍCULO NOMINAL DA PUC-PR ANTES DA REFORMA CURRICULAR DE 87

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO CURRÍCULO NOMINAL	
Número Serial	04
Número Disciplinar	76 disciplinas
Frequência Serial Média	19 disciplinas/série
Carga Curricular	2730 horas/aula
Carga Serial Média do Currículo	682,5 horas/aula
Carga Disciplinar Média do Currículo	35,92 horas/disciplina

A caracterização dos conjuntos disciplinares do currículo estudado ficou assim sistematizada:

QUADRO 2 - CARACTERIZAÇÃO DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES ENCONTRADOS NO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA PUC-PR ANTES DA REFORMA CURRICULAR DE 87

CARACTERIZAÇÃO DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES	
CONJUNTO DISCIPLINAR	DISCIPLINA
1. Biológicas	Biologia I, II; Anatomia I, II; Fisiologia I, II; Higiene I, II; Bioquímica I, II; Cinesiologia I, II; Socorros I, II; Treinamento Desportivo I, II; Biometria I, II; Fisiologia do Esforço.
2. Filosóficas e da Sociedade	Filosofia I, II; Deontologia.
3. Pesquisa	-
4. Pedagógicas	Psicologia da Educação I, II; Didática I, II, III, IV; Est. e Func. I, II; Prática de Ensino I, II.
5. Esportivas	Atletismo I, II, III, IV; Basquetebol I, II, III, IV; Voleibol I, II, III, IV; Gin. Olímpica I, II; Ativ. Desportivas Complementares I, II; Handebol I, II, III, IV; Natação I, II, III, IV; GRD I, II; Futebol I, II.
6. Outras	Ginástica I, II, III, IV; Ativ. Rítmicas I, II; EPB I, II; Ed. Física Infantil I, II; Teologia I, II; Recreação I, II; Org. e Adm. de Ed. Física e Desportos I, II.

Com a caracterização dos conjuntos disciplinares realizada, passa-se ao cálculo do Coeficiente de Incidência Nominal destes conjuntos disciplinares encontrados neste currículo.

QUADRO 3 - VALORES DO COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES DO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA PUC-PR ANTES DA REFORMA CURRICULAR DE 87

COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES	
CONJUNTO DISCIPLINAR	VALOR DO COEF. DE INCIDÊNCIA NOMINAL
1. Biológicas	0,32
2. Filosóficas e da Sociedade	0,05
3. Pesquisa	0
4. Pedagógicas	0,16
5. Esportivas	0,46

Novamente se configura a importância destinada às disciplinas esportivas, em mais um currículo do Curso de Educação Física. Observa-se também, a ausência de disciplinas voltadas para a pesquisa e o baixo valor do Coeficiente de Incidência Nominal do conjuntos das disciplinas filosóficas.

QUADRO 4 - VALORES DO COEFICIENTE DE CARGA DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES DO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA PUC-PR ANTES DA REFORMA CURRICULAR DE 87

COEFICIENTE DE CARGA DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES	
CONJUNTO DISCIPLINAR	VALOR DO COEFICIENTE DE CARGA
1. Biológicas	0,28
2. Filosóficas e da Sociedade	0,04
3. Pesquisa	0
4. Pedagógicas	0,17
5. Esportivas	0,50

Com o cálculo do Coeficiente de Carga constata-se a elevada carga horária destinada às disciplinas esportivas e biológicas, no currículo de Educação Física da PUC-PR, antes da reforma curricular de 87.

A seguir analisou-se o currículo de Educação Física da PUC-PR, após a reformulação proposta pela Resolução N°03/87. No quadro seguinte estão as características básicas do novo currículo de Educação Física da PUC-PR.

QUADRO 5 - CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO CURRÍCULO NOMINAL DA PUC-PR APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO CURRÍCULO NOMINAL	
Número Serial	04
Número Disciplinar	88 disciplinas
Frequência Serial Média	22 disciplinas/série
Carga Curricular	3360 horas/aula
Carga Serial Média do Currículo	840 horas/aula
Carga Disciplinar Média do Currículo	38,18 horas/disciplina

Comparando as características básicas dos currículos analisados, tem-se o seguinte quadro.

QUADRO 6 - ANÁLISE COMPARATIVA DAS CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO CURRÍCULO NOMINAL DA PUC-PR ANTES E APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87

ANÁLISE COMPARATIVA DO CURRÍCULO NOMINAL		
CARACTERÍSTICAS	ANTES DE 1987	DEPOIS DE 1987
Número Serial	04	04
Número Disciplinar	76 disciplinas	88 disciplinas
Frequência Serial Média	19 disciplinas/série	22 disciplinas/série
Carga Curricular	2730 horas/aula	3360 horas/aula
Carga Serial Média do Currículo	682,5 horas/aula	840 horas/aula
Carga Disciplinar Média do Currículo	35,92 horas/disciplina	38,18 horas/disciplina

Como se pode perceber o curso não sofreu nenhum tipo de alteração no tempo de duração do curso. Apesar disso, sofreu um aumento considerável de

carga curricular, do número disciplinar, da carga serial média e da carga disciplinar média do curso.

No quadro 7, poderemos observa-se a caracterização das disciplinas do currículo em seu conjunto disciplinar.

QUADRO 7 - CARACTERIZAÇÃO DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES ENCONTRADOS NO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA PUC-PR APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87

CARACTERIZAÇÃO DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES	
CONJUNTO DISCIPLINAR	DISCIPLINA
1. Biológicas	Anatomia I, II; Fund. Biológicos I, II; Higiene I, II; Neuro-Anatomia I, II; Bioquímica I, II; Fisiologia Geral I, II; Cinesiologia I, II; Cineantropometria I, II; Socorros Urgentes I, II; Treinamento Desportivo I, II; Nutrição I, II; Fisiologia do Exercício I, II.
2. Filosóficas e da Sociedade	História da Ed. Física I, II; Antropologia Social I, II; Introd. à Filosofia I, II; Cultura e Cidadania I, II; Deontologia.
3. Pesquisa	Metod. da Pesquisa I, II; Orient. do Trabalho de Pesquisa I, II.
4. Pedagógicas	Psicologia da Educação I, II; Didática I, II; Didática da Ed. Física I, II; Est. e Func. I, II; Prática de Ensino I, II.
5. Esportivas	Atletismo I, II, III, IV; Voleibol I, II; Basquetebol I, II; Futebol I, II; GRD I, II; Natação I, II; Handebol I, II; Ginástica Artística I, II; Atividades Aquáticas I, II.
6. Outras	Ginástica I, II, III, IV; Ativ. Rítmicas I, II; Mov. Humano p/ a Comunicação I, II; Crescimento e Desenvolvimento I, II; Recreação e Lazer I, II; Teologia I, II; Ativ. Complementares I, II; Adm. da Ed. Física e dos Desportos I, II; Org. da Ed. Física e dos Desportos I, II; Informática Básica I, II.

Aplicando-se o Coeficiente de Incidência Nominal para estes conjuntos disciplinares tem-se o quadro 8:

QUADRO 8 - VALORES DO COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES DO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA PUC-PR APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87

COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES	
CONJUNTO DISCIPLINAR	VALOR DO COEF. DE INCIDÊNCIA NOMINAL
1. Biológicas	0,36
2. Filosóficas e da Sociedade	0,13
3. Pesquisa	0,06
4. Pedagógicas	0,15
5. Esportivas	0,30

Comparando os Coeficientes de Incidência Nominal dos dois currículos da PUC-PR., tem-se:

QUADRO 9 - ANÁLISE COMPARATIVA DO COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES DO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA PUC-PR ANTES E APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87

ANÁLISE COMPARATIVA DO COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA NOMINAL		
CONJUNTOS DISCIPLINARES	ANTES DE 1987	DEPOIS DE 1987
1. Biológicas	0,32	0,36
2. Filosóficas e da Sociedade	0,05	0,13
3. Pesquisa	0	0,06
4. Pedagógicas	0,16	0,15
5. Esportivas	0,46	0,30

Com a reformulação curricular passa haver um maior equilíbrio entre as disciplinas do conjunto das biológicas e das esportivas, já que no currículo novo o conjunto disciplinar das biológicas passa a prevalecer sobre os demais, em termos de número de disciplinas.

O conjunto disciplinar da pesquisa aparece, ainda que inexpressivo diante dos demais conjuntos disciplinares. Verifica-se ainda um aumento do Coeficiente nas disciplinas filosóficas, e uma redução nas Pedagógicas.

Por fim, verificou-se o Coeficiente de Carga do novo currículo, para depois compará-lo ao antigo currículo de Educação Física.

QUADRO 10 - VALORES DO COEFICIENTE DE CARGA DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES DO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87.

COEFICIENTE DE CARGA DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES	
CONJUNTO DISCIPLINAR	VALOR DO COEFICIENTE DE CARGA
1. Biológicas	0,32
2. Filosóficas e da Sociedade	0,10
3. Pesquisa	0,05
4. Pedagógicas	0,19
5. Esportivas	0,34

Comparando o valor do Coeficiente de Carga do novo currículo de Educação Física da PUC-PR, com o antigo, tem-se o quadro 11:

QUADRO 11 - ANÁLISE COMPARATIVA DO COEFICIENTE DE CARGA DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES DO CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA PUC-PR ANTES E APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87

ANÁLISE COMPARATIVA DO COEFICIENTE DE CARGA		
CONJUNTOS DISCIPLINARES	ANTES DE 1987	DEPOIS DE 1987
1. Biológicas	0,28	0,32
2. Filosóficas e da Sociedade	0,04	0,10
3. Pesquisa	0	0,05
4. Pedagógicas	0,17	0,19
5. Esportivas	0,50	0,34

Pelo Coeficiente de Carga também pode-se constatar um maior equilíbrio entre os conjuntos disciplinares da biologia e da esportiva após a reforma de 87, sendo que neste caso, novamente as disciplinas esportivas terão supremacia sobre os demais conjuntos. Isto quer dizer que a maior concentração de carga horária está neste conjunto disciplinar, das esportivas.

Observamos ainda um aumento do coeficiente no conjunto das disciplinas pedagógicas e filosóficas, além do aparecimento de disciplinas voltadas para a pesquisa.

Na análise dos resultados estas informações serão retomadas, buscando de uma maneira mais sistemática explicar como as escolas de Educação Física organizaram seus currículos a partir de 87.

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos currículos dos cursos de Licenciatura em Educação Física apresentadas anteriormente, permite fazer algumas considerações. Para isso, deve-se reportar aos indicadores presentes no Parecer nº215/87 e Resolução nº 03/87, e que foram objetos de análise no segundo capítulo deste estudo, quais sejam: 1. Titulação a ser conferida ao profissional de Educação Física (Licenciatura e/ou Bacharelado); 2. Duração do Curso e Carga Horária Mínima; 3. Estrutura Curricular e mínimos de conteúdos exigíveis. Estes indicadores foram sendo retomados, por incidir sobre eles a idéia dos avanços da nova Resolução, que passou a fixar os mínimos de conteúdo e duração a serem observados na organização dos cursos de Educação Física, a partir de 1987.

Nos resultados da análise, procurou-se verificar a maneira pela qual as Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná, que ofereciam cursos de graduação em Educação Física, no final da década de 80, organizaram seus cursos, a partir dos indicadores acima citados.

QUANTO À TITULAÇÃO A SER CONFERIDA AO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA (LICENCIATURA E/OU BACHARELADO).

A Resolução nº03/87 do Conselho Federal de Educação em seu Artigo 1º nos coloca que: “A formação dos profissionais de Educação Física será feita em curso de graduação que conferirá o título de Bacharel e/ou Licenciado em

Educação Física”.(BRASIL, Conselho Federal de Educação. Resolução nº03/87 de 16 de junho de 1987).

Este primeiro artigo da Resolução nº 03/87, transformou-se na questão mais polêmica desta, dividindo a opinião da comunidade acadêmica em sua defesa ou não. Os argumentos em sua defesa giravam principalmente, em torno da possibilidade da Educação Física vir a se constituir numa área científica, favorecendo assim, o crescimento de massa crítica na área. Já, as manifestações contrárias estavam centradas na questão da especialização que aparece, segundo seus críticos, sob a denominação de Bacharel em Educação Física.

Não obstante a polêmica posta, a respeito da titulação a ser conferida ao profissional de Educação Física pela Resolução nº03/87, as Instituições de Ensino Superior seguiram fazendo suas discussões associadas ou não com as necessidades da sociedade.

Das 07 (sete) Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná, que ofereciam o curso de graduação em Educação Física e que se constituíram no conjunto curricular analisado por este estudo, nenhuma delas optou, no momento da reformulação, por oferecer o curso de Bacharelado em Educação Física.

Nos documentos que foram fornecidos pelas Instituições que fizeram parte deste estudo, não se encontra nenhuma justificativa desta opção somente pela Licenciatura.

QUANTO À DURAÇÃO DO CURSO E CARGA HORÁRIA MÍNIMA.

Sobre a duração do curso e carga horária mínima, o Artigo 4º da Resolução nº03/87 diz: “O curso de graduação em Educação Física terá a duração mínima de 4 anos (ou 8 semestres letivos) e máxima de 7 anos (ou 14 semestres letivos), compreendendo uma carga horária de 2880 horas/aula.

Para esta análise da duração do curso e da carga horária mínima, construiu-se um quadro, a partir dos dados obtidos sobre as características básicas do currículo de cada escola analisada no Capítulo 3.

QUADRO 1 - ANÁLISE COMPARATIVA DA DURAÇÃO DO CURSO E DA CARGA HORÁRIA MÍNIMA DOS CURRÍCULOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ANTES E DEPOIS DA REFORMA CURRICULAR DE 87

ANÁLISE COMPARATIVA DA DURAÇÃO DO CURSO E CARGA HORÁRIA MÍNIMA				
INSTITUIÇÃO	DURAÇÃO DO CURSO(anos)		CARGA HORÁRIA MÍNIMA (horas/aula)	
	ANTES DE 87	DEPOIS DE 87	ANTES DE 87	DEPOIS DE 87
UFPR	04	04	3000	3210
UEM	03	04	2010	2970
UNOPAR	03	04	1890	2975
U. E. DE JACAREZINHO	03	04	2430	2940
FACEPAL	03	04	2160	3285
UNIOESTE	03	04	2055	3000
PUC-PR	04	04	2730	3360

Como se pode observar, com exceção da Universidade Federal do Paraná e da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, cujos cursos já tinham 4 anos de duração, todas as demais instituições aumentaram a duração de seus cursos de 3 para 4 anos.

Quanto a carga horária destinada aos cursos, todas as instituições analisadas por este estudo, sofreram aumento da mesma.

Reportando-se ao primeiro capítulo deste estudo, verifica-se que a duração do curso de Educação Física da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, no final da década de 30, era diferenciada, se comparada com as demais licenciaturas da época. Enquanto para os alunos da Faculdade Nacional de Filosofia, só era concedida a habilitação ao exercício do magistério secundário após a conclusão dos cursos ordinários e do curso de didática com a duração de três anos, aos alunos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, a habilitação ao exercício do magistério se dava após a conclusão dos dois anos do curso. Somente em 1945, esta situação se modificou, com a alteração da duração do curso para três anos. Esta mudança aproximou o curso de Educação Física da Escola Nacional das demais licenciaturas da época.

Viu-se também, no Capítulo 2, que na década de 60, quando foram instituídos os currículos mínimos para os cursos de graduação, a duração dos cursos de licenciatura não passava de três anos. Com a aprovação da Resolução nº03/87, o curso de Educação Física vai se diferenciar das demais licenciaturas no tempo de duração do curso, que passa de 3 para 4 anos.

No entanto, não se encontra nenhuma justificativa para este aumento da duração do curso e da carga horária mínima no Parecer nº215/87, e nem nos documentos das Instituições que optaram por mais um ano na duração do curso.

Deste modo, os currículos dos cursos de Educação Física, a partir da Resolução nº 03/87, tornaram-se mais extensos em termos de duração do curso, e de carga horária. Além disso houve, em alguns casos, um aumento do número de disciplinas, conforme verificamos no quadro abaixo:

QUADRO 2 - ANÁLISE COMPARATIVA DO NÚMERO DE DISCIPLINAS EXISTENTES NOS CURRÍCULOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ANTES E DEPOIS DA REFORMA CURRICULAR DE 87

INSTITUIÇÃO	NÚMERO DE DISCIPLINAS	
	ANTES DE 87	DEPOIS DE 87
UFPR	48	49
UEM	50	30
UNOPAR	35	40
U. E. JACAREZINHO	36	36
FACEPAL	44	65
UNIOESTE	51	38
PUC-PR	76	88

Com relação a este aumento de carga horária dos cursos, e em alguns casos do aumento do número de disciplinas COELHO (1994, p.22) comenta: “além de não lhe garantir qualidade, a ampliação do número de disciplinas e de horas-aula no currículo freqüentemente inviabiliza o próprio trabalho do aluno que, sem condições para se dedicar com afinco aos estudos, à investigação, não conseguirá fazer um bom curso, mesmo que a instituição lhe ofereça excelentes bibliotecas e laboratórios e professores competentes e dedicados”.

Portanto, o aumento da carga horária, do número de disciplinas e da duração dos cursos de Educação Física, a partir da Resolução nº 03/87, não significou, necessariamente, uma melhora na qualidade dos cursos, uma vez que constatou-se na análise feita no capítulo 3, que não houve modificações no trato com o conhecimento, permanecendo as disciplinas da área esportiva e biológica, como norteadoras do processo de formação profissional.

QUANTO À ESTRUTURA CURRICULAR E MÍNIMOS DE CONTEÚDO EXIGÍVEIS.

A Resolução nº03/87 abandona a idéia de currículo apenas como rol de disciplinas, não aparecendo nesta, a indicação das matérias a serem observadas na constituição curricular. Assim, em seu Artigo 3º vê-se:

Os currículos plenos para os cursos de graduação em Educação Física terão duas partes:

a) Formação Geral (humanística e técnica)

b) Aprofundamento de Conhecimentos

§ 1º Na Formação geral serão consideradas as seguintes áreas de conhecimento:

a) De cunho humanístico.

- CONHECIMENTO FILOSÓFICO

- CONHECIMENTO DO SER HUMANO

- CONHECIMENTO DA SOCIEDADE

b) de cunho técnico (que deverá ser desenvolvido de forma articulada com os conhecimentos das áreas de cunho humanístico acima referidas)

Encontram-se indicações no Artigo 4º, da Resolução nº03/87:

Art. 4º (...)

§ 1º Desse total de 2880 horas aula, pelo menos 80% (oitenta por cento) serão destinadas à Formação Geral e o máximo de 20% (vinte por cento) para Aprofundamento de Conhecimentos.

§ 2º Desses 80% das horas destinadas à Formação Geral, 60% deverão ser dedicados às disciplinas vinculadas ao Conhecimento Técnico.

Estas são as únicas indicações presentes no texto da Resolução quanto à indicação da estrutura curricular e dos mínimos de conteúdo exigíveis, para os cursos de graduação em Educação Física, a partir de 1987.

Na análise dos currículos das escolas de Educação Física, feitas no capítulo 3 deste estudo, estabeleceram-se determinados conjuntos disciplinares, com a finalidade de proceder o cálculo dos Coeficientes de Incidência Nominal e de Carga, para verificar a quais disciplinas ou grupos disciplinares era atribuída maior ênfase. Na sequência, foi feita uma análise comparativa destes Coeficientes entre os currículos estabelecidos, antes e depois da reforma curricular proposta em 87, para verificar se houve diferenças significativas nas novas estruturas curriculares, e no conhecimento proposto.

Na caracterização dos conjuntos disciplinares verificou-se que as orientações, quanto às áreas que deverão estar presentes nos currículos de Educação Física a partir da resolução nº03/87, foram seguidas.

No quadro seguinte, está sistematizado o Coeficiente de Carga dos conjuntos disciplinares de cada instituição estudada no capítulo 3, para dar prosseguimento à nossa análise.

QUADRO 3 - COEFICIENTE DE CARGA DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES DO CONJUNTO CURRICULAR ANALISADO, ANTES E APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87

INSTITUIÇÃO	COEFICIENTE DE CARGA ANTES E APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87									
	Biológica		Filosófica		Pesquisa		Pedagógica		Esportiva	
	antes	após	antes	após	antes	após	antes	após	antes	após
UFPR	0,33	0,34	0,03	0,14	0,06	0,07	0,20	0,17	0,38	0,27
UEM	0,24	0,28	0,02	0,10	0	0,07	0,21	0,23	0,50	0,29
UNOPAR	0,34	0,22	0,02	0,08	0	0,09	0,28	0,22	0,35	0,37
U. E. JACAREZINHO	0,28	0,37	0	0,16	0	0,14	0,23	0,32	0,49	0,42
FACEPAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UNIOESTE	0,27	0,27	0,03	0,10	0,04	0,08	0,21	0,22	0,45	0,32
PUC-PR	0,28	0,32	0,04	0,10	0	0,05	0,17	0,19	0,50	0,34

Estabelecendo uma média destes Coeficientes de Carga, por conjunto disciplinar, do total do conjunto curricular analisado neste estudo, antes e após a reformulação curricular de 87, permite se ter uma visão de como os currículos, tiveram seus Coeficientes de Carga alterados, em média.

QUADRO 4 - MÉDIA DO COEFICIENTE DE CARGA POR CONJUNTOS DISCIPLINARES, DO CONJUNTO CURRICULAR ANALISADO, ANTES E APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87

MÉDIA DO COEFICIENTE DE CARGA DOS CONJUNTOS DISCIPLINARES ANTES E APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87		
CONJUNTOS DISCIPLINARES	ANTES DA REFORMA CURRICULAR DE 87	APÓS A REFORMA CURRICULAR DE 87
1. Biológicas	0,29	0,30
2. Filosóficas e da Sociedade	0,02	0,11
3. Pesquisa	0,01	0,08
4. Pedagógicas	0,22	0,22
5. Esportivas	0,44	0,33

Como se viu anteriormente, o Coeficiente de Carga é um indicador da ênfase dada a diferentes conjuntos disciplinares de um mesmo currículo.

O quadro anterior, mostra que houve algumas modificações após a reformulação curricular de 87, com relação à carga horária destinada aos diferentes conjuntos disciplinares. Conseqüentemente, se pôde verificar que o conjunto das disciplinas esportivas, sofreu, nos novos currículos, uma redução do Coeficiente de Carga.

Este fato porém, não modifica, nos currículos organizados sob a orientação da nova Resolução, a ênfase atribuída anteriormente, aos cursos de Educação Física, nos quais predominava a transmissão de modalidades esportivas, através do domínio de destrezas e/ou técnicas destas. Como se pôde constatar, a maior média do Coeficiente de Carga, dos currículos organizados a partir da Resolução nº 03/87, ainda recai sobre o conjunto das disciplinas esportivas, seguido pelo grupo das disciplinas biológicas. Estas últimas, apresentaram um aumento na média do Coeficiente de Carga, após 87.

Já o aumento médio do Coeficiente de Carga das disciplinas filosóficas, pode ser resultante, tanto do cumprimento do que estava se exigindo pela nova Resolução, quanto do amadurecimento teórico pelo qual vinha passando a comunidade acadêmica, naquele fim de década. Mas observou-se porém que a carga destinada a estas disciplinas nos novos currículos, corresponderia à carga mínima prevista pela Resolução.

Com relação à manutenção do valor médio do Coeficiente de Carga no conjunto das disciplinas pedagógicas, observou-se que estas permaneceram nos currículos dos cursos de Educação Física, seguindo a orientação da Resolução

10/69 do Conselho Federal de Educação. Esta Resolução fixava os mínimos de conteúdo e duração para a formação pedagógica nos cursos de licenciatura, e exigia para a preparação pedagógica mínima, as seguintes disciplinas: 1) Psicologia da Educação: Adolescência. Aprendizagem; 2) Didática; 3) Estrutura e Funcionamento do Ensino; 4) Prática de Ensino, sob a forma de Estágio Supervisionado.

Observando-se ainda a caracterização dos conjuntos disciplinares, de cada instituição analisada, antes e depois da reformulação curricular de 87, percebeu-se a similaridade das disciplinas que compõem os diferentes conjuntos. O que nos leva a concordar com TAFFAREL (1991, p.53), quando esta afirma que “o trato com o conhecimento não foi alterado, simplesmente incorporaram-se alguns conteúdos, sem alterações na forma de administrá-los, transmiti-los e avaliá-los”.

Após a análise dos resultados, chega-se a algumas conclusões, as quais serão apresentadas, a seguir.

6. CONCLUSÕES

Este estudo buscou compreender como as Instituições de Ensino Superior do Paraná, organizaram seus cursos de graduação em Educação Física, após a Resolução nº03/87 do Conselho Federal de Educação.

Os caminhos para esta investigação eram muitos, mas optou-se, inicialmente, por uma incursão histórica no processo de formação profissional em Educação Física, buscando compreender alguns condicionantes, presentes na formação deste profissional.

Em seguida, submeteu-se a Resolução nº03/87 e seu respectivo parecer a uma análise, para entender as aproximações e diferenças desta, com a Resolução nº 69/69, que a antecedeu.

Depois desta análise comparativa entre as Resoluções que, historicamente, orientaram a formação profissional em Educação Física, passou-se, por fim, a uma análise dos currículos de graduação em Educação Física, das Escolas do Estado do Paraná, para verificar como estes foram organizados a partir da Resolução nº03/87.

Com relação ao processo de formação profissional em Educação Física, viu-se que o enfoque dado através dos currículos, historicamente, privilegiou o paradigma da aptidão física, com uma visão antropológica, que reduziu o ser humano a uma realidade biológica. Com relação a esta constatação SILVA (1995, p.51) comenta: “ao reduzir o ser humano a uma realidade fisico-biológica, o

profissional promoveu uma abordagem pedagógica que fragmentou o corpo humano em partes estanques, levando-o a uma prática na qual a reprodução do movimento, a cópia de um modelo acabado foi a tônica”.

Desta maneira, a Educação Física constituiu-se, simplesmente, meramente em uma área de formação instrucional, devido ao fato de que em sua história, ela nunca foi objeto de profundo interesse teórico, a não ser nos últimos anos.

A respeito da Resolução nº 03/87 e seu respectivo parecer, há que se reconhecer em ambos um avanço, com relação à legislação anterior, pelo simples fato de trazer à discussão a necessidade de caracterizar o campo de conhecimento da Educação Física, além de substituir “o procedimento cômodo e superficial de montagem dos currículos plenos, a partir do desmembramento das matérias básicas, profissionais, pedagógicas e complementares em disciplinas regulares (Resolução nº69/69 - CFE) pela responsabilidade atribuída às Instituições de Ensino Superior de sistematizar discussões acerca da área de Educação Física, especialmente da possibilidade da oferta da licenciatura e/ou bacharelado”.

(NASCIMENTO, 1994, p.64)

Verificou-se, entretanto, ao analisar os currículos dos cursos de Educação Física das Escolas do Paraná, que as mudanças ocorridas, não se deram em um sentido evolutivo ou progressivo para a área, mas simplesmente pelo aumento da carga horária dos cursos, do reordenamento das disciplinas existentes, e pela incorporação das disciplinas da área filosófica, prevista em lei.

Isto pode ser explicado pelo fato de que o movimento de reformulação curricular dos cursos de graduação em Educação Física, ocorrido no final da década de 80 se deu, muito mais por força de uma determinação legal, do que por vontade própria dos agentes envolvidos neste processo de formação profissional.

Com efeito, a existência de um currículo, sua permanência ou transformação é, acima de tudo, uma questão acadêmica e, apenas secundariamente, uma questão legal e burocrática de mudança do elenco das disciplinas, dos créditos e dos pré-requisitos de cada uma ou do regime acadêmico (crédito ou seriado). Não sendo um ato instantâneo, mas um processo, não se confundindo com a aprovação de uma nova resolução curricular, a reforma de um currículo não é algo que possa ocorrer de um dia para o outro. Impossível fazê-la de cima para baixo, de fora para dentro do curso, pois supõe necessariamente mudanças de concepção, de objetivos, de posturas, de práticas, por parte dos professores e alunos. Sem um trabalho de reeducação de todos os envolvidos no processo, sem o estudo, um repensar da prática acadêmica, de seus objetivos, pressupostos e implicações, de suas possibilidades e limites; sem uma definição clara do ponto onde se pretende chegar e dos caminhos para atingi-lo, sem um repensar dos conteúdos, sem a interrogação de seu sentido e gênese, as reformas de currículo não passarão de mudanças nos nomes, emendas, pré-requisitos e carga horária das disciplinas. (COELHO, 1994, p.20)

Como se constatou através da caracterização dos conjuntos disciplinares, quanto aos currículos analisados e suas características básicas, bem como dos Coeficientes de Incidência Nominal e de Carga, não houve mudanças na orientação paradigmática da Educação Física, permanecendo os currículos desportivizados, com forte influência da área biológica.

Um profissional com esta formação, ignora o fundamental em sua vida acadêmica e em sua profissão, isto é, aquilo que deveria ser a produção própria e criativa do conhecimento. No entanto, viu-se pelos currículos anteriores a

reformulação de 87, a inexistência, de disciplinas voltadas para a pesquisa. Assim como nos novos currículos, este conjunto disciplinar aparece ainda timidamente.

Com relação a este descompromisso com a produção do conhecimento, na organização curricular dos cursos de Educação Física, TOJAL (1989, p.21) defende:

Quando o currículo de Educação Física se voltar também para a formação de pesquisadores, levará o profissional a ter uma consciência mais mais integral da problemática educacional a ser enfrentada, melhorando sua postura frente aos problemas, dando-lhe características de segurança de atuação, levando-o a obter o reconhecimento positivo pelos beneficiários do seu trabalho.

Sabe-se que as questões aqui colocadas, não esgotam as possibilidades de análise da questão da formação profissional em Educação Física, mas pretendem trazer mais elementos para uma reflexão em torno das atuais propostas curriculares dos cursos de graduação em Educação Física.

ANEXO 01¹

¹ Resolução nº12/84 - CEP - Estabelece o currículo pleno do curso de Licenciatura em Educação Física, do Setor de Ciências Biológicas.

Curso de Educação Física reconhecido pela Portaria n.º 1080 de 29/10/79 do Ministro da Educação e Cultura, publicada no D.O.U. de 30/10/79.

RESOLUÇÃO N.º 12/84

Estabelece o currículo pleno do Curso de Licenciatura em Educação Física, do Setor de Ciências Biológicas.

O CONSELHO DE ENSINO E PESQUISA, órgão normativo, consultivo e deliberativo da administração superior, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 21 do Estatuto da Universidade Federal do Paraná,

R E S O L V E:

Art. 1º O currículo pleno do Curso de Licenciatura em Educação Física, do Setor de Ciências Biológicas é constituído das seguintes matérias, com o seu desdobramento em disciplinas práticas educativas e práticas profissionais:

<u>MATÉRIAS</u>	<u>DESDOBRAMENTO</u>
<u>A. FORMAÇÃO BÁSICA</u>	
1. Anatomia	1.1. Anatomia Aplicada à Educação Física
2. Biologia	2.1. Biologia na Educação Física
3. Fisiologia	3.1. Fisiologia Aplicada à Educação Física
4. Higiene	4.1. Higiene e Saúde Escolar
5. Biometria	5.1. Biometria 5.2. Medidas e Avaliação em Educação Física
6. Cinesiologia	6.1. Cinesiologia Aplicada
7. Genética	7.1. Genética e Evolução Aplicada à Educação Física
<u>B. FORMAÇÃO ESPECÍFICA</u>	
8. Estrutura e Funcionamento do Ensino	8.1. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Grau A
9. Psicologia	9.1. Psicologia da Educação A
10. Didática	10.1. Didática "A" 10.2. Metodologia do Ensino na Educação Física
11. Métodos e Técnicas de Pesquisa Educacional	11.1. Métodos e Técnicas de Pesquisa Educacional A 11.2. Métodos e Técnicas de Pesquisa Educacional B

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CONSELHO DE ENSINO E PESQUISA

Continuação da Resolução nº 12/84-CEP

Curso de Educação Física re-
conhecido pela Portaria n.º 1080
de 29/10/79 do Ministro da
Educação e Cultura, publicada
no D.O.U. de 30/10/79. 02

MATÉRIAS

DESDOBRAMENTOS

B. FORMAÇÃO ESPECÍFICA (cont...)

- | | |
|-----------------------|--|
| 11. Prática de Ensino | 11.1. Prática de Ensino da Educação Física A |
| | 11.2. Prática de Ensino da Educação Física B |

C. FORMAÇÃO GERAL

- | | |
|--|--|
| 12. Estudo de Problemas Brasileiros | 12.1. Estudo de Problemas Brasileiros |
| 13. Fundamentos da Educação Física | 13.1. Fundamentos da Educação Física |
| 14. Organização e Administração da Educação Física | 14.1. Organização e Administração da Educação Física |
| | 14.2. Desportos Complementares |

D. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- | | |
|--|--|
| 15. Socorros Urgentes | 15.1. Socorros Urgentes |
| 16. Teoria, Prática e Metodologia da Ginástica | 16.1. Ginástica A (Masculina e Feminina) |
| | 16.2. Ginástica B (Masculina e Feminina) |
| | 16.3. Ginástica C (Masculina e Feminina) |
| | 16.4. Ginástica de Solo e Aparelhos (Masculina e Feminina) |
| | 16.5. Ginástica Rítmica Desportiva (Feminina) |
| 17. Teoria, Prática e Metodologia do Atletismo | 17.1. Atletismo A |
| | 17.2. Atletismo B |
| | 17.3. Atletismo C |
| 18. Teoria, Prática e Metodologia da Natação | 18.1. Natação A |
| 19. Teoria, Prática e Metodologia da Rítmica | 19.1. Ritmo e Música na Educação Física |
| | 19.2. Rítmica Geral A |
| | 19.3. Rítmica Geral B |
| 20. Teoria, Prática e Metodologia do Lazer e Recreação | 20.1. Lazer e Recreação A |
| | 20.2. Lazer e Recreação B |
| 21. Teoria, Prática e Metodologia do Handebol | 21.1. Handebol |
| 22. Teoria, Prática e Metodologia do Basquetebol | 22.1. Basquetebol |
| 23. Teoria, Prática e Metodologia do Vólibol | 23.1. Vólibol |
| 24. Teoria, Prática e Metodologia do Futebol | 24.1. Futebol |
| 25. Teoria, Prática e Metodologia das Lutas Olímpicas | 25.1. Judô |
| | 25.2. Esgrima |
| 26. Teoria, Prática e Metodologia da Educação Física | 26.1. Métodos de Aplicação Profissional |

D

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CONSELHO DE ENSINO E PESQUISA

Continuação da Resolução nº 12/84-CEP

Curso de Educação Física re-
conhecido pela Portaria n.º 1080
de 29/10/79 do Ministro de
Educação e Cultura, publicada 03
no D.O.U. de 30/10/79.

MATÉRIAS

DESDOBRAMENTO

D. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- | | |
|----------------------------|---|
| | 26.2. Diagnose do Comportamento na
Educação Física |
| 27. Condicionamento Físico | 27.1. Adaptação Orgânica à Educação
Física |

Art. 2º A integralização do currículo será feita em 3.000 (três mil) horas na habilitação de Licenciatura em Educação Física, distribuídas da seguinte forma:

FORMAÇÃO BÁSICA.....	600 horas
FORMAÇÃO ESPECÍFICA	540 horas
FORMAÇÃO GERAL	270 horas
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	<u>1.590</u> horas
TOTAL GERAL	3.000 horas

§1º - A graduação deverá ocorrer no mínimo em 04 (quatro) anos e no máximo em 07 (sete) anos.

§2º - A Carga horária semanal poderá oscilar entre o mínimo de 16 (dezesesseis) horas e o máximo de 30 (trinta) horas.

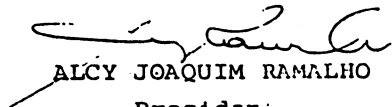
Art. 3º - Os cursos de Técnicas dos Desportos serão ministrados a nível de especialização.

Art. 4º - Os alunos alcançados pelo novo currículo terão seus créditos adaptados pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação Física.

§ Único - As disciplinas Genética e Evolução Aplicada à Educação Física e Fisiologia Aplicada à Educação Física, passarão a ter caráter anual a partir do ano letivo de 1985, conforme consta na periodização recomendada.

Art. 5º Esta Resolução entrará em vigor, progressivamente, a partir do ano letivo de 1985, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1984.


ALCY JOAQUIM RAMALHO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CONSELHO DE ENSINO E PESQUISA
Continuação da Resolução nº 12 /84-CEP

Curso de Educação Física re-
conhecido pela Portaria n.º 1080
de 29/10/79 do Ministro da
Educação e Cultura, publicada
no D.O.U. de 30/10/79. 02

CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

PERIODIZAÇÃO RECOMENDADA

CÓDIGO	DISCIPLINA	C.H. SEMANAL		PRE-REQUISITO
		MASC.	FEM.	
<u>1º ANO</u>				
EM401 ✓	Anatomia Aplicada à Educação Física	4	4	-----
BE414	Biologia na Educação Física	3	3	-----
EP401 ✓	Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Grau A	3	3	-----
ET401 ✓	Psicologia da Educação A	3	3	-----
BE412 ✓	Ritmo e Música em Educação Física	1	1	-----
BE402 ✓	Ginástica Masculina A	2	-	-----
BE403 ✓	Ginástica Feminina A	-	2	-----
BE408 ✓	Atletismo A	2	2	-----
BE411 ✓	Natação A	3	3	-----
BE428 ✓	Basquetebol	3	3	-----
BE416 ✓	Fundamentos da Educação Física	2	2	-----
TOTAL.....		26	26	
<u>2º ANO</u>				
BF401	Fisiologia Aplicada à Educação Física	3	3	BM401
MS401 ✓	Higiene e Saúde Escolar	2	2	-----
BE444 ✓	Biometria	2	2	BM401
EM401 ✓	Didática	2	2	ET401
EM406 ✓	Metodologia do Ensino da Educação Física	2	2	ET401
BE404 ✓	Ginástica Masculina B	2	-	BE402
BE405 ✓	Ginástica Feminina B	-	2	BE403
BE409 ✓	Atletismo B	2	2	BE408
BE440 ✓	Rítmica Geral A	2	2	BE412
BE426 ✓	Handebol	3	3	-----
BE425 ✓	Futebol	3	-	-----
BE430 ✓	Ginástica Rítmica Desportiva Feminina	-	3	BE403
TOTAL		23	23	
<u>3º ANO</u>				
BE445 ✓	Cinesiologia Aplicada	2	2	BE444
BE413 ✓	Adaptação Orgânica na Educação Física	3	3	BF201/BF401/BF001
EM407 ✓	Métodos e Técnicas de Pesquisa Educativa A	2	2	-----
EM409 ✓	Prática de Ensino da Educação Física A	2	2	EM401+EM406
BE446 ✓	Medidas e Avaliação em Educação Física	2	2	BE444
BE406 ✓	Ginástica Masculina C	2	-	BE404

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CONSELHO DE ENSINO E PESQUISA

Curso de Educação Física re-
conhecido pela Portaria n.º 1080
de 29/10/79 do Ministro da
Educação e Cultura, publicada
no D.O.U. de 30/10/79.

Continuação da Resolução nº 12/84-CEP

03

Periodização Recomendada

CÓDIGO	DISCIPLINA	C.H. SEMANAL		PRÉ-REQUISITO
		MASC.	FEM.	
<u>3º ANO (cont...)</u>				
BE407	Ginástica Feminina C	-	2	BE405
BE410	Atletismo C	2	2	BE409
BE441	Rítmica Geral B	2	2	BE440
BE417	Lazer e Recreação A	2	2	-----
BE427	Volibol	3	3	-----
BE438	Ginástica de Solo e Aparelhos Masculina	3	-	BE404
BE439	Ginástica de Solo e Aparelhos Feminina	-	3	BE405
BE401	Genética e Evolução Aplicada à Educação Física	2	2	BE414
TOTAL.....		27	27	
<u>4º ANO</u>				
BE443	Socorros Urgentes	2	2	-----
EM408	Métodos e Técnicas de Pesquisa Educacional B	2	2	EM407
EM410	Prática de Ensino de Educação Física B	2	2	EM409
BE420	Diagnose do comportamento na Educação Física	2	2	ET401
BE415	Métodos de Aplicação Profissional	3	3	EM409
SR401	Estudo de Problemas Brasileiros	2	2	-----
BE418	Lazer e Recreação B	2	2	BE417
BE424	Organização e Administração da Educação Física e dos Desportos	3	3	-----
BE431	Judô	2	2	-----
BE432	Esgrima	2	2	-----
BE433	Desportos Complementares	2	2	-----
TOTAL.....		24	24	

acb.

ANEXO 02²

² Resolução nº50/88 -CEP -Estabelece o currículo pleno do curso de Licenciatura em Educação Física, do Setor de ciências Biológicas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº 50/88 - CEP

Fixa o Currículo Pleno do Curso de Educação Física do Setor de Ciências Biológicas.

O CONSELHO DE ENSINO E PESQUISA, órgão normativo consultivo e deliberativo da Administração Superior, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 21 do Estatuto da Universidade Federal do Paraná.

R E S O L V E

Art. 1º O Currículo Pleno do Curso de Educação Física do Setor de Ciências Biológicas é constituído por matérias do Conhecimento do Ser Humano, Conhecimento Filosófico e da Sociedade e Conhecimento Técnico, com seu desdobramento em disciplinas práticas educativas e práticas profissionais:

CONHECIMENTO DO SER HUMANO

Anatomia Humana e do Movimento
Citologia e Histologia Geral
Genética e Evolução Aplicada à Educação Física
Bioquímica Fundamental
Fisiologia Humana e do Esforço
Socorros de Urgência e Prevenção de Acidentes

CONHECIMENTO FILOSÓFICO E DA SOCIEDADE

História da Educação Física
Teoria da Educação Física
Introdução à Filosofia da Educação Física
Diagnose da Realidade Contemporânea

CONHECIMENTO TÉCNICO

Organização e Administração da Educação Física
Atletismo A
Lazer e Recreação
Cinesiologia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Continuação da Resolução
Nº 50/88 - CEP

Antropometria
Atividades Rítmicas
Higiene Escolar
Voleibol A
Lutas Aplicadas à Educação Física
Natação A
Handebol A
Aprendizagem Motora

CONHECIMENTO TÉCNICO (continuação)

Desenvolvimento Motor
Ritmo e Música em Educação Física
Futebol A
Ginástica Escolar A
Ginástica Escolar B
Basquetebol A
Ginástica de Aparelhos
Ginástica Rítmica Desportiva A
Avaliação da Educação Física Escolar
Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus
Métodos e Técnicas de Pesquisa Educacional
Prática de Ensino de Educação Física A
Prática de Ensino de Educação Física B
Didática A
Metodologia do Ensino da Educação Física
Seminário de Monografia
Psicologia da Educação D

Estudos dos Problemas Brasileiros

APROFUNDAMENTO

A) DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS
Atividades Físicas Complementares.
Orientação de Atividades para Aptidão Física e Saúde

B) DISCIPLINAS OPTATIVAS
Atividades Físicas de Academia
Metodologia Especial da Educação Física
Aplicação Profissional na Área Não-Formal



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Continuação da Resolução
Nº 50/88 - CEP

Dança Aplicada à Educação Física

Handebol B

Voleibol B

Natação B

Atletismo B

Judô

Karatê

Esgrima

Capoeira

Tênis de Campo

Basquetebol B

Ginástica Artística Masculina

Ginástica Artística Feminina

Futebol de Salão

Organização de Competições

Futebol B

Laboratório I

Orientação Bibliográfica A

Metodologia de Ensino na Prê-Escola

Ginástica Rítmica Desportiva B

Seminário de Atividades Físicas em Condições Especiais de Saúde

Psicologia do Excepcional I

Art. 2º A integração do Currículo Pleno será feita, na Licenciatura em Educação Física, em 3.210 (três mil, duascentas e dez) horas, distribuídas da seguinte forma:

FORMAÇÃO SÓCIO-FILOSÓFICA E BIOLÓGICA	780 horas
FORMAÇÃO TÉCNICA.....	1.800 horas
APROFUNDAMENTO	630 horas
TOTAL GERAL	3.210 horas

§ 1º As disciplinas de caráter pedagógico totalizarão 360 horas, mínimo exigido pelo CFE, conforme Parecer 672/69, (Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Grau, Psicologia da Educação, Didática, Metodologia do Ensino da Educação Física e Prática de Ensino).

§ 2º A Graduação deverá ocorrer no mínimo de 04 (quatro) anos e no máximo em 07 (sete) anos.

§ 3º A Carga Horária semanal poderá oscilar entre o mínimo de 16 (dezesesseis) horas e máximo de 35 (trinta e cinco) horas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Continuação da Resolução
Nº 50/88 - CEP

§ 4º Nas disciplinas optativas será determinado o limite mínimo de 10 (dez) alunos inscritos e no máximo de 30 (trinta). Caso o limite mínimo não seja alcançado, a Coordenação poderá, ouvido o Departamento, autorizar o seu funcionamento.

§ 5º A carga horária total das disciplinas optativas no Curso será de no mínimo 480 (quatrocentas e oitenta) horas, nada impedindo o aluno que faça maior número de disciplinas, caso seja este seu interesse.

Art. 3º Os alunos alcançados pelo novo currículo terão seus créditos adaptados pelo Colegiado de Curso de Educação Física.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor progressivamente a partir do ano letivo de 1989, revogando-se disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de dezembro de 1988.

RIAD SALAMUNI

Presidente



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Continuação da Resolução
Nº 50/88 - CEP

CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

PERIODIZAÇÃO RECOMENDADA

1º ANO

CÓDIGO	DISCIPLINAS	C.H. SEMANAL		CRÉD.	CO/PRE-REQUISIT
		AT.	AP. TOTAL		
BE447	<u>Voleibol A</u>	1	1 2	3	
BE448	<u>Desenvolvimento Motor</u> ^{INVERSON}	1	1 2	3	ET417 (Co-Req.)
BE453	<u>Ginástica Escolar A</u>	1	1 2	3	
BE449	<u>Latação A</u>	1	1 2	3	
BE450	<u>Ritmo e Música em Educ. Física</u>	1	- 1	2	
BE451	<u>Basquetebol A</u>	1	1 2	3	
EP431	<u>Estrut. Func. Ens. 1º e 2º Graus</u>	2	- 2	4	
ET417	<u>Psicologia da Educação II</u>	2	- 2	4	
BQ403	<u>Bioquímica Fundamental</u>	2	- 2	4	
BA404	<u>Anatomia Humana e do Movimento</u>	2	2 4	6	
BE454	<u>História da Educ. Física</u>	2	- 2	4	
BE455	<u>Teoria da Educ. Física</u>	3	- 3	6	
BE452	<u>Futebol A</u>	1	1 2	3	
BC401	<u>Citologia e Histologia Geral</u>	2	- 2	4	
CARGA HORÁRIA TOTAL= 900 horas		30 horas			

2º ANO

BE461	<u>Handebol A</u>	1	1 2	3	
BE457	<u>Cinesiologia</u>	2	- 2	4	BA404
BE456	<u>Aprendizagem Motora</u>	2	1 3	5	BE448+ET417
BE459	<u>Atletismo A</u>	2	1 3	5	
BE460	<u>Ginástica Escolar B</u>	1	1 2	3	BE453
BE474	<u>Atividades Rítmicas</u>	1	1 2	3	BE450
EM406	<u>Metodologia do Ens. da Educ. Física</u>	2	- 2	4	
EM401	<u>Didática A</u>	2	- 2	4	ET417/ET401
BE462	<u>Intr. à Filosofia da Educ. Física</u>	2	- 2	4	
BE458	<u>Lazer e Recreação</u>	2	1 3	5	
BF405	<u>Fisiologia Humana e do Esforço</u>	2	2 4	6	BQ403/BA404
BG401	<u>Genética e Evolução Aplicada à Educação Física</u>	2	- 2	4	BC401



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Continuação da Resolução
Nº 50/88 - CEP

CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

PERIODIZAÇÃO RECOMENDADA

2º ANO (continuação)

CARGA HORÁRIA TOTAL= 870 horas . . . 29 horas

3º ANO

CÓDIGO	DISCIPLINAS	C.H.SEMANAL		CRÉD	CO/PRE-REQUISITO
		AT.	AP.TOTAL		
MSC05	<u>Higiene Escolar (semestral)</u>	2	- 2	2	EP431
EM430	<u>Métodos Téc. Pesq. Educacional</u>	2	1 3	5	
EM409	<u>Prática de Ens. de Educ. Física A</u>	-	- 2	2	EM401+EM406
BE465	<u>Ginástica Rítmica Desportiva A</u>	1	1 2	3	
BE466	<u>Lutas Aplicadas à Educ. Física</u>	1	1 2	3	
BE463	<u>Antropometria</u>	1	1 2	3	
BE464	<u>Ginástica de Aparelhos</u>	1	1 2	3	
BE467	<u>Diagnose da Realidade Contemporânea</u>	2	1 3	5	
<u>DISCIPLINAS OPTATIVAS (180 horas) Dentre 6</u>					
BE468	<u>Voleibol B</u>	1	1 2	3	BE447
BE473	<u>Futebol B</u>	1	1 2	3	BE452
BE469	<u>Atletismo B</u>	1	1 2	3	BE459
BE470	<u>Dança Aplic. à Educ. Física</u>	1	1 2	3	BE474
BE472	<u>Futebol de Salão</u>	1	1 2	3	
BE471	<u>Natação B</u>	1	1 2	3	BE449
EM414	<u>Metodologia de Ens. da Prê-Escola</u>	4	- 4	8	
*BE477	<u>Basquetebol B</u>	1	1 2	3	BE451
BE478	<u>Tênis de Campo</u>	1	1 2	3	
CI228	<u>Laboratório I (semestral)</u>	-	4 4	2	
CARGA HORÁRIA TOTAL= 690 HORAS		23 horas			



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Continuação da Resolução
Nº 50/88 - CEP

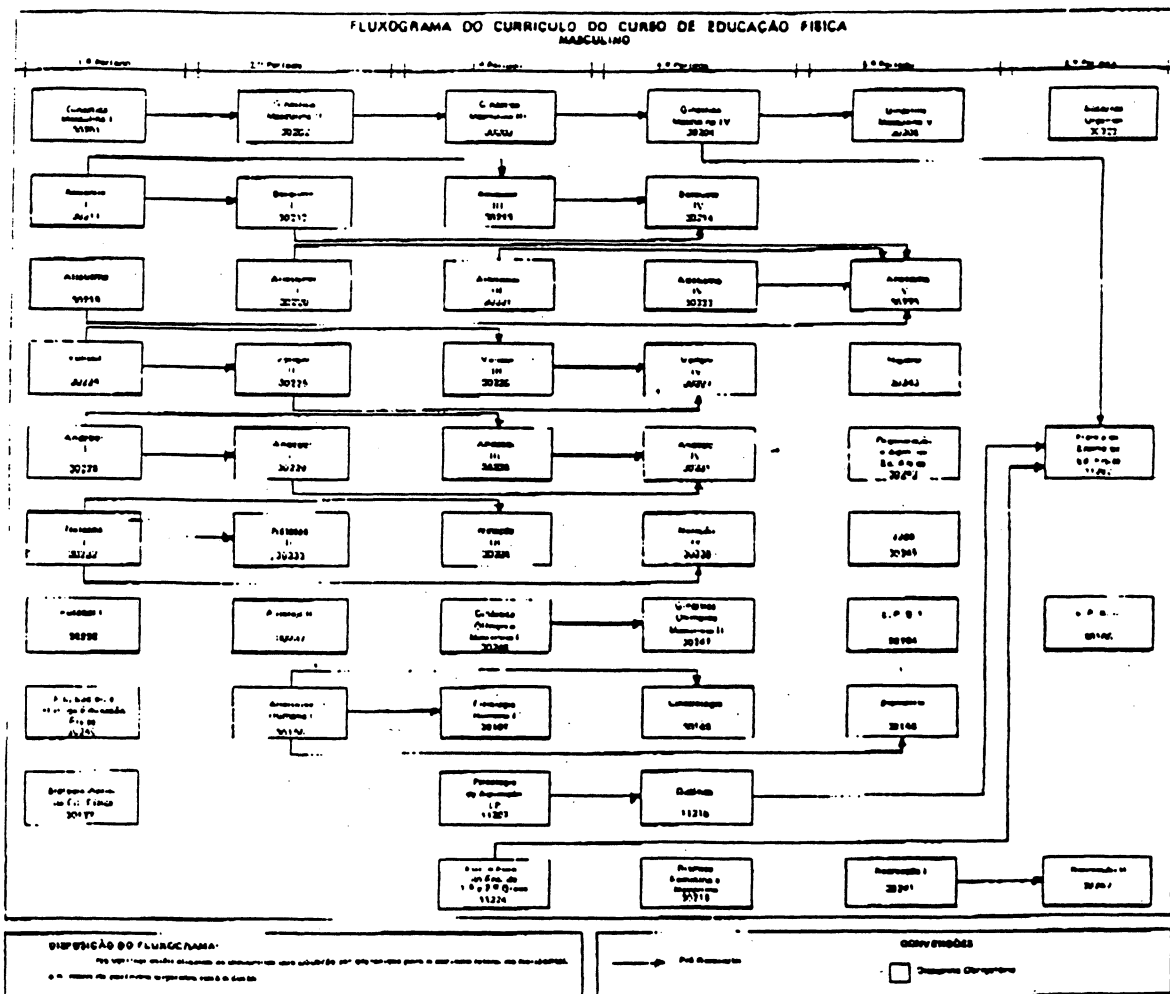
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
PERIODIZAÇÃO RECOMENDADA

4º ANO

CÓDIGO	DISCIPLINAS	C:H.SEMANAL			CRÉD. CO/PRE-
		AT.	AP.	TOTAL	
BE484	<u>Orientação de Ativ. para</u> <u>Aptidão Física e Saúde</u>	2	1	3	5
EM410	<u>Prática de Ens. de Educ. Física B</u>	-	-	2	2 EM409
BE479	<u>Seminário de Monografia</u>	1	1	2	3 EM430
BE481	<u>Atividades Físicas Complementares</u>	1	1	2	3
BE482	<u>Socorros de Urgência e Prevenção</u> <u>de Acidentes</u>	1	1	2	3
BE483	<u>Organização e Adm. da Educ. Física</u>	2	-	2	4
BE480	* <u>Avaliação da Educ. Física Escolar</u>	1	1	2	3
<u>DISCIPLINAS OPTATIVAS (300 horas) Dentre: 10</u>					
BE485	<u>Metodol. Esp. da Educ. Física</u>	1	1	2	3
BE486	<u>Ginástica Rítmica Desportiva B</u>	1	1	2	3 BE465
BE487	<u>Karatê</u>	1	1	2	3 BE466
BE488	<u>Judô</u>	1	1	2	3 BE466
BE491	<u>Capoeira</u>	1	1	2	3 BE466
BE490	<u>Esgrima</u>	1	1	2	3 BE466
BE492	<u>Ativ. Físicas de Academia</u>	1	1	2	3
BE493	<u>Aplic. Profissional na Área Não Formal</u>	1	1	2	3 BE458
BE494	<u>Handebol B</u>	1	1	2	3 BE461
BE495	<u>Organização de Competições</u>	1	1	2	3
HB408	<u>Orientação Bibliográfica A</u>	2	-	2	4
BE489	<u>Seminário de Atividades Físicas em</u> <u>Condições Especiais de Saúde</u>	2	-	2	4
BE496	<u>Ginástica Artística Masculina</u>	1	1	2	3 BE464
BE497	<u>Ginástica Artística Feminina</u>	1	1	2	3 BE464
HP442	<u>Psicologia do Excepcional I</u>	2	2	4	6
CARGA HORÁRIA TOTAL = 750 horas		25 horas			
SR401	<u>Estudos dos Problemas Brasileiros</u>	2	-	2	4

ANEXO 03³

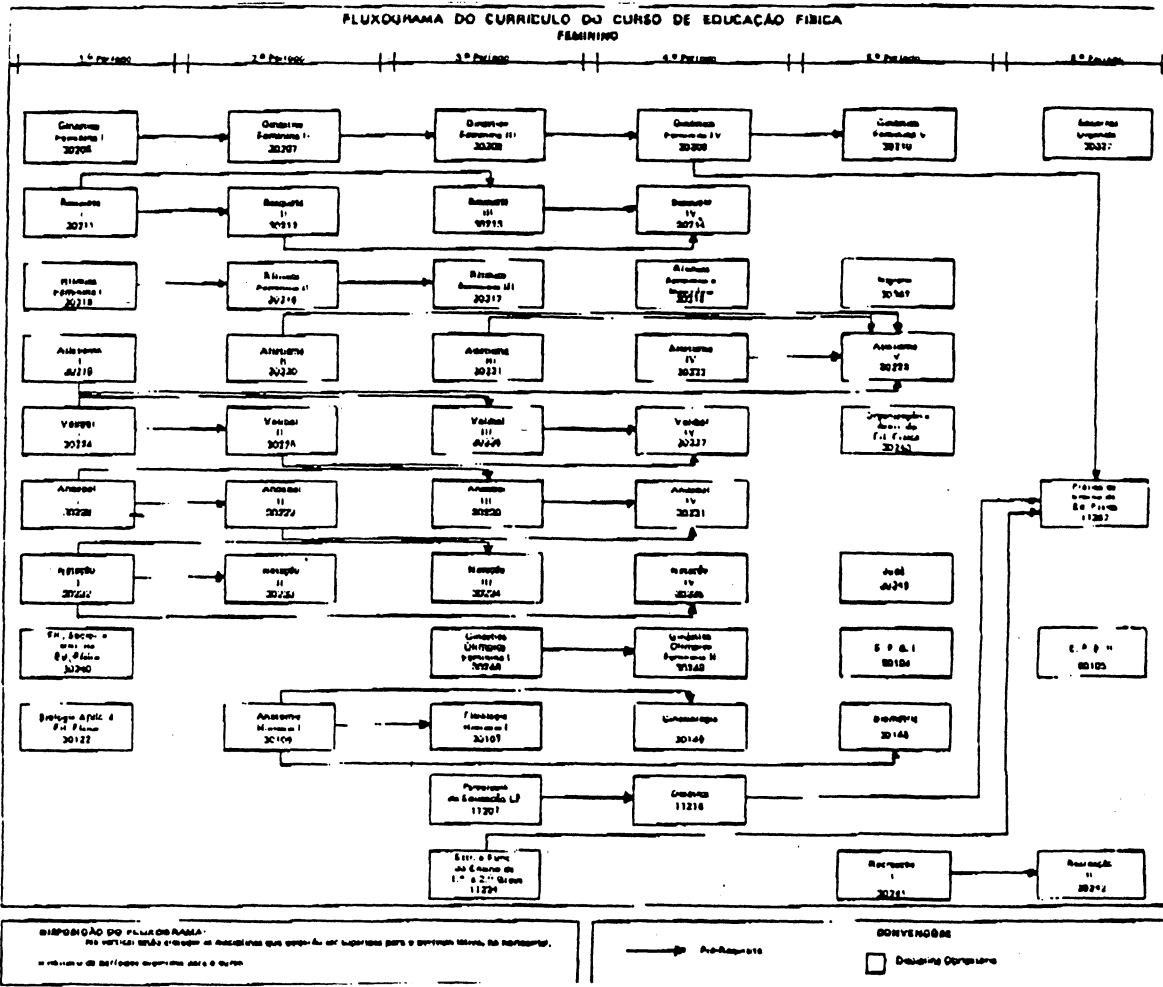
³ Currículo do curso de Educação Física e sugestão de periodização da Universidade Estadual de Maringá, antes da reforma curricular de 1987.



CURRÍCULO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E SUGESTÃO DE PERIODIZAÇÃO - MASCULINO
 Aprobado: Decreto 76.433, de 16/05/78 - DDU de 17/05/78

Período	Código da Disciplina	Nome da Disciplina	Pré-Requisito	Co-Requisito	Creditos			H/S
					Teór.	Prát.	Tot.	
1.º	30222	Biologia Aplicada à Educação Física	-	-	2	1	3	60
	30201	Ginástica Masculina I	-	-	1	1	2	45
	30211	Basquete I	-	-	2	-	2	30
	30219	Atletismo I	-	-	2	-	2	30
	30228	Angloes I	-	-	2	-	2	30
	30232	Natação I	-	-	1	1	2	30
	30240	Filosofia, Sociologia e História da Educação Física	-	-	3	-	3	45
	30236	Futebol I	-	-	1	1	2	45
2.º	30274	Vôlei I	-	-	2	-	2	30
	30106	Anatomia Humana I	-	-	3	1	4	75
	30202	Ginástica Masculina II	30201	-	1	1	2	45
	30212	Basquete II	30211	-	2	1	3	30
	30220	Atletismo II	-	-	1	1	2	30
	30228	Angloes II	30228	-	1	1	2	30
	30232	Natação II	30232	-	1	1	2	30
	30237	Futebol II	-	-	1	1	2	45
3.º	30274	Vôlei II	30274	-	1	1	2	30
	30107	Fisiologia Humana I	30105	-	1	1	2	45
	30203	Ginástica Masculina III	30202	-	1	1	2	45
	30213	Basquete III	30211	-	2	-	2	30
	30221	Atletismo III	-	-	2	-	2	30
	30230	Angloes III	-	-	2	-	2	30
	30234	Natação III	30228	-	1	1	2	30
	30232	Futebol III	30232	-	1	1	2	30
4.º	11207	Psicologia do Esportista I P	-	-	3	-	3	75
	11224	Estát. e Para. do Sistema de 1.º e 2.º Graus	-	-	3	-	3	45
	30246	Ginástica Olímpica Masculina I	-	-	2	-	2	30
	30226	Vôlei III	30274	-	1	1	2	30
	30148	Cinesioterapia	30105	-	1	1	2	45
	30204	Ginástica Masculina IV	30203	-	1	1	2	45
	30214	Basquete IV	30212, 30213	-	2	-	2	30
	30237	Atletismo IV	-	-	2	-	2	30
5.º	30231	Angloes IV	30229, 30230	-	2	-	2	30
	30235	Natação IV	30232	-	2	-	2	30
	30218	Rítmica Feminina e Masculina	-	-	2	1	3	30
	11216	Diabética	11207	-	5	-	5	75
	30247	Ginástica Olímpica Masculina II	30246	-	5	1	6	30
	30227	Vôlei IV	30226, 30226	-	2	-	2	30
	30140	Biomecânica	30105	-	1	1	2	45
	30205	Ginástica Masculina V	30204	-	1	1	2	30
6.º	30223	Atletismo V	30220, 30221, 30222, 30219	-	-	-	-	-
	30243	Organização e Administração da Educação Física	-	-	1	1	2	30
	30242	Higiene	-	-	4	-	4	60
	30241	Higiene Alimentar I	-	-	2	-	2	30
	30245	Judo	-	-	2	2	4	60
	90104	Estudo de Problemas Brasileiros I	-	-	2	-	2	30
	90106	Estudo de Problemas Brasileiros II	-	-	2	-	2	30
	30322	Sociedade Urgente	-	-	2	1	3	60
11242	Prática de Ensino de Educação Física	11224, 11216, 30204	-	3	2	5	105	
30242	Recreação II	30241	-	1	1	2	45	

TOTAL DE HORAS/AULA: 2.010



CURRÍCULO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E SUGESTÃO DE PERIODIZAÇÃO – FEMININO
 Reconhecido: Decreto 78.430, de 18/08/76 – DDU de 17/08/76

Período	Código da Disciplina	Nome da Disciplina	Pré-Requisito	Co-Requisito	Créditos			M/S
					Teor.	Prát.	Teor.	
1.º	30122	Biologia Aplicada à Educação Física	-	-	2	1	3	45
	30206	Ginástica Feminina I	-	-	2	1	3	45
	30211	Basquete I	-	-	2	1	3	45
	30219	Atletismo I	-	-	2	1	3	45
	30228	Andebol I	-	-	2	1	3	45
	30225	Natação I	-	-	2	1	3	45
	30218	Ritmica Feminina I	-	-	2	1	3	45
2.º	30220	Fisiologia, Sociologia e História da Educação Física	-	-	2	1	3	45
	30224	Voleibol I	-	-	2	1	3	45
	30108	Anatomia Humana I	-	-	3	1	4	75
	30207	Ginástica Feminina II	30206	-	3	1	4	75
	30212	Basquete II	30211	-	3	1	4	75
	30226	Atletismo II	-	-	3	1	4	75
	30229	Andebol II	30228	-	3	1	4	75
3.º	30233	Natação II	30225	-	3	1	4	75
	30218	Ritmica Feminina II	30219	-	3	1	4	75
	30226	Voleibol II	30224	-	3	1	4	75
	30106	Fisiologia Humana I	30106	-	3	1	4	75
	30209	Ginástica Feminina III	30207	-	3	1	4	75
	30213	Basquete III	30211	-	3	1	4	75
	30221	Atletismo III	-	-	3	1	4	75
4.º	30230	Andebol III	30228	-	3	1	4	75
	30234	Natação III	30222	-	3	1	4	75
	30217	Ritmica Feminina III	30216	-	3	1	4	75
	11207	Psicologia de Educação LP	-	-	3	1	4	75
	11224	Estrut. e Func. do Ensino de 1.º e 2.º Graus	-	-	3	1	4	75
	30248	Ginástica Olímpica Feminina I	-	-	3	1	4	75
	30226	Voleibol III	30224	-	3	1	4	75
5.º	30148	Cinesiologia	30106	-	3	1	4	75
	30209	Ginástica Feminina IV	30208	-	3	1	4	75
	30214	Basquete IV	30212, 30213	-	3	1	4	75
	30232	Atletismo IV	30229, 30230	-	3	1	4	75
	30231	Andebol IV	30232	-	3	1	4	75
	30226	Natação IV	-	-	3	1	4	75
	30210	Ritmica Feminina e Masculina	-	-	3	1	4	75
6.º	11218	Dinâmica	11207	-	3	1	4	75
	30248	Ginástica Olímpica Feminina II	30248	-	3	1	4	75
	30227	Voleibol IV	30225, 30226	-	3	1	4	75
	30148	Biometria	30108	-	3	1	4	75
	30210	Ginástica Feminina V	30209	-	3	1	4	75
	30223	Atletismo V	30222, 30218, 30220, 30221	-	3	1	4	75
	30243	Organização e Administração da Educação Física	-	-	3	1	4	75
6.º	30242	Higiene	-	-	3	1	4	75
	30241	Recreação I	-	-	3	1	4	75
	30246	Judo	-	-	3	1	4	75
	30104	Estudo de Problemas Brasileiros I	-	-	3	1	4	75
	30105	Estudo de Problemas Brasileiros II	-	-	3	1	4	75
	30222	Suportes Urgentes	-	-	3	1	4	75
	30242	Prática de Ensino de Educação Física	11224, 11216, 30209, 30241	-	3	1	4	75
30242	Recreação II	-	-	3	1	4	75	
TOTAL DE HORAS/AULA: 2.010								
TOTAL DE CRÉDITOS: 106								

ANEXO 04⁴

⁴ Currículo do curso de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá, após a reforma curricular de 1987.

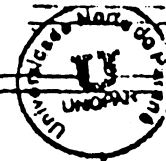
ANO/ORDEN	N.º DE DEPTO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORARIA		PERIODO DE OFERTA
			SEMANAL	ANUAL	
1 ANG	01	DEF Fundamentos de Educação Física I	4	120	Anual
	02	DEF Anatomia	3	90	Anual
	03	DEF Esportes Individuais I	3	90	Anual
	04	DEF Atletismo e Dança	4	150	Anual
	05	DEF Biologia Aplicada à Educação Física	3	90	Anual
	06	DEF Fundamentos de Anatomia Humana	3	90	Anual
	07	DEF Treinamento e Controle de Treinos	3	90	Anual
SUB-TOTAL			24 h semanais	720 h anuais	
2 ANG	08	DEF Educação Física Integral	4	120	Anual
	09	DEF Esportes Individuais II	3	90	Anual
	10	DEF Atletismo Geral I	4	120	Anual
	11	DEF Ginástica Esportiva	4	120	Anual
	12	DEF Fisiologia Humana Geral e do Esporte	4	120	Anual
	13	DEF Hist. e Fisiol. do Ensino de 1.º e 2.º Grados	4	90	1.º Sem.
	14	DEF Fisiologia da Educação	4	90	2.º Sem.
SUB-TOTAL			28 h semanais	768 h anuais	
3 ANG	15	DEF Métodos e Avaliação em Educação Física	3	90	Anual
	16	DEF Fundamentos de Educação Física II	4	120	Anual
	17	DEF Ciências em Educação Física	3	90	Anual
	18	DEF Lazer e Recreação	3	90	Anual
	19	DEF Esportes Individuais III	4	120	Anual
	20	DEF Esportes Coletivos II	4	120	Anual
	21	DEF Biomecânica	4	90	1.º Sem.
22	DEF Esportes Coletivos	4	90	2.º Sem.	
SUB-TOTAL			28 h semanais	760 h anuais	
4 ANG	23	DEF Prática de Ensino em Educação Física	6	180	Anual
	24	DEF Treinamento Desportivo	4	120	Anual
	25	DEF Educação Física Adaptada	4	120	Anual
	26	DEF Organização e Admin. em Educação Física e Esportes	3	90	Anual
	27	DEF Seminários de Monografia em Educação Física	2	60	Anual
	28	DEF Disciplinas Opcionais I	4	60	1.º Sem.
	29	DEF Disciplinas Opcionais II	4	60	2.º Sem.
30	EPS Estudo de Projetos Interdisciplinares	3	90	Anual	
SUB-TOTAL			28 h semanais	760 h anuais	
TOTAL			24 h semanais	2.870 h anuais	

ANEXO 05⁵

⁵ Currículo do Curso de Educação Física da Universidade Norte do Paraná - UNOPAR, antes da reforma curricular de 1987

3

REGIMENTO



ANEXO Nº 1
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

<u>1º Ano</u>	<u>Masculino</u>	<u>Feminino</u>
<u>Anatomia</u>	70 h/a	70 h/a
<u>Fisiologia</u>	70 h/a	70 h/a
<u>Biologia</u>	35 h/a	35 h/a
<u>Higiene</u>	35 h/a	35 h/a
<u>Historia da Educação Física e dos</u>		
<u>Desportos</u>	35 h/a	35 h/a
<u>Didática e Prática de Ensino</u>	70 h/a	70 h/a
<u>Ginástica</u>	105 h/a	105 h/a
<u>Ritmica</u>	35 h/a	35 h/a
<u>Atletismo</u>	35 h/a	35 h/a
<u>Natação</u>	35 h/a	35 h/a
<u>Desporto Coletivo (Voleibol)</u>	70 h/a	70 h/a
<u>Desporto Coletivo (Basquetebol)</u>	70 h/a	70 h/a
<u>Soma</u>	665 h/a	665 h/a
<u>2º Ano</u>		
<u>Estrutura e Func. do Ens. de 1º e 2º G.</u>	35 h/a	35 h/a
<u>Didática e Prática de Ensino</u>	70 h/a	70 h/a
<u>Psicologia da Educação</u>	70 h/a	70 h/a
<u>Cinesiologia</u>	70 h/a	70 h/a
<u>Biometria</u>	70 h/a	70 h/a
<u>Desporto Coletivo (Voleibol)</u>	35 h/a	35 h/a
<u>Desporto Coletivo (Basquetebol)</u>	35 h/a	35 h/a
<u>Desporto Coletivo (Andebol)</u>	35 h/a	70 h/a
<u>Desporto Coletivo (Futebol)</u>	35 h/a	- -
<u>Atletismo</u>	70 h/a	70 h/a
<u>Natação</u>	35 h/a	35 h/a
<u>Ginástica</u>	70 h/a	70 h/a
<u>Ritmica</u>	35 h/a	35 h/a
<u>Soma</u>	665 h/a	665 h/a
<u>3º Ano</u>		
<u>Socorros Urgentes</u>	35 h/a	35 h/a
<u>Massagem e Ginástica Corretiva</u>	70 h/a	70 h/a
<u>Recreação</u>	70 h/a	70 h/a
<u>Ginástica</u>	140 h/a	140 h/a
<u>Ritmica</u>	35 h/a	35 h/a
<u>Psicologia da Educação</u>	35 h/a	35 h/a
<u>Didática e Prática de Ensino</u>	105 h/a	105 h/a
<u>Judo</u>	35 h/a	35 h/a
<u>Estudo de Problemas Brasileiros</u>	35 h/a	35 h/a
<u>Soma</u>	560 h/a	560 h/a

ANEXO 06⁶

⁶ Currículo do Curso de Educação Física da Universidade Norte do Paraná - UNOPAR, após a reforma curricular de 1987.

340 P01 14



CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

1ª SÉRIE

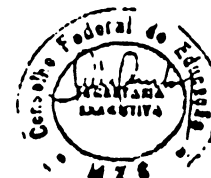
DISCIPLINAS	C/H/A
Biologia	70
Anatomia	70
Higiene e Socorros de Urgência	70
Desportos Coletivos I (Handebol)	70
Desportos Coletivos II (Voleibol)	70
Desportos Comunitários	140
Ginástica I - 1ª a 8ª	70
R recreação	70
Filosofia da Educação Física dos Desportos	70
Sociologia	70
TOTAL	770

2ª SÉRIE

Cineantropometria	70
Ginástica II	105
Natação	70
Didática Geral	70
Psicologia	140
Fundamentos da Estatística	70
Fisiologia	70
Ritmica	70
Desportos Coletivos III (Basquetebol)	70
Desportos Coletivos IV (Futebol)	70
TOTAL	805

3ª SÉRIE

Didática da Educação Física	70
Introdução à Pesquisa Científica	70
Técnica e Elaboração de Proj. em Educação Física	35
Biomecânica	70
Danças Folclóricas	70
Ginástica III	70
Ginástica Rítmica Desportiva	70
Atletismo	105
Desporto Individual	70
Treinamento Desportivo	70
Prática de Ensino I	70
TOTAL	770



042-337-1073 10/04/15

340 P02 14 11 9 1977



4ª SÉRIE

DISCIPLINAS	C/H
Ética Profissional	35
Seminário em Educação Física	70
Organização e Adminis. em Educ. Física do Desporto	70
Estrutura do Ensino de 1º e 2º Graus	35
Fundamentos de Fisioterapia	70
Aprendizagem Motora e Psicomotricidade	105
Educação Física e Desporto Especial	70
Ginástica Rítmica Desportiva II	70
Prática de Ensino II	105
TOTAL	630
TOTAL GERAL	2.975



ANEXO 07⁷

⁷ Currículo do Curso de Educação Física da Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho, antes da reforma curricular de 1987.



Fl. 98

SÉRIES E CARGA HORÁRIA		
SÉRIES	SEMANAL	TOTAL
PRIMEIRA SÉRIE		
Biologia	2	60
Anatomia	2	60
Higiene	2	60
Handebol	2	60
Ginástica	3	90
Atletismo	2	60
Natação	2	60
Rítmica	3	90
Futebol	2	60
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	2	60
Organização da Educação Física	2	60
TOTAL	24	720
SEGUNDA SÉRIE		
Fisiologia	2	60
Biometria	2	60
Cinesiologia	2	60
Socorros Urgentes	2	60
Didática Geral	2	60
Psicologia da Educação	2	60
Ginástica	3	90
Atletismo	2	60
Rítmica	2	60
Voleibol	3	90
Basquetebol	2	60
Handebol	2	60
Natação	2	60
TOTAL	28	840
TERCEIRA SÉRIE		
Didática da Educação Física	2	60
Ginástica	3	90
Ginástica Olímpica	3	90
Atletismo	2	60
Rítmica	2	60
Basquetebol	2	60
Treinamento Desportivo	2	60
Estágio Supervisionado	3	90
Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus	2	60
Natação	2	60
Recreação	2	60
Psicologia da Educação	2	60
TOTAL	27	810
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO		2.370
Estudo de Problemas Brasileiros	2	60
Técnica de Desportos	180 horas por Habilitação	



ANEXO 08⁸

⁸ Currículo do Curso de Educação Física da Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho, após a reforma curricular de 1987.

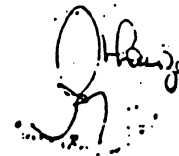
1ª SÉRIE

1 - FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	60 H/A
2 - ANATOMIA APLICADA	90 H/A
3 - FUNDAMENTOS BIOLÓGICOS.	90 H/A
4 - SOCIOLOGIA EDUCACIONAL.	90 H/A
5 - HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA	60 H/A
6 - COMUNICAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA	60 H/A
7 - RÍTMICA.	90 H/A
8 - INTRODUÇÃO À METODOLOGIA DA PESQUISA	60 H/A
9 - DIDÁTICA	60 H/A
10 - GINÁSTICA ESCOLAR	90 H/A
	TOTAL 750 H/A



2ª SÉRIE

1 -	FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA	60 H/A
2 -	FISIOLOGIA DO ESFORÇO	90 H/A
3 -	PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO	90 H/A
4 -	CINESIOLOGIA APLICADA	60 H/A
5 -	ATLETISMO	90 H/A
6 -	DIDÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ,	60 H/A
7 -	EDUCAÇÃO FÍSICA DA PRÉ-ESCOLA À 4ª SÉRIE DO 1º GRAU . /	90 H/A
8 -	APRENDIZAGEM MOTORA.	90 H/A
9 -	HANDEBOL	90 H/A
	TOTAL	<u>720 H/A</u>



3ª SÉRIE

1 - PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM.	60 H/A
2 - HIGIENE E SOCORROS DE URGÊNCIA	90 H/A
3 - CINEANTROPOMETRIA.	60 H/A
4 - BASQUETEBOL.	90 H/A
5 - FOLCLORE.	60 H/A
6 - ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO DE 1º E 2º GRAUS	60 H/A
7 - PRÁTICA DE ENSINO E ESTÁGIO SUPERVISIONADO	90 H/A
8 - NATAÇÃO	90 H/A
9 - VOLEIBOL.	90 H/A
10 - EDUCAÇÃO FÍSICA DA 5ª À 8ª SÉRIE DO 1º GRAU	90 H/A
TOTAL	<u>780 H/A</u>



4ª SÉRIE

1 - ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR	90 H/A
2 - EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO DE 2º GRAU	60 H/A
3 - PRÁTICA DE ENSINO E ESTÁGIO SUPERVISIONADO	90 H/A
4 - FUTEBOL	90 H/A
5 - ATIVIDADE FÍSICA NÃO FORMAL	120 H/A
6 - EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA	120 H/A
7 - METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA	120 H/A
TOTAL	690 H/A

TOTAL CARGA HORÁRIA 2.940 HORAS

A PROFUNDAMENTO DE CONHECIMENTOS

DISCIPLINAS OPTATIVAS

- GINÁSTICA OLÍMPICA	60 H/A
- TREINAMENTO DESPORTIVO	60 H/A
- JUDÔ	60 H/A
- TÊNIS	60 H/A
- MARKETING EM EDUCAÇÃO FÍSICA	60 H/A

OBSERVAÇÃO: Cada aluno terá direito de optar por até 02 disciplinas, desde que haja o mínimo de 20 alunos por turma e horário compatível com o do Curso de Graduação.



ANEXO 09⁹

⁹ Currículo do Curso de Educação Física das Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas - FACEPAL, antes da reforma curricular de 1987.

Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas

PALMAS - PIAUÍ

INIC. 02/05/84



Ficha Individual de Controle de "Créditos" "Pré-requisitos" e "Notas"

TERMINO: 2-5/84

PERÍODOS

CURSO: Educação Física - Feminino (licenciatura)

NOME DA ALUNA:

I ^o	Espe. Or. e Escrito I Cód. 612 - 3cr ()	Sociol. I Cód. 603 - 3cr ()	M. T. P. I Cód. 602 - 3cr ()	Filosofia I Cód. 616 - 3cr ()		Cult. Rel. I Cód. 601-3cr ()	Basquet I Cód. 816-3cr ()	Ginástica I Cód. 804-4cr ()
II ^o	Espe. Or. e Escrito II Cód. 613 - 2cr ()	Biol. Ger. I Cód. 701 - 3cr ()	M. T. P. II Cód. 609-3cr ()	Anatomia Cód. 703-4cr ()		Cult. Rel. II Cód. 602-3cr ()	Basquet II Cód. 817-3cr ()	Ginástica II Cód. 805-4cr ()
III ^o	Hig. Social Cód. 704 - 3cr ()	Biol. Ger. II Cód. 702 - 3cr ()	Atletismo I Cód. 808-4 cr ()	Fisiologia Cód. 705-4cr ()	Voleibol I Cód. 819-3cr ()	Psic. Educ. I Cód. 901-3cr ()		Ginástica Ritm. I Cód. 811-4cr ()
IV ^o	Handebol Cód. 824 - 5cr ()		Atletismo II Cód. 809 - 4cr ()	Cinesiologia Cód. 706-4cr ()	Voleibol II Cód. 820-4cr ()	Psic. Educ. II Cód. 902-3cr ()	Didática I Cód. 903-3cr ()	Ginástica Ritm. II Cód. 812-4cr ()
V ^o	Recreação Cód. 815 - 4cr ()	Natação I Cód. 813 - 4cr ()	Tênis I Cód. 831 - 2cr ()	Biometria Cód. 707-4cr ()	Ginástica Olímpica I Cód. 829-2cr ()	Estrutura I Cód. 905-3cr ()	Didática II Cód. 904-3cr ()	Prát. Ens. Ed. Fis Cód. 907-3cr ()
VI ^o		Natação II Cód. 814 - 4cr ()	Tênis II Cód. 832 - 3cr ()	Socorros Urg Cód. 708-5cr ()	Ginástica Olímpica II Cód. 830-2cr ()	Estrutura II Cód. 906-3cr ()		Estág. Ed. Fis 6 créditos ()

LEGENDA: A - Adaptar
C - cursada

1.000 2160 créditos

Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas
PALMAS -- IPARANÁ


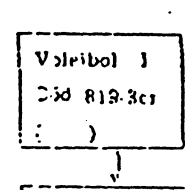
Início 15/04

Ficha Individual de Controle de "Créditos" "Pré-requisitos" e "Notas" *MUDANÇA* Término: 22-07-99

PERÍODOS

CURSO: Educação Física - Masculino (licenciatura)

Nome do Aluno:

I ^o	Exerc. Un. e Espec. I Cód. 612-3cr ()	Sociol. I Cód. 603-3cr ()	M. T. P. I Cód. 608-3cr ()	Filosofia I Cód. 616-3cr ()		Cult. Ref. I Cód. 601-3cr ()	Basquet I Cód. 816-3cr ()	Ginástica I Cód. 801-4cr ()	
II ^o	Exerc. Co. e Espec. II Cód. 613-2cr ()	Biol. Ger. I Cód. 701-3cr ()	M. T. P. II Cód. 609-3cr ()	Anatomia Cód. 703-3cr ()		Cult. Ref. II Cód. 602-3cr ()	Basquet II Cód. 817-3cr ()	Ginástica II Cód. 802-4cr ()	
III ^o	Hig. Social Cód. 704-3cr ()	Biol. Ger. II Cód. 702-3cr ()	Atletismo I Cód. 806-4cr ()	Fisiologia Cód. 705-4cr ()	Voleibol I Cód. 819-3cr ()	Psic. Educ. I Cód. 901-3cr ()		Ginástica III Cód. 803-4cr ()	
IV ^o	Gloss. Ráp. I Cód. 810-4cr ()		Atletismo II Cód. 807-4cr ()	Cinesioterapia Cód. 706-4cr ()	Voleibol II Cód. 820-4cr ()	Psic. Educ. II Cód. 902-3cr ()	Didática I Cód. 903-3cr ()	Handebol Cód. 822-5cr ()	
V ^o	Recreação Cód. 815-4cr ()	Natação I Cód. 813-4cr ()	Tênis I Cód. 831-2cr ()	Biometria Cód. 707-4cr ()	Futebol I Cód. 826-2cr ()	Estrutura I Cód. 905-3cr ()	Didática II Cód. 904-3cr ()	Gin. Olimp. I Cód. 829-2cr ()	Prát. En. Fis. Cód. 827-3cr ()
VI ^o		Natação II Cód. 814-4cr ()	Tênis II Cód. 832-3cr ()	Socorros Urg Cód. 708-5cr ()	Futebol II Cód. 827-2cr ()	Estrutura II Cód. 905-3cr ()		Gin. Olimp. II Cód. 830-3cr ()	Estág. I - Fis 6 créditos

LEGENDA: A - Adaptar
 C - Cursada

ANEXO 10¹⁰

¹⁰ Currículo do Curso de Educação Física das Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas - FACEPAL, após a reforma curricular de 1987.

PARANÁ - JUIZO: 3.285

Fiche Individual de Control de "créditos", "Pré-requisitos" e "Notas". TERMINO: 2:5/98 - CARA

NOZES DO ALUNO:

1:5/90

GRUPO EDUCAÇÃO FÍSICA

II

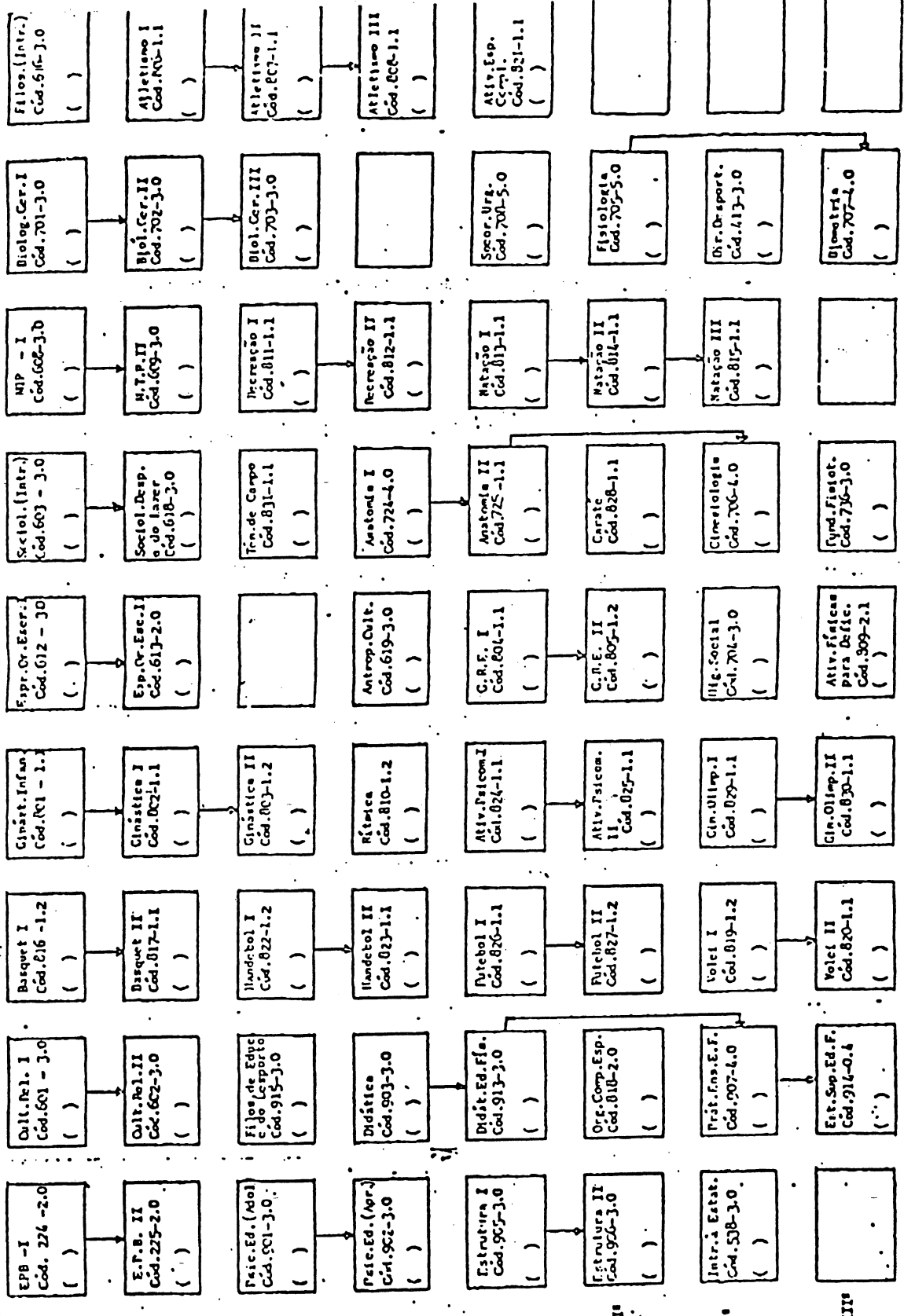
III

IV

V

VII

VIII



ANEXO 11¹¹

¹¹ Currículo do Curso de Educação Física da Faculdade de Ciências Humanas de Marechal Cândido Rondon, antes da reforma curricular de 1987.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE MARCEVAL CANDIDO RONDON - FUND. E. M. C. R.
 FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS DE MARCEVAL CANDIDO RONDON - FACH
 Rua Carlos Sany nº 1350 - Casa Postal 91 - Fone: D.D.D. (0457) 84 7878 - Paraná 1989
 C.P. 85.860 - MARCEVAL CANDIDO RONDON - PARANÁ

EM VIGOR A PARTIR DE 1984 A 1989

ANO CURRICULAR DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E TÉCNICO DE ESPORTES

1º PERÍODO

Atletismo I	02
Voleibol I	02
Basquetebol I	02
História e Sociologia I	03
Língua Portuguesa I	04
Matemática I	03
Fisiologia I	04
Ginástica I	02
TOTAL	22

2º PERÍODO

Atletismo II	02
Voleibol II	02
Basquetebol II	02
Handebol I	02
Basquetebol II	02
Futebol I	02
Atletismo II	03
Ginástica II	02
Matemática II	04
Fisiologia II	02
TOTAL	23

3º PERÍODO

Atletismo III	02
Voleibol III	02
Basquetebol III	02
Futebol II	02
Ginástica III	02
Psicologia I	03
Fisiologia III	03
Basquetebol III	02
Esportes III	02
TOTAL	22

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE MARCEVAL CANDIDO RONDON - FUND. E. M. C. R.
 FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS DE MARCEVAL CANDIDO RONDON - FACH
 Rua Carlos Sany nº 1350 - Casa Postal 91 - Fone: D.D.D. (0457) 84 7878 - Paraná 1989
 C.P. 85.860 - MARCEVAL CANDIDO RONDON - PARANÁ

4º PERÍODO

Atletismo IV	02
Basquetebol III	02
Ginástica III	02
Futebol III	02
Psicologia II	03
Fisiologia II	03
Basquetebol III	02
TOTAL	22

5º PERÍODO

Atletismo V	03
Ginástica IV	02
Ginástica Olímpica I	03
Ginástica I	02
Prática de Ensino de Educação Física I (20 horas)	04
Estudo de Problemas Brasileiros I	02
TOTAL	26

6º PERÍODO

Organização e Administração da Educação Física	04
Prática de Ensino de Educação Física do 2º Grau II (15 horas)	04
Prática de Ensino de Educação Física do 1º Grau II (15 horas)	04
Ritmica II	02
Ginástica Olímpica II	02
Estudo de Problemas Brasileiros II	02
Higiene Social	02
Técnico de Esportes - 180 horas por habilitação	18
CARGA HORÁRIA TOTAL: 2055 horas/aula	

Cada crédito de Prática de Educação Física I e II (Estágio Supervisionado), corresponde a 30 horas, num total de 240 horas (08 créditos); demais disciplinas, cada crédito...

ANEXO 12¹²

¹² Currículo do Curso de Educação Física da Faculdade de Ciências Humanas de Marechal Cândido Rondon, após a reforma curricular de 1987.



Faculdade de Ciências Humanas de Marechal Cândido Rondon — FACIMAR

CURSOS: Ciências Humanas, História e Letras — Reconhecidos pelo Portaria Ministerial nº 73, de fevereiro de 1963, publicada no D.O.U. nº 34 de 21 de fevereiro de 1963, páginas 2821 e 2822.

CURSOS: Administração e Educação Física — Reconhecidos pelo Portaria Ministerial nº 316, de 11 de maio de 1967, publicada no D.O.U. nº 81 de 13 de maio de 1967, página 7126.

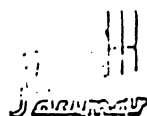
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ — FUNDIOESTE

Lei nº 8484, de 16 de janeiro de 1967, publicada no D.O.U. nº 2445, de 16 de janeiro de 1967 e Decreto nº 299, de 27 de abril de 1967, publicado no D.O.U. nº 2612, de 28 de abril de 1967.

ANEXO IV

ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITAÇÃO: EDUCAÇÃO FÍSICA CURRÍCULO PLENO

		MATÉRIAS	DISCIPLINAS	C/H	SUB-TOTAL C/H	
FORMAÇÃO GERAL: 2.490 HORAS	HUMANÍSTICAS: 930 HORAS	1. Filosofia	1.1 - Filosofia da Educação Física	60		
		2. História e Sociologia da Educação Física	2.1 - História e Sociologia da Educação Física	90		
		3. Teoria da Educação Física	3.1 - Teoria da Educação Física	60		
		4. Psicologia da Educação	4.1 - Psicologia da Educação	90		
		5. Motricidade	5.1 - Motricidade	90		
		6. Biologia	6.1 - Biologia	60		
		7. Anatomia	7.1 - Anatomia Humana	90		
		8. Cinesiologia	8.1 - Cinesiologia	60		
		9. Fisiologia	9.1 - Fisiologia	90		
		10. Socorros Urgentes e Higiene	10.1 - Socorros Urgentes Higiene	90		
		11. Medidas e Avaliação em Educação Física	11.1 - Medidas e Avaliação em Educação Física	90		
		12. Estudo de Problemas Brasileiros	12.1 - Estudo de Problemas Brasileiros	60	930	
	TÉCNICAS: 1.560 HORAS		13. Metodologia Científica	13.1 - Metodologia e Técnica da Pesquisa Aplicada à Educação Física	120	
			14. Língua Portuguesa	14.1 - Língua Portuguesa	60	
			15. Educação Física Infantil	15.1 - Educação Física Infantil	90	
			16. Lazer e Recreação	16.1 - Lazer e Recreação	90	
			17. Ginástica Geral	17.1 - Ginástica Geral	90	
			18. Rítmica	18.1 - Rítmica	60	
			19. Futebol de Campo e Salão	19.1 - Futebol de Campo e Salão	60	
			20. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus	20.1 - Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus	60	
			21. Organização e Administração da Educação Física	21.1 - Organização e Administração da Educação Física	90	
			22. Didática	22.1 - Didática	90	



Faculdade de Ciências Humanas de Maracá - Cândido Rondon - PR

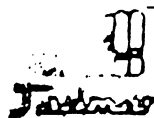
CURSOS: Ciências Humanas, História e Letras - Instituídos pela Portaria Administrativa nº 73, de 16 de maio de 1961, e de 21 de fevereiro de 1963, sob as leis 2021 e 2022
 CURSOS: Administração e Educação Física - Instituídos pela Portaria Administrativa nº 316, de 11 de maio de 1962, e de 13 de maio de 1963, sob as leis 2126

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - FUNDUNESP

Lei nº 8491, de 15 de janeiro de 1967, publicada no D.O.E., nº 244, de 16 de janeiro de 1967 e Decreto nº 322, de 17 de maio de 1967, publicado no D.O.E., nº 2512, de 28 de maio de 1967.

FL. 02 ANEXO IV

	MATÉRIAS	DISCIPLINAS	C/H	SUB-TOTAL C/H
	23. Prática de Ensino	23.1 - Prática de Ensino em Educação Física do 1º Grau (Estágio Supervisionado nas disciplinas de Educação Física Infantil, Lazer e Recreação, Atletismo, Handebol, Basquetebol, Voleibol e Ginástica Geral)	120	
		23.2 - Prática de Ensino em Educação Física do 2º Grau (Estágio Supervisionado nas disciplinas de Lazer e Recreação, Atletismo, Handebol, Basquetebol, Voleibol e Futebol)	120	
	24. Nutrição	24.1 - Nutrição	60	
	25. Atletismo	25.1 - Atletismo	120	
	26. Handebol	26.1 - Handebol	90	
	27. Basquetebol	27.1 - Basquetebol	90	
	28. Voleibol	28.1 - Voleibol	90	
	29. Seminário de Monografia	29.1 - Seminário de Monografia	60	1.560
	APROFUNDAMENTO: 510 HORAS	30. Metodologia Especial da Educação Física	30.1 - Metodologia Especial da Educação Física	90
31. Ginástica Olímpica		31.1 - Ginástica Olímpica	60	
32. Natação		32.1 - Natação	60	
33. Atividades em Academia		33.1 - Atividades em Academia	60	
34. Treinamento Desportivo		34.1 - Treinamento Desportivo	60	
35. Judô		35.1 - Judô	60	
36. Ginástica Rítmica Desportiva		36.1 - Ginástica Rítmica Desportiva	60	
37. Xadrez		37.1 - Xadrez	60	
CARGA HORÁRIA TOTAL				510



Faculdade de Ciências Humanas de Marichal Cândido Rondon — FACIHA.

CURSOS Direito, Ciências, História e Letras — Resoluções para Portaria Ministerial nº 72, de fevereiro de 1967, publicada no D.O.U. nº 21 de fevereiro de 1967, páginas 2071 e 2072.
CURSOS Administração e Educação Física — Resoluções para Portaria Ministerial nº 316 de 11 de maio de 1967, publicada no D.O.U. nº 9 de 12 de maio de 1967, página 1126.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ — FUNDUESTE

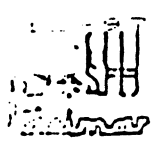
Lei nº 3444 de 18 de janeiro de 1967, publicada no D.O.E. nº 3445 de 18 de janeiro de 1967 e Decreto nº 209, de 27 de abril de 1967, publicado no D.O.E. nº 2512, de 26 de abril de 1967.

ANEXO IV

CURRÍCULO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA POR SÉRIE EM VIGOR A PARTIR DE 1990

149
2007

SÉRIE	DISCIPLINAS	C/H
1ª	Teoria da Educação Física	60
	Anatomia Humana	90
	Biologia	60
	Língua Portuguesa	60
	Matricidade	90
	História e Sociologia da Educação Física	90
	Psicologia da Educação	90
	Basquetebol	90
	Arletismo	120
	Ritmica	60
	TOTAL	810
2ª	Volíbol	90
	Socorros Urgentes e Higiene	90
	Educação Física Infantil	90
	Fisiologia	90
	Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1ª e 2ª Graus	60
	Metodologia e Técnica da Pesquisa Aplicada à Educação Física	120
	Filosofia da Educação Física	60
	Ginástica Geral	90
	Didática	90
	Futebol de Campo e Salão	60
	TOTAL	810



UNIVERSIDADE DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE 04525.43060

P. 05

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS DE MARCELLINO CANDIDO RONDON - FACIMAR

CURSOS: Ciências, Filosofia, História e Letras - Reconhecidos pelo Portaria Ministerial nº 23, de 27 de Janeiro de 1963, publicada em D.O.U. em 28 de 21 de fevereiro de 1963, páginas 2821 e 2822.
 CURSOS: Administração e Educação Física - Reconhecidos pelo Portaria Ministerial nº 318, de 11 de maio de 1967, publicada em D.O.U. em 12 de maio de 1967, página 2126.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - FUNIOESTE

Lei nº 846, de 16 de setembro de 1967, publicada no D.O.U. nº 246, de 16 de setembro de 1967 e Decreto nº 248, de 21 de abril de 1967, publicado no D.O.U. nº 2612, de 26 de abril de 1967.

Fl. n.º 32

FL. 01 ANEXO IV

SÉRIE	DISCIPLINAS	C/H
3ª	Handebol	90
	Lazer e Recreação	90
	Organização e Administração da Educação Física	90
	Cinesiologia	60
	Atividades em Academia	60
	Medidas e Avaliação em Educação Física	90
	Natação	60
	Prática de Ensino em Educação Física do 1º Grau (Estágio Supervisionado nas disciplinas de Educação Física Infantil, Lazer e Recreação, Atletismo, Handebol, Basquetebol, Voleibol, e Ginástica Geral).	120
	Xadrez	60
	TOTAL	720
4ª	Seminário de Monografia	60
	Metodologia Especial de Educação Física	90
	Estudo de Problemas Brasileiros	60
	Ginástica Olímpica	60
	Treinamento Desportivo	60
	Nutrição	60
	Ginástica Rítmica Desportiva	60
	Judô	60
	Prática de Ensino em Educação Física do 2º Grau (Estágio Supervisionado nas disciplinas de Lazer e Recreação, Atletismo, Handebol, Basquetebol, Voleibol e Futebol).	120
TOTAL	630	

TOTAL DA CARGA HORÁRIA:..... 2.940 h/a
 CARGA HORÁRIA DE ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS:... 60 h/a
 TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO CURSO:..... 3.000 h/a

O Curso terá duração de 3.000 (três mil) horas aula com integralização a fazer-se no mínimo em 04 (quatro) anos e no máximo 07 (sete) anos.

ANEXO 13¹³

¹³ Currículo do Curso de Educação Física da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, antes da reforma curricular de 1987.

CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

DISCIPLINAS	AT	AP	CRÉD.	HORAS
1º PERÍODO				
Biologia I	2	1	3	45
Anatomia I	2	1	3	45
Ginástica I	2	2	3	60
Atividades Rítmicas I	1	1	2	30
Atletismo I	1	2	2	45
Psicologia da Educação I	2	0	2	30
Estudos de Problemas Brasileiros I	2	0	2	30
Filosofia I	2	0	2	30
	14	7	19	315

2º PERÍODO				
Biologia II	2	1	3	45
Anatomia II	2	1	3	45
Ginástica II	2	2	3	60
Atividades Rítmicas II	1	1	2	30
Atletismo II	1	2	2	45
Psicologia da Educação II	2	0	2	30
Estudos de Problemas Brasileiros II	2	0	2	30
Filosofia II	2	0	2	30
	14	7	19	315

3º PERÍODO				
Fisiologia I	2	0	2	30
Ginástica III	1	2	2	45
Atletismo III	1	2	2	45
Basquetebol I	2	1	3	45
Voleibol I	2	1	3	45
Educação Física Infantil I	1	2	2	45
Higiene I	1	0	1	15
Bioquímica I	2	0	2	30
Didática I	2	0	2	30
Teologia I	2	0	2	30
	16	8	21	360

DISCIPLINAS	AT	AP	CRÉD.	HORAS
4º PERÍODO				
Fisiologia II	2	0	2	30
Ginástica IV	1	2	2	45
Atletismo IV	1	2	2	45
Basquetebol II	2	1	3	45
Voleibol II	2	1	3	45
Educação Física Infantil II	1	2	2	45
Higiene II	1	0	1	15
Bioquímica II	2	0	2	30
Didática II	2	0	2	30
Teologia II	2	0	2	30
	16	8	21	360

5º PERÍODO				
Cinesioterapia I	2	0	2	30
Basquetebol III	1	1	2	30
Voleibol III	1	1	2	30
Socorros Urgentes I	1	0	1	15
Recreação I	1	2	2	45
Ginástica Olímpica I	1	2	2	45
Atividades Desportivas Complementares I	2	0	2	30
Handebol I	1	1	2	30
Natação I	1	1	2	30
Organização e Administração de Educação Física e Desportos I	2	0	2	30
Didática III	2	0	2	30
	15	8	21	345

6º PERÍODO				
Cinesioterapia II	2	0	2	30
Basquetebol IV	1	1	2	30
Voleibol IV	1	1	2	30
Socorros Urgentes II	1	0	1	15
Recreação II	1	2	2	45
Ginástica Olímpica II	1	2	2	45
Atividades Desportivas Complementares II	2	0	2	30
Handebol II	1	1	2	30
Natação II	1	1	2	30
Organização e Administração de Educação Física e Desportos II	2	0	2	30
Didática IV	2	0	2	30
	15	8	21	345

DISCIPLINAS	AT	AP	CRÉD.	HORAS
7º PERÍODO				
Treinamento Desportivo I	1	2	2	45
Ginástica Rítmica Desportiva I (Fem.)	1	2	2	45
Futebol I (Masc.)	1	2	2	45
Natação III	1	1	2	30
Biometria I	2	0	2	30
Handebol III	1	1	2	30
Estrutura e Func. do Ensino de 1º e 2º Graus I	2	0	2	30
Deontologia	2	0	2	30
	<u>11</u>	<u>8</u>	<u>16</u>	<u>285</u>
Prática de Ensino I (Estágio Supervisionado)				<u>60</u>
				<u>345</u>

8º PERÍODO				
Fisiologia do Esforço	2	0	2	30
Treinamento Desportivo II	1	2	2	45
Ginástica Rítmica Desportiva II (Fem.)	1	2	2	45
Futebol II (Masc.)	1	2	2	45
Natação IV	1	1	2	30
Biometria II	2	0	2	30
Handebol IV	1	1	2	30
Estrutura e Func. do Ensino de 1º e 2º Graus II	2	0	2	30
	<u>11</u>	<u>8</u>	<u>16</u>	<u>285</u>
Prática de Ensino II (Estágio Supervisionado)				<u>60</u>
				<u>345</u>

TOTAL GERAL:

CRÉDITOS – 154

DURAÇÃO EM HORAS – 2.730

ANEXO 14¹⁴

¹⁴ Currículo do Curso de Educação Física da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, após a reforma curricular de 1987.

CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA • LICENCIATURA

DISCIPLINAS	AT	AP	CRÉD.	HORAS
1º PERÍODO				
Ginástica I	2	2	3	60
Atletismo I	2	2	3	60
Atividades Rítmicas I	1	2	2	45
Anatomia I	2	1	3	45
Fundamentos Biológicos I	2	1	3	45
Higiene I	2	0	2	30
História da Educação Física I	2	0	2	30
Antropologia Social I (fundamentos de uma Antropologia do Corpo)	2	0	2	30
Psicologia da Educação I	2	0	2	30
Metodologia da Pesquisa I	2	0	2	30
	19	8	24	405
2º PERÍODO				
Ginástica II	2	2	3	60
Atletismo II	2	2	3	60
Atividades Rítmicas II	1	2	2	45
Anatomia II	2	1	3	45
Fundamentos Biológicos II	2	1	3	45
Higiene II	2	0	2	30
História da Educação Física II	2	0	2	30
Antropologia Social II (fundamentos de uma Antropologia do Corpo)	2	0	2	30
Psicologia da Educação II	2	0	2	30
Metodologia da Pesquisa II	2	0	2	30
	19	8	24	405
3º PERÍODO				
Ginástica III	2	1	3	45
Atletismo III	1	1	2	30
Movimento Humano para a Comunicação I	1	1	2	30
Voleibol I	1	2	2	45
Basquetebol I	1	2	2	45
Neuro-Anatomia	2	0	2	30
Bioquímica I	2	0	2	30
Fisiologia Geral I	2	0	2	30
Introdução à Filosofia I	2	0	2	30
Crescimento e Desenvolvimento I	1	1	2	30
Didática I	3	0	3	45
Teologia I	2	0	2	30
	20	8	26	420

45

DISCIPLINAS	AT	AP	CRÉD.	HORAS
4º PERÍODO				
Ginástica-IV	2	1	3	45
Atletismo-IV	1	1	2	30
Movimento Humano para a Comunicação II	1	1	2	30
Voleibol-II	1	2	2	45
Basquetebol-II	1	2	2	45
Neuro-Anatomia II	2	0	2	30
Bioquímica-II	2	0	2	30
Fisiologia-Geral-II	2	0	2	30
Introdução à Filosofia II	2	0	2	30
Crescimento e Desenvolvimento II	1	1	2	30
Didática-II	3	0	3	45
Teologia II	2	0	2	30
	20	8	26	420

DISCIPLINAS	AT	AP	CRÉD.	HORAS
5º PERÍODO				
Ginástica Rítmica-Desportiva-I	1	2	2	45
Futebol-I	1	2	2	45
Natação-I	1	2	2	45
Handebol-I	1	2	2	45
Fisiologia do Exercício I	2	0	2	30
Cinesiologia-I	2	1	3	45
Cineantropometria I	2	0	2	30
Recreação e Lazer I	1	2	2	45
Socorros Urgentes-I	2	0	2	30
Didática de Educação Física I	3	1	4	60
Cultura e Cidadania I	2	0	2	30
	18	12	25	450

DISCIPLINAS	AT	AP	CRÉD.	HORAS
6º PERÍODO				
Ginástica-Rítmica-Desportiva-II	1	2	2	45
Futebol-II	1	2	2	45
Natação II	1	2	2	45
Handebol-II	1	2	2	45
Fisiologia do Exercício II	2	0	2	30
Cinesiologia II	2	1	3	45
Cineantropometria II	2	0	2	30
Recreação e Lazer-II	1	2	2	45
Socorros Urgentes..II	2	0	2	30
Didática de Educação Física-II	3	1	4	60
Cultura e Cidadania II	2	0	2	30
	18	13	25	450

DISCIPLINAS	AT	AP	CRÉD.	HORAS
7º PERÍODO				
Ginástica Artística-I	1	2	2	45
Atividades Complementares-I	2	0	2	30
Atividades Aquáticas-I	1	1	2	30
Treinamento Desportivo I--	1	1	2	30
Administração da Educação Física e Desportos I	2	0	2	30
Organização da Educação Física e Desportos I	2	0	2	30
Nutrição-I	2	0	2	30
Informática Básica-I	0	2	1	30
Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso I	0	2	1	30
Estrutura e Func. do Ensino de 1ª e 2ª Graus I	2	0	2	30
Deontologia	2	0	2	30
	15	8	20	345
Prática de Ensino (Estágio Supervisionado em Educação Física no 1ª e 2ª Graus)				75
				420

DISCIPLINAS	AT	AP	CRÉD.	HORAS
8º PERÍODO				
Ginástica Artística II --	1	2	2	45
Atividades Complementares..II	2	0	2	30
Atividades Aquáticas II--	1	1	2	30
Treinamento Desportivo II--	1	1	2	30
Administração da Educação Física e Desportos II	2	0	2	30
Organização da Educação Física e Desportos II	2	0	2	30
Nutrição-II=	2	0	2	30
Informática Básica II	0	2	1	30
Orientação do Trab. de Concl. de Curso II	0	2	1	30
Estrutura e Func. do Ensino de 1ª e 2ª Graus II	2	0	2	30
	13	8	18	315
Prática de Ensino (Estágio Supervisionado em Educação Física no 1ª e 2ª Graus)				75
				390

TOTAL GERAL: CRÉDITOS 188 HORAS 3360

ANEXO 15¹⁵

¹⁵ Parecer nº894/69, aprovado em 02 de dezembro de 1969.

23 – EDUCAÇÃO FÍSICA

Habilitações:

23.1 – Licenciatura em Educação Física

23.2 – Técnico de Desportos

- PARECER Nº 894/69, aprovado em 2 de dezembro de 1969 (*)
Relator: Cons. José Borges dos Santos

Após anos de aplicação e experiência nas condições mais variadas, está o currículo de Educação Física em condições de ser apreciado para as modificações que forem julgadas convenientes.

Solicitadas pelo presidente da comissão, o eminente Cons. Henrique de Toledo Dodsworth, além de algumas contribuições isoladas de escolas e profissionais, vieram as apreciações, estudos e sugestões de duas reuniões e representantes de todas as escolas de Educação Física do País, e de vários setores de desportos.

Houve, primeiro, a reunião de um grupo de trabalho, sob a direção da Diretoria da Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a professora Maria Lenck, professora de natação e ex-campeã mundial brasileira. A reunião foi feita a pedido do Sr. Diretor da Divisão de Educação Física do MEC. O estudo e anteprojetos elaborados por esse grupo foram enviados ao CFE e à comissão especial. Contou o grupo com a colaboração de representantes das escolas de Educação Física de Goiás, São Paulo, São Carlos, Espírito Santo, Minas Gerais, Educação Física do Exército e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do presidente do Conselho Nacional de Desportos e da Divisão de Educação Física do MEC.

Em novembro de 1968, de 8 a 9, reuniram-se em São Paulo, convocados pela Divisão de Educação Física do MEC, as escolas de Educação Física do Brasil, para estudar e propor um novo currículo.

Confrontados os estudos feitos pelo grupo reunido na Guanabara com os da reunião das escolas de Educação Física do Brasil, em São Paulo, verifica-se que a concordância é quase total.

Há diferenças de somenos importância.

Na reunião das escolas de Educação Física realizada em São Paulo "tomaram-se como base os estudos já feitos por cada uma das unidades e, considerada a sua semelhança com os demais, tomou-se como ponto de partida, o estudo apresentado pelo grupo de trabalho que se tinha reunido no Rio de Janeiro, sob os incentivos da Divisão de Educação Física."

A primeira questão abordada para uma conveniente modificação foi a formação de "Técnico Esportivo".

Verificou-se que o sistema adotado de acordo com o Parecer nº 298/62 do CFE, de cursos paralelos de professor de Educação Física e Curso de Técnico Desportivo, na prática não se mostrou exequível. O resultado foi realizar-se nas escolas apenas o curso de professor de Educação Física com a complementação do de técnico.

(*) Ver Portaria nº 29/73 – CFE e Parecer nº 4.843/75 da CLN do CFE.

Analisada a lei que rege a profissão de "Técnico Desportivo", verificou-se que não está podendo ser cumprida porque as escolas não estão aparelhadas para manter cursos regulares das muitas especialidades existentes no País.

Por isso o mercado de trabalho não está podendo ser atendido, nem na quantidade, nem na qualidade.

Conforme dados oferecidos pelo Conselho Nacional de Desportos, "enquanto cerca de trezentos (300) técnicos estão registrados naquele órgão, mais de dezesseis mil (16.000) associações desportivas estão em funcionamento".

O Decreto-Lei nº 1.212, no Capítulo VI, art. 38, exige para o exercício da profissão de "Técnico Desportivo", de qualquer desporto, o diploma de "técnico desportivo" especializado no respectivo desporto; exige também o mesmo decreto-lei que, nas cidades com mais de 100.000 (cem mil) habitantes, as associações desportivas só poderão contratar "técnicos desportivos" assim diplomados. O resultado é que, na prática, as associações desportivas atendem às exigências dos seus associados proporcionando-lhes técnicos improvisados autodidatas, que nas boas hipóteses se destacaram como exímios campeões desportivos, mas não receberam qualquer formação pedagógica ou científica, isto é, sem a devida formação profissional.

O curso teria a duração mínima de 180 horas.

A Prof.^a Maria Lenck sugere outra solução:

A Lei deve ser modificada para que a profissão de "Técnico de Desportos" seja exercida pelos licenciados em Educação Física e pelos portadores de diplomas de curso superior de Educação Física. Para isso, além das matérias básicas obrigatórias do currículo mínimo, o aluno terá de escolher uma ou duas modalidades desportivas para sua especialização.

Na constituição do currículo mínimo para o curso superior de Educação Física (de professor licenciado) foram tomadas em consideração sugestões e apreciações de escolas profissionais e especialmente do grupo de trabalho reunido anteriormente na Guanabara.

Entre os critérios adotados para indicação das matérias, destacaram-se os seguintes:

- 1) – redução das matérias básicas de fundamentação científica ao estritamente necessário;
- 2) – de acordo com o Parecer nº 292/62 do CFE, destaque das matérias destinadas à formação educacional, incluindo, na Didática Geral e da Educação Física e na Filosofia, História e Sociologia da Educação Física e dos Desportos, todas as disciplinas conceituadas como tais, indispensáveis ao professor de Educação Física;
- 3) – relevo maior à prática de ensino que se deve tornar matéria autônoma;
- 4) – relegação de certos padrões do passado, como, por exemplo, designações como os Desportos Coletivos Terrestres, Desportos Individuais Aquáticos, Desportos de Ataque e Defesa.

Verificou-se um agrupamento das matérias em três grupos:

- 1 – o setor das matérias de fundamento biológico
- 2 – o setor das matérias didáticas
- 3 – o setor das matérias gímnico-desportivas

Não ficam incluídas no currículo mínimo matérias de importância circunstancial, mas não fundamentais ao exercício da profissão.

I – Setor das matérias de fundamento biológico:

- 1 – Anatomia
- 2 – Biometria
- 3 – Fisiologia
- 4 – Cinesiologia
- 5 – Higiene (desde que tenha programa aprovado)
- 6 – Socorros de urgência (adotou-se este título em lugar de Cinesioterapia, considerando-se que num curso de Educação Física não deveria constar assunto de terapêutica, podendo, entretanto, haver entre as matérias facultativas, ginástica corretiva e massagens, para serem aplicadas sob a orientação de médico)
- 7 – Filosofia, História e Sociologia da Educação Física e Desportos
- 8 – Didática Geral e da Educação Física

II – Do setor das matérias gímnico-desportivas:

- 9 – Ginástica (devendo haver ginástica feminina e masculina)
- 10 – Rítmica (esta designação substitui a de dança, por se verificar que dança não teria receptividade entre os estudantes do sexo masculino)
- 11 – Recreação
- 12 – Natação
- 13 – Atletismo

Leva-se em consideração ainda o seguinte:

1 – nada impede que a escola, a seu critério, acrescente a esse currículo mínimo qualquer matéria, ou matérias, que julgar necessária, salvaguardadas as dimensões razoáveis da carga horária;

2 – cada escola estabelecerá a lista de matérias facultativas para oferecer à escolha obrigatória de duas para fins de habilitação ao exercício da profissão de “Técnico de Desportos”, como, por exemplo, a seguinte lista organizada pela Prof.^a Maria Lenck, diretora da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro:

- 1 – Arco e Flecha
- 2 – Basquetebol
- 3 – Boxe
- 4 – Esgrima
- 5 – Futebol de Campo
- 6 – Futebol de Salão
- 7 – Ginástica Olímpica
- 8 – Halterofilismo
- 9 – Handebol
- 10 – Jiu-Jitsu – Judô – Karatê
- 11 – Remo
- 12 – Saltos Ornamentais
- 13 – Tênis

- 14 – Vela – Canoagem
- 15 – Voleibol
- 16 – Pólo Aquático

Voto do Relator

1. Considerando que o currículo apresentado e aprovado na reunião das escolas de Educação Física, em São Paulo, de 8 a 9 de novembro de 1968, representa bem o ponto de vista dos professores de Educação Física ali reunidos, dada a unanimidade com que foi aprovada a quase totalidade das matérias constantes no anteprojeto aprovado, e considerando também a conveniência de um curso único para formação adequada de professor de Educação Física e “Técnico de Desportos”, voto pela adoção do seguinte currículo mínimo integrado para formação de professor de Educação Física e “Técnico de Desportos”:

- 1 – Biologia
- 2 – Anatomia
- 3 – Biometria
- 4 – Fisiologia
- 5 – Cinesiologia
- 6 – Higiene
- 7 – Socorros Urgentes
- 8 – Sociologia
- 9 – Didática (as matérias pedagógicas serão dadas de acordo com o Parecer nº 672/69, que dispõe sobre o assunto)
- 10 – Ginástica
- 11 – Rítmica
- 12 – Natação
- 13 – Atletismo
- 14 – Recreação

A estas matérias serão acrescentadas mais duas escolhidas pelo aluno, da lista de desportos oferecida pela escola para integrar o currículo.

O curso terá a duração de 3 anos letivos.

Duração mínima: 1.800 horas.

ANEXO 16¹⁶

¹⁶ Resolução nº69/69 - CFE - Fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de Educação Física

● RESOLUÇÃO Nº 69, de 6 de novembro de 1969

Fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de Educação Física.

O Presidente do Conselho Federal de Educação, na forma do que dispõe o art. 26 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, levando em conta as conclusões do Parecer nº 894/69, que se incorpora a esta resolução, homologado pelo Senhor Ministro da Educação e Cultura,

RESOLVE:

Art. 1º – A formação de professores de Educação Física será feita em curso de graduação que conferirá o título de Licenciado em Educação Física e Técnico de Desportos.

Art. 2º – O currículo mínimo será constituído pelas seguintes matérias:

1 – *Matérias básicas:*

- 1.1 – Biologia
- 1.2 – Anatomia
- 1.3 – Fisiologia
- 1.4 – Cinesiologia
- 1.5 – Biometria
- 1.6 – Higiene

2 – *Matérias profissionais:*

- 2.1 – Socorros Urgentes
- 2.2 – Ginástica
- 2.3 – Rítmica
- 2.4 – Natação
- 2.5 – Atletismo
- 2.6 – Recreação
- 2.7 – Matérias pedagógicas de acordo com o Parecer nº 672/69.

Parágrafo único – A estas matérias serão acrescentadas mais duas escolhidas pelo aluno da lista de desportos oferecida pela escola para integrar o currículo, para a obtenção do título de técnico desportivo.

Art. 3º – O curso terá a duração mínima de 1.800 horas-aula, ministradas no mínimo em 3 anos e no máximo em 5 anos.

Art. 4º – As escolas poderão oferecer apenas o curso de licenciatura em Educação Física, deixando de incluir os dois desportos exigidos para o título de técnico desportivo. Analogamente o aluno poderá optar somente pelo curso de licenciatura, mesmo quando a escola ofereça a possibilidade da obtenção do título de técnico desportivo.

Art. 5º – Os atuais diplomados pelo curso superior de Educação Física poderão completar o curso de técnico desportivo mediante o estudo e aprovação nas matérias que para tanto lhes faltarem.

José Barretto Filho

ANEXO 17¹⁷

¹⁷ Anexo I do Parecer nº215/87 - CFE. Sugestão de Matérias e/ou Disciplinas para composição do Currículo do Curso de Educação Física

Anexo I – Sugestão de Matérias e/ou Disciplinas para composição do Currículo do Curso de Educação Física

As matérias e/ou disciplinas abaixo relacionadas foram sugeridas pelas IES e pelos professores que participaram das consultas, debates ou estudos realizados, e são aqui apresentadas apenas como uma orientação para a escolha, na composição do currículo a ser elaborado:

I) Conhecimento Filosófico

- 1 – Introdução à Filosofia;
- 2 – Filosofia da Educação e do Desporto;
- 3 – Caracterização Profissional;
- 4 – Ética Profissional;
- 5 – Dentre outras.

II) Conhecimento do Ser Humano

- 1–Fundamentos Biológicos (incluindo tópicos de Histologia, Embriologia, Biofísica, Bioquímica, Citologia e Biologia – especialmente Genética);
- 2–Anatomia Aplicada;
- 3–Fisiologia(incluindo Fisiologia do Esforço);
- 4–Aprendizagem Motora (incluindo a Psicomotricidade);
- 5–Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade;
- 6–Psicologia Desportiva;
- 7–Cineantropia (Medidas e Avaliação, incluindo Crescimento e Desenvolvimento);
- 8–Biomecânica do Exercício
- 9–Fundamentos de Fisioterapia;
- 10–Dentre outras.

III) Conhecimento da Sociedade

- 1–Fundamentos da Antropologia Cultural;
- 2–Educação, Sociedade e Cultura Física;
- 3–História da Educação Física;
- 4–Sociologia (incluindo a Sociologia do Desporto e do Lazer);
- 5–Políticas Desportivas do Mundo Contemporâneo;
- 6–Dentre outras,

IV) Conhecimentos Técnicos

- 1–Didática da Educação Física;
- 2– Organização e Funcionamento da Educação Formal e Não-Formal;
- 3–Educação Física sob o enfoque da Educação Permanente;
- 4–Prática de Ensino;
- 5–Lazer e Recreação;
- 6–Medidas e Avaliação em Educação Física;
- 7–Currículos em Educação Física;
- 8–Introdução à Linguagem Estatística e à Pesquisa Científica;
- 9–Teoria, Prática e Metodologia dos Desportos:
 - . do Handebol;
 - . do Atletismo;
 - . do Basquetebol;
 - . do Tênis de Mesa;
 - . da Capoeira;
 - . da Esgrima;
 - . do Futebol;
 - . do Futebol de Salão;
 - . da Ginástica Olímpica;
 - . da Ginástica Rítmica Desportiva;
 - . do Halterofilismo;
 - . do Judô;
 - . da Natação;
 - . do Pólo Aquático;
 - . dos Saltos Ornamentais;
 - . do Tênis de Campo;
 - . de Outros.

- 10—Teoria, Prática e Metodologia da Ginástica Analítica;
- 11—Teoria, Prática e Metodologia da Ginástica Natural;
- 12—Teoria, Prática e Metodologia da Dança;
- 13—Organização e Administração da Educação Física;
- 14—Folclore;
- 15—Higiene e Socorros de Urgência;
- 16—Educação Física e Esporte Especial (Atividade física voltada para pessoas portadoras de deficiências: física, mental, auditiva, visual ou múltipla);
- 17—Treinamento Desportivo;
- 18—Direito Desportivo;
- 19—Comunicação em Educação Física;
- 20—Seminário em Educação Física;
- 21—Técnica de Elaboração de Projetos em Educação Física;
- 22—Tecnologia do Material e Instalações na Educação Física;
- 23—O Profissional de Educação Física como agente de Saúde;
- 24—Rítmica;
- 25—Esportes Comunitários.
- 26—Dentre outras.

ANEXO 18¹⁸

¹⁸ Resolução nº03/87 - CFE. Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física (Bacharelado e/ou Licenciatura Plena).

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO

Resolução Nº03, de 16 de junho de 1987

Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física (Bacharelado e/ou Licenciatura Plena).

O Presidente do Conselho Federal de Educação no uso de suas atribuições legais e com base no que dispõe o Artigo 26 da Lei 5540/68, tendo em vista o Parecer 215/87, homologado pelo Sr. Ministro da Educação, em 10/06/87.

Resolve:

Art.1º A formação dos profissionais de Educação Física será feita em curso de graduação que conferirá o título de Bacharel e/ou Licenciado em Educação Física.

Art.2º Os currículos plenos dos cursos de Graduação em Educação Física serão elaborados pelas instituições de ensino superior, objetivando:

- a) possibilitar a aquisição integrada de conhecimentos e técnicas que permitam uma atuação nos campos da Educação Escolar (pré-escolar, 1º, 2º e 3º graus) e Não Escolar (academias, clubes, centros comunitários/condomínios etc);
- b) desenvolver atitudes éticas, reflexivas, críticas, inovadoras e democráticas;
- c) prover o aprofundamento das áreas de conhecimento, de interesse e de aptidão do aluno, estimulando-o ao aperfeiçoamento contínuo;
- d) propiciar a auto-realização do estudante, como pessoa e como profissional;

Art.3º Os currículos plenos para os cursos de graduação em Educação Física terão duas partes:

- a) Formação Geral (humanística e técnica)
- b) Aprofundamento de Conhecimentos

§1º Na Formação Geral serão consideradas as seguintes áreas de conhecimento:

- a) De cunho humanístico.

CONHECIMENTO FILOSÓFICO

- compreendido como conhecimento filosófico o resultado da reflexão sobre a realidade, seja no nível da práxis, a própria existência cotidiana do profissional de Educação Física, relacionada com eventos históricos, sociais, políticos, econômicos, seja no nível da teoria, apresentação rigorosa através das ciências dessa mesma práxis. O conhecimento filosófico deve consistir na articulação da práxis pedagógica com as teorias sobre o homem, a sociedade e a técnica.

CONHECIMENTO DO SER HUMANO

- entendido como o conjunto de conhecimentos sobre o ser humano, durante todo seu ciclo vital, no que concerne aos seus aspectos biológicos e psicológicos, bem como sua interação com o meio ambiente, face a presença ou ausência de atividades de Educação Física.

CONHECIMENTO DA SOCIEDADE

- entendido como a compreensão da natureza social das instituições, sistemas e processos, com vistas a uma efetiva contribuição da Educação Física para o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade, considerando-se especificamente a realidade brasileira.

- b) De cunho técnico (que deverá ser desenvolvido de forma articulada com os conhecimentos das áreas de cunho humanístico acima referidas).

CONHECIMENTO TÉCNICO

- entendido como o conjunto de conhecimentos e competências para planejar, executar, orientar e avaliar atividades da Educação Física, nos campos da Educação Escolar e Não-Escolar contribuindo para a geração e a transformação do próprio conhecimento técnico.

§2º Cada Instituição de Ensino Superior (IES), partindo dessas quatro áreas, elaborará o elenco de disciplinas da parte de Formação Geral do currículo pleno, considerando as peculiaridades de cada região e os perfis profissionais desejados (Bacharelado e/ou Licenciatura Plena).

§3º A parte do currículo pleno denominada Aprofundamento de Conhecimentos deverá atender aos interesses dos alunos, criticar e projetar o mercado de trabalho considerando as peculiaridades de cada região e os perfis profissionais desejados. Será composta por disciplinas selecionadas pelas IES e desenvolvidas de forma teórico-prática, permitindo a vivência de experiências no campo real de trabalho.

§4º As IES deverão estabelecer os marcos conceituais fundamentais dos perfis profissionais desejados, elaborar as ementas, fixar a carga horária para cada disciplina, e sua respectiva denominação, bem como enriquecer o currículo pleno, contemplando as peculiaridades regionais.

Art. 4º O curso de graduação em Educação Física terá a duração mínima de 4 anos (ou 8 semestres letivos) e máxima de 7 anos (ou 14 semestres letivos), compreendendo uma carga horária de 2880 horas/aula.

§1º Desse total de 2880 horas/aula, pelo menos 80% (oitenta por cento) serão destinadas à Formação Geral e o máximo de 20% (vinte por cento) para Aprofundamento de Conhecimentos.

§2º Desses 80% das horas destinadas à Formação Geral, 60% deverão ser dedicados às disciplinas vinculadas ao Conhecimento Técnico.

§3º No mínimo de 2880 horas/aula previstas, estão incluídas as de Estágio Supervisionado e excluídas as correspondentes às disciplinas que são ou venham a ser obrigatórias, por força de legislação específica (ex. EPB).

Art.5º O Estágio Curricular, com a duração mínima de um semestre letivo, será obrigatório tanto nas Licenciaturas como nos Bacharelados, devendo, para estes, ser complementado com a apresentação de uma monografia ("Trabalho de Conclusão").

Art.6º A adaptação do currículo baixado pela Resolução 69/69 ao currículo ora aprovado far-se-á por via regimental, segundo os recursos e interesses de cada Instituição, dentro do prazo máximo de 2 anos, a partir da data da publicação desta Resolução.

Parágrafo único. As adaptações regimentais das instituições de ensino superior, que mantêm cursos de Educação Física, serão apreciadas pelos respectivos Conselhos de Educação.

Art.7º Os graduados em educação Física (bacharéis e/ou licenciados), através de cursos específicos realizados a nível de especialização, poderão habilitar-se à titulação de Técnico Desportivo.

Art.8º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Resolução 69, de 6/11/69, deste Conselho, e demais disposições em contrário.

FERNANDO AFFONSO GAY DA FONSECA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Fernando. Da “Palestra” ao estádio: Reflexões sociológicas sobre a educação física. In: AZEVEDO, Fernando. **A cidade e o campo na civilização industrial**. [s.l.]: Edições Melhoramentos, [s.d.]. p. 247-258.
- BRASIL. Resolução nº69, de 06 de novembro de 1969. Fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de Educação Física. 3.ed. Brasília: MEC/DDD, 1979.
- _____. Parecer nº215, de 11 de março de 1987. Reestruturação dos cursos de graduação em Educação Física, sua nova caracterização, mínimos de duração e conteúdo. Documenta, Brasília, março de 1987.
- _____. Parecer nº894 de 02 de dezembro de 1969. **Currículos mínimos dos cursos de graduação**. 3. ed. Brasília: MEC/DDD, 1979.
- _____. Resolução nº 03/87 de 16 de junho de 1987. Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física (Bacharelado e/ou Licenciatura Plena. Documenta, Brasília, junho de 1987.
- _____. Lei nº5540 de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior, organiz. Guido Ivan de Carvalho, 4.ed. Rio de Janeiro, 1973.
- _____. Conselho Federal de Educação. Parecer nº672 de 04 de setembro de 1969. **Currículos mínimos dos cursos de graduação**. 3. Ed. Brasília: MEC/DDD, 1979.
- CARMO, Apolônio Abadio do. **Educação física: crítica de uma formação acrítica**. São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, 1982, 184p. (Dissertação de Mestrado)
- CARTA DE BELO HORIZONTE. **Reflexões sobre a educação física brasileira**. Belo Horizonte, 1984.
- COELHO, Ildeu Moreira. O ensino de graduação e currículo. **Graduação em debate** .(2), Curitiba: UFPR/PROGRAD, 1994.
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.
- CUNHA, Maria Isabel. **O Currículo do ensino superior e a construção do conhecimento**. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação. Campinas, p.181-185, 1997.

- FARIA JÚNIOR, Alfredo Gomes. Professor de Educação Física, licenciado generalista. In: OLIVEIRA; Vitor Marinho. **Fundamentos pedagógicos da educação física**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1987.
- FARIA JÚNIOR, Alfredo Gomes. **A didática no curso de licenciatura em educação física: pontos para reflexão**. [s.d.] p.1-14. (mimeo).
- FENSTERSEIFER, Haimo. **As teses equivocadas na formação do profissional de educação física e desportos**. In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 5., 1986, (mimeo).
- GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- LORENZ, Karl M. **Análise quantitativa do currículo escolar**. Curitiba: Editora da UFPR, 1990.
- MARIZ DE OLIVEIRA, José Guilmar. Preparação profissional em Educação Física. In: PASSOS, Solange de Cássia Elias. **Educação física e esportes na universidade**. Brasília: Editora da UNB, 1988.
- MEDINA, João Paulo Subirá. **A educação física cuida do corpo...e "mente"**. 7 ed. Campinas: Papyrus, 1983.
- MENDONÇA, Ana Waleska P. C. **A experiência do cbpe nos anos 50-60: um projeto de Anísio Teixeira**. Trabalho apresentado à Reunião Nacional da ANPED. Caxambu, 1997. Disquete reproduzido pela Anped.
- MEZZADRI, Fernando Marinho. **A educação física no terceiro grau: história; função; análise da proposta curricular**. Caderno 2. Grupo de História do Esporte, Lazer e Educação Física, 1994.
- MOREIRA, Antonio Flávio B. **Currículos e programas no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Papyrus, 1995.
- MOREIRA, Wagner Wey. Repensar a formação profissional. In: PASSOS, Solange de Cássia Elias. **Educação física e esportes na universidade**. Brasília: Editora da UNB, 1988.
- NASCIMENTO, Juarez Vieira do. A elaboração de projeto pedagógico para a formação do profissional de educação física. **Revista da Educação Física da Universidade Estadual de Maringá**. 2 (1), 1992.
- PEDRA, José Alberto. **Currículo, conhecimento e suas representações**. São Paulo: Papyrus, 1997.
- _____. Currículo e conhecimento: níveis de seleção do conteúdo. **Em Aberto**. Ano 12, n.58, p.30-37, Brasília, 1993.
- PENNA MARINHO, Inezil. A organização da educação física no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física**, nº03: 22-29, 1944.

- _____. **Contribuição para a história da educação física no Brasil.** Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1943.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil.** 17.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- SILVA, João Bosco da. **Educação física, esporte, lazer: aprender a aprender fazendo.** Londrina: Lido, 1995.
- _____. **Análise das relações existentes na legislação que orienta a formação profissional dos especialistas em Educação Física e Desportos e os planos nacionais nas áreas educacional e desportiva no Brasil.** São Paulo, Escola de Educação Física da Universidade de São Paulo, 1983, 131 p. (Dissertação de Mestrado).
- SILVA, Teresa Roserley N. da. Influências Teóricas no Ensino e Currículo no Brasil. **Caderno de Pesquisa.** (70): 5-19. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1989.
- SOARES, Carmen Lucia, et alii. Formação profissional em educação física: breve histórico. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte,** 18 (3): 247-263, 1997.
- SOUZA, Rosa Fátima de. A Produção intelectual brasileira sobre currículo a partir dos anos 80. **Em Aberto.** Ano 12, n.58, p.117-128, Brasília, 1993.
- _____. **Metodologia do ensino da educação física.** São Paulo: Cortez, 1982.
- TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. **A formação do profissional da educação: o processo de trabalho pedagógico e o trato com o conhecimento no curso de educação física.** Campinas, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1993, (tese de doutorado).
- _____. Análise dos currículos de educação física no Brasil: contribuições ao debate. **Revista da Educação Física da UEM,** 3 (1): 48-55, 1991.
- TOJAL, João Batista. **Currículo de graduação em educação física: a busca de um modelo.** Campinas: Editora da Unicamp, 1989.